



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA
REGIONAL
MESTRADO EM HISTÓRIA**

**A GUERRA COMO METÁFORA: ASPECTOS DA PROPAGANDA DO
ESTADO NOVO EM PERNAMBUCO (1942-1945)**

KARL SCHURSTER. V. LEÃO

**RECIFE
2008**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA
REGIONAL
MESTRADO EM HISTÓRIA**

**A GUERRA COMO METÁFORA: ASPECTOS DA PROPAGANDA DO
ESTADO NOVO EM PERNAMBUCO (1942-1945)**

Trabalho apresentado à pós-graduação em História Social da Cultura Regional da Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Giselda Brito Silva

Co-orientadora: Prof^ª. Dr^ª Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida

KARL SCHURSTER. V. LEÃO

**RECIFE
2008**

*Querer produzir as belas letras é tão ruim quanto querer ser coerente. Eu sou diferente
a cada semana, a cada dia, sou contraditório, bruto e delicado, cruel e generoso,
compreensivo e impiedoso.*

Pierrô da Caverna. Rubem Fonseca.

Dedico este trabalho a Jaqueline de Sousa Leão, em memória, a prof^ª Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida e ao professor Francisco Carlos Teixeira.

AGRADECIMENTOS OU UM MUNDO DE VASTAS EMOÇÕES E PENSAMENTOS IMPERFEITOS

Primeiramente agradecer a duas instituições que me possibilitaram fazer tal trabalho: a Universidade Federal Rural de Pernambuco por ter apostado num curso de pós-graduação em História e ter acolhido seus respectivos alunos e a Fundação de Amparo a Ciência do Estado de Pernambuco/FACEPE que desde o início custeou nossa proposta de trabalho.

Muitas pessoas foram importantes durante minha trajetória pessoal e acadêmica e não sei se conseguirei falar de todos, mas, aos não aqui mencionados, porém, não esquecidos, vai meu muito obrigado.

Esta dissertação está dedicada a três pessoas em especial: a minha irmã Jaqueline Sousa Leão, que não pode ver em vida a realização deste feito que tanto me orgulha; à professora, amiga e conselheira a professora Dr^a. Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida e ao admirável professore e amigo Francisco Carlos Teixeira. A vocês três dedico meu trabalho e esforço. A minha irmã me mostrou, no seu pouco tempo de vida que viver vale a pena, seja o tempo que for (minha grande inspiração de vida); a professora Graça Ataíde me mostrou que só podemos pensar um mundo melhor se conseguirmos ser mais humanos e pensar os indivíduos com suas particularidades; e o professor Francisco Carlos, ou melhor, Chico, que sempre podemos fazer mais e que a dedicação e o trabalho nos levam onde quisermos. Por isso vocês três merecem um lugar tão especial nesta dissertação.

A minha orientadora professora Dr^a. Giselda Brito Silva meu muito obrigado pela liberdade de trabalho e pela confiança em saber que estava disposto a fazer o melhor que pudesse. As duas outras professoras que muito contribuíram para esse trabalho também o meu muito obrigado. A professora Dr^a. Priscila Perazzo, que com sua genialidade e suas precisas avaliações me fizeram redirecionar alguns estudos e a própria dissertação; e a professora Dr^a Flávia de Sá, que me dou a liberdade de chamar de amiga, meu muito obrigado por sempre ter uma palavra doce sincera e fazer olhares tão sábios sobre meus escritos.

A todo o corpo docente da Universidade Federal Rural de Pernambuco meu muito obrigado pela receptividade. A professora Dr. Suely Almeida meu carinho por sua humanidade e respeito pelos alunos, sem dúvida, a senhora representa um grande

diferencial nesta Universidade. Aos professores Gilvando Sá Leitão e Délio meus estimados cumprimentos.

Ao secretário do nosso Mestrado, Gustavo que tanto se empenhou em resolver da melhor maneira possível nossos problemas administrativos, meu muito obrigado.

Falar das pessoas que conviveram comigo nesta caminhada não é tarefa rápida nem fácil. Aos colegas de mestrado que acompanharam esta empreitada: Hugo, Gian, Neilton e Juliana. Hugo por ser uma pessoa alegre e por passarmos a maior parte do mestrado convivendo em longas *disciplinas duetos*, só eu e ele como alunos...; Gian um cara sério, competente, que tem um trabalho promissor no meio acadêmico e um bom amigo; a Neilton, pessoa singular, um guerreiro que deve servir de exemplo não só na academia, mas na vida. Como o mundo seria melhor com pessoas como você. Você é uma pessoa que merece parabéns só pelo que é. A Juliana Holanda meus sinceros agradecimentos. Você e Gian foram de fato os representantes dos alunos. Vocês nos mandavam força e carinho através dos seus e-mails durante esses quase dois anos. Obrigado pela sua atenção conosco.

Agora os amigos de muitas longas datas. O primeiro deles sem dúvida da extensão da minha família, a família Paiva Lemos, que é Bruno Leonardo. São 9 anos de amizade e o tenho como a um irmão. Você e sua família incluindo seus irmãos Danilo Rafael, André Gustavo, seus pais o professor José Rodrigues e Maria da Paz formam uma outra família que jamais terei como ser suficientemente grato. Só tenho a dizer que sem vocês esta carreira ainda em construção não seria possível.

Ao meu amigo Felipe Nicéias vai o meu abraço pela sinceridade e companheirismo durante esses anos. Um dos grandes críticos de cinema que conheço. Um cinéfilo por excelência.

Pablo Henrique Spindola Tôrres você é um dos maiores historiadores que conheço. Compartilhar com você meus humildes conhecimentos nos tem gerado uma parceria que, ao que tudo indica, perdurará longas décadas...Obrigado amigo! A Tauá Pires, agora em mares italianos, felicidades e obrigado. A Mariana, pela paciência de escutar minhas loucuras do dia-a-dia e por nossas longas conversas sobre história. Valeu Maroca!!!!

A Paulo Raphael Feldhues, agora quase papai e em Brasília, meus parabéns pelo novo rumo na carreira e na vida. Tudo que você conquistar com a história será pouco para sua grandeza. Esta dissertação é fruto de um grande trabalho em que você tem grande participação. Sua disposição para ler meus textos e me auxiliar nas buscas das

fontes foi interminável. Você é um lutador de um bom caráter indiscutível. É o tipo de pessoa que se compraria uma coisa usada sem nem olhar.

Ao meu primeiro orientador, amigo e padrinho de formatura José Maria Gomes de Sousa Neto meu muito obrigado. Sem sua ajuda jamais teria chegado aqui. Suas indicações de leitura, o trabalho em arquivo e seus conselhos foram de vital importância para minha carreira e vida. Amigo; melhor palavra para defini-lo.

A minha teórica, já falecida, Susan Sontag uma pessoa que nunca vi, mas que parece que conheço a anos. Sua memória estará sempre em minhas lembranças.

Ao meu, infelizmente e precocemente falecido, amigo Carlos Marculino onde quer que esteja agora meu obrigado pelo companheirismo e por ter me formado professor. Não poderia falar de Marculino sem falar da escola que me fez professor: a Escola do Recife e sua equipe meus agradecimentos. E aos meus alunos um dizer: *é por vocês que faço história*. Quero homenagear meus alunos por uma turma em especial a eterna 7ª série da Escola do Recife, em nome de três alunas Bárbara Buriel, Laura e Maria Júlia, vocês são até hoje meus referenciais de alunas (os). Obrigado meninas! Homenageando vocês quero tocar a todos que tiveram a paciência de me escutar.

Aos meus ex-alunos do curso de Pedagogia, Sociologia e História da Universidade Federal Rural de Pernambuco obrigado pela paciência de escutar um historiador pra lá de teórico.

A minha companheira Fernanda Barbosa de Moraes (já, já Sousa Leão) meu amor e carinho. Você merece agradecimentos em dobro por me agüentar no dia-a-dia, por entender as dificuldades, os problemas, de ser historiador no Brasil. Sem sua companhia não conseguiria ir tão longe. Estamos numa constante batalha para escrever a *nossa história*. Obrigado por isso a você e a sua família (irmão e mãe).

A minha família. Começando pela minha mãe, Maria de Fátima. A senhora tem meu respeito e amor por ter feito e procurado o melhor para minha vida. Seu amor é incondicional e meu pela senhora idem. Ao meu pai, Zaidan, que mesmo ausente em alguns momentos nunca saiu da minha cabeça, obrigado. A minha irmã Danna, mais peço desculpas do que qualquer outra coisa. Não sei se fui o irmão que você pensou, mas sempre há tempo para mudar. Ao meu amigo, conselheiro, Avanildo Cruz de Albuquerque Maranhão, você é história viva. Terei orgulho se conseguir construir metade do que você fez em vida. A você meus agradecimentos.

Enfim, neste mundo de *vastas emoções e pensamentos imperfeitos*, como diria Rubem Fonseca, onde não se pode viver sem amor, agradeço a todos que de alguma forma tornaram esse trabalho possível e ajudaram na sua realização.

RESUMO

Este trabalho procura abordar a construção da propaganda estadonovista no período entre 1942-1945 e suas implicações no contexto da Segunda Grande Guerra. Nosso objetivo é entender a montagem das estruturas propagadísticas e seu funcionamento na sociedade brasileira. Por tal, analisamos o conflito bélico, existente no período, não só através da lógica militar, mas a partir de uma abordagem onde os discursos e sua veiculação na imprensa ganham visibilidade social na tentativa de cooptação da população para os fins estatais.

Palavras-chaves: Estado Novo, guerra, propaganda política, autoritarismo.

ABSTRACT

This work looks for to approach the construction of the estadonovista propaganda in the period between 1942-1945 and its implications in the context of the Second Great War. Our objective is to understand the assembly of the propagadísticas structures and its functioning in the Brazilian society. For such, we analyze the warlike, existing conflict in the period, not only through the military logic, but from a boarding where the speeches and its propagation in the press gain social visibility in the attempt of cooptação of the population for the state ends.

Keys-Word: New state, war, propaganda politics, authoritarianism.

SUMÁRIO

Agradecimentos	04
Resumo/Abstract	08
Introdução	10
Capítulo I: a Construção do Olhar Teórico: Espaços, Metaforas, Guerra, Disciplina e Tempo Presente	18
Parte I: E o Inverno Chegou...	
Capítulo II: O Inverno do Descontentamento na Propaganda de Preparação para Guerra	33
<u>1.1</u> A preparação para guerra.....	34
<u>1.2</u> Alerta!.....	43
Parte II: Com que roupa eu vou pra guerra que você me convocou...?	
Capítulo III: Histórias da Propaganda de uma “Guerra Como Metáfora”	64
<u>2.1</u> Recrutamento.....	66
<u>2.2</u> Imprensa e guerra	71
<u>2.3</u> Economia e guerra	80
<u>2.4</u> Racionamento	85
<u>2.5</u> Esforço de guerra.....	96
Parte III: Política, Propaganda e Memória	
Capítulo IV: Propaganda e Política: A Propaganda Comercial Estrangeira em Tempos de Guerra	111
Capítulo V: Política e Memória: a Segunda Guerra Mundial por um Pracinha	118
Considerações Finais	129
Musicografia	132
Fontes Impresas	139
Anexos	140

INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de pesquisa realizada no Mestrado em História Social da Cultura Regional pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco sob a orientação da Prof^a Dr^a Giselda Brito Silva.

Nosso objetivo é analisar como foi montada a “propaganda de guerra” do regime agamenonista, tendo como pano de fundo o envolvimento do Brasil, e do Recife em particular, na Segunda Guerra Mundial. A escolha deste tema faz referência à relevância deste tipo de estudo para uma melhor compreensão do período que compreende um trecho do Estado Novo em Pernambuco, entre 1942 e 1945, onde são montadas as estratégias de propaganda para Segunda Grande Guerra¹.

A idéia é analisar o *corpus* propagandístico do governo, materializado na imprensa, durante o conflito, e a guerra de palavras que era travada concomitantemente à guerra propriamente dita. Tendo como ponto referencial os Jornais *Folha da Manhã*, *Diario de Pernambuco* e *Jornal Pequeno* durante o conflito, os arquivos de Agamenon Magalhães no Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea – CPDOC – da Fundação Getúlio Vargas além de outras publicações impressas durante o período do Estado Novo.

O Jornal *Folha da Manhã*, de propriedade do interventor Agamenon Magalhães desde 1938, circulou pelas ruas da capital pernambucana em dois períodos, uma edição matutina, que geralmente era mais detalhada, com uma quantidade maior de artigos e matérias e uma vespertina, que saía sempre nos fins de tarde, era mais ilustrativa, com uma maior quantidade de fotografias, não obstante, atendia a um público menos letrado e era mais popular inclusive no seu custo. Segundo a historiadora Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida “preocupada em doutrinar as massas, a edição vespertina da *Folha da Manhã* era destinada a um público especial: os proletários e desafortunados.”² A *Folha da Manhã* foi a responsável por criar, em Pernambuco, a imagem do Estado Novo e da Segunda Guerra para a população. Funcionava como fonte oficial do Estado onde o interventor, Agamenon Magalhães, publicava

¹ Nosso objetivo aqui é entender como o Estado, através da imprensa, montou o aparato propagandístico em tempos de guerra. Não compreende o nosso foco de estudo a recepção da propaganda, mas, suas engrenagens de funcionamento, sua montagem.

² ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. *A Construção da Verdade Autoritária*. São Paulo. Humanitas/FFLCH/USP. 2001. p.168/169.

diariamente, na página 03, seus recados a população pernambucana. Assim, o objetivo da Folha da Manhã foi o de “doutrinar todas as classes sociais”³

Já o *Diário de Pernambuco* no momento em que o Brasil entra na guerra já estava vinculado aos *Diários Associados* de propriedade de Assis Chateaubriand. É um jornal autorizado pelo Estado, mas não ligado a política pró-Vargas.⁴ Desde a deflagração de guerra entre as potências aliadas e do Eixo se mostra numa posição muito precisa de apoio as forças Aliadas. Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida nos relata que os *Diários Associados* de Chateaubriand fizera

reiterados pedidos ao interventor (Agamenon Magalhães) para terem exclusividade sobre seus artigos, alegando que os mesmos poderiam, por meio da divulgação feita pela rede de seus jornais, alcançar uma massa considerável e selecionada de leitores nas principais cidades brasileiras.⁵

Agamenon recusa a proposta de Chateaubriand fazendo assim, da *Folha da Manhã* o veículo oficial da imprensa estatal.

O *Jornal Pequeno*, um importante veículo de controle da nova propaganda do Estado, e de grande circulação na capital pernambucana, fez parte da imprensa como um instrumento legalizado para atender aos interesses do regime. Giselda Brito Silva nos mostra que a posição do jornal em relação ao próprio governo muda com a imposição do Estado Novo. No que concerne aos integralistas, considerados inimigos da pátria pelo regime, por exemplo, o *Jornal Pequeno* mostra falsa neutralidade em relação aos fatos narrados, apesar de revelar que se buscava publicar na íntegra os fatos fornecidos pela polícia⁶. Isso nos ajuda a entender as posições tomadas pelo jornal em tempos de guerra. Mostrando ao povo o que chamava de “integralidade dos acontecimentos”, falseado por uma neutralidade inexistente.

Dialogando com os jornais citados utilizamos parte da documentação disponível no CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, onde trabalhamos com a pasta do Interventor

³ Idem, p.169.

⁴ “No final de fevereiro, Vargas assinou o Decreto-Lei nº. 300, que, entre outros pontos, dispunha sobre a isenção de taxas alfandegárias sobre a importação de papel, estabelecendo que os proprietários de jornais e revistas deveriam obter autorização do Ministério da Justiça, mediante o prévio preenchimento de numerosas exigências, para poder desfrutar da isenção. Através desse recurso, o governo passou a controlar diretamente a imprensa, concedendo os favores fiscais apenas àqueles jornais que seguissem a orientação governamental.” Ver: ARAÚJO, Rejane. DIP. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: C:\Documents and Settings\Karl\Meus documentos\Textos CPDOC\DIP.mht

⁵ ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. Op. Cit. p.167.

⁶ SILVA, Giselda Brito. *A Lógica da Suspeição contra a Força do Sigma: discursos e polícia na repressão aos integralistas em Pernambuco*. Recife. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco. 2002. p.228/229.

Agamenon Magalhães. Dela utilizamos documentos, telegramas, fotografias, cartas recebidas pelo interventor de diversas autoridades do Estado brasileiro com o fim de analisar como o Estado pensou efetivamente a guerra e sua preparação. Outra fonte importante encontrada no CPDOC/FGV foi a *Cartilha para a Juventude* onde percebemos como o Estado Novo pensou a educação, de cunho doutrinário, para os jovens brasileiros.

O *Alerta! Catecismo da Defesa Passiva Civil Anti-Aérea*, outro documento de bastante relevo, escrito pelo Cel. Orozimbo Martins Pereira, é analisado em suas estruturas e suas aplicações na imprensa como meio propagandeador dos ideais de defesa do Estado Nacional.

O livro do gaúcho, jornalista e advogado Aristheu Achilles, *Aspectos da Ação do DIP*, conjuntamente com as obras de Jean Marie-Domenach (*A Propaganda Política*) e Serge Tchakhotine (*A Mistificação das Massas pela Propaganda Política*) constituem nosso fulcro teórico no que se refere as noções de propaganda.⁷

Aristheu Achilles escreve *Aspectos da Ação do DIP* em 1941 com publicação do próprio Departamento de Imprensa e Propaganda.⁸ Um dos primeiros objetivos do autor é a definição do termo publicidade e o que a transforma numa propaganda. Para ele a publicidade é o que é público e do que é feito em presença do público. Segundo sua

⁷ As obras de Nelson Jahr são importantíssimas no que diz respeito ao estudo da propaganda política no Brasil por se tratar de um autor que trabalha com as idéias de Domenach e Tchakhotine para pensar o quadro que constitui a propaganda e por ser um dos pioneiros neste estudo. Ver: GARCIA, Nelson Jahr. *Estado Novo Ideologia e Propaganda*. São Paulo. Loyola. 1982. & GARCIA, Nelson Jahr. *Sadismo, Sedução, Silêncio: propaganda e controle ideológico no Brasil (1964-1980)*. Books Brsil.com Disponível em www.ngarcia.org acessado em 05/04/2008as 9hs.

⁸ O Departamento de Imprensa e Propaganda foi criado em 27 de dezembro de 1939 para substituir o Departamento Nacional de Propaganda – DNP. Segundo Rejane Araújo no Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro: A partir da criação do DIP, todos os serviços de propaganda e publicidade dos ministérios, departamentos e estabelecimentos da administração pública federal e de entidades autárquicas passaram a ser executados com exclusividade pelo órgão, que também organizava e dirigia as homenagens a Vargas, passando a se constituir no grande instrumento de promoção pessoal do chefe do governo, de sua família e das autoridades em geral. Contando com maior amplitude de ação e maior autonomia que os departamentos que o antecederam, dada sua ligação direta com a Presidência da República, o DIP tornou-se o órgão coercitivo máximo da liberdade de pensamento e expressão durante o Estado Novo e o porta-voz autorizado do regime. De acordo com o decreto que lhe deu origem, o DIP tinha como principais objetivos centralizar e coordenar a propaganda nacional, interna e externa, e servir como elemento auxiliar de informação dos ministérios e entidades públicas e privadas; organizar os serviços de turismo, interno e externo; fazer a censura do teatro, do cinema, das funções recreativas e esportivas, da radiodifusão, da literatura social e política e da imprensa; estimular a produção de filmes educativos nacionais e classificá-los para a concessão de prêmios e favores; colaborar com a imprensa estrangeira para evitar a divulgação de informações nocivas ao país; promover, organizar e patrocinar manifestações cívicas e festas populares com intuito patriótico, educativo ou de propaganda turística, assim como exposições demonstrativas das atividades do governo, e organizar e dirigir o programa de radiodifusão oficial do governo. Ver: ARAÚJO, Rejane. DIP. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: C:\Documents and Settings\Karl\Meus documentos\Textos CPDOC\DIP.mht

concepção a publicidade se transforma em propaganda quando procura influir nos rumos da opinião pública.⁹ Logo em seguida enuncia alguns aspectos que compõe a propaganda dando ênfase ao que intitulou de *concorrência sugestiva* que

consiste em influenciar o critério do cliente, não apenas quanto à qualidade do que oferece, mas procurando mesmo atraí-lo até mediante a supressão da independência de julgamento, de capacidade de escolher e decidir, esforçando-se por lhe modificar as idéias e os sentimentos formados, enfim, “impondo-lhe a sugestão” da compra. Estamos, então, na fase de propaganda comercial, onde a ciência e a técnica são chamadas a intervir, uma para deduzir os graus da sugestibilidade, outra visando os métodos da propaganda.¹⁰

A idéia neste caso é fazer com que o individuo se sinta atraído pela enunciação do discurso propagandístico tentando o máximo possível coletivizar desejos. Aspirações. É nesse sentido, por exemplo, que a guerra será apresentada através da imprensa a população pernambucana. Segundo Achilles “largada no campo econômico, a liberdade de imprensa se tornou, pois, tão relativa como a liberdade individual.”¹¹ O Estado Novo fez da imprensa uma arma ideologizante para articular a idéia de que o país estava coeso e unido.

Na obra de Aristheu Achilles o controle da imprensa pelo Estado aparece como fundamental para salvaguardar os interesses nacionais. “A imprensa deve, incontestavelmente, moldar-se à nova filosofia do Poder, no sentido de servir ao Estado como alavanca de propaganda de sua vontade política.”¹² Corroborando com idéias, em períodos bem próximos a Domenach e Tchakhotine, Achilles mostra que o estado deve descansar sobre a conduta da opinião pública. Aponta que o monopólio dos órgãos de opinião pública pelo Estado configura uma característica própria daquele momento e que o Brasil não era propriamente o único a fazê-lo. Aponta para Vargas como o articulador da propaganda política nacional no Brasil. A era Vargas transformou a imprensa em função de caráter público¹³. “O Estado Brasileiro nacionalizou a imprensa, atribuiu-lhe função de caráter público e traçou os limites de sua ação, dentro do que entendia por interesses da vida coletiva.”¹⁴

⁹ ACHILES, Aristheu. *Aspectos da Ação do DIP*. . Rio de Janeiro. Departamento de Imprensa e Propaganda. 1941. p.26. CPDOC/FGV. Arquivos Getúlio Vargas-GV: 061.1(81)DIP/A656a

¹⁰ Idem, p.28/29.

¹¹ Ibidem, p.81.

¹² ACHILES, Aristheu. Op. Cit. p.33.

¹³ Artigo 122 da constituição de 1937 quinto inciso.

¹⁴ ACHILES, Aristheu. Op. Cit. p.53.

Um dos pontos que mais nos chama atenção em sua obra, por nortear os aspectos da propaganda formada pelo DIP e suas variantes nas imprensas estaduais está no que apontou como competências do citado Departamento:

- 1) *elucidar a opinião nacional sobre as diretrizes doutrinárias do regime, em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileira;*
- 2) *interditar livros e publicações que atentem contra o crédito do país e suas instituições, e contra a moral;*
- 3) *combater, por todos os meios, a penetração ou disseminação de qualquer idéia perturbadora ou dissolvente da unidade nacional;*
- 4) *fornecer, aos estrangeiros e brasileiros, uma concepção mais perfeita dos acontecimentos sociais, culturais e artísticos da vida brasileira;*
- 5) *organizar, periódica e frequentemente, espetáculos musicais, para o fim de por em relevo a personalidade e as obras do compositor brasileiro;*
- 6) *organizar, regularmente, sessões literárias, nas quais sejam divulgadas as obras dos nossos melhores poetas e pensadores;*
- 7) *organizar programas de propaganda de música popular brasileira;*
- 8) *promover cursos, conferências, congressos e exposições demonstrativas das atividades nacionais e intercâmbios literários com o exterior;*
- 9) *organizar o serviço de edições de folhetos, livros e cartazes do DIP;*
- 10) *editar um anuário da imprensa brasileira, com informações sobre jornais, revistas, livros e demais publicações aparecidas no Brasil¹⁵.*

Essas características condizem com as teorias dos dois maiores pilares do estudo da propaganda no período: o teórico Domenach e o psicólogo pavloviano Tchakhotine.

O livro *A Propaganda Política*¹⁶ é a mais difundida obra do intelectual francês de cunho católico Jean-Marie Domenach. Escrito na década de 1950 a obra teve relevância mundial sendo traduzida para mais de dez línguas logo após sua publicação na França. O teórico francês formulou suas idéias explorando-as em três aspectos: um estudo da propaganda bolchevique, da propaganda hitlerista e das técnicas que compõe a máquina propagandística. A propaganda pode ser considerada como um fenômeno dominante na primeira metade do século XX. Para Domenach Lênin e Hitler são verdadeiros *gênios*; da propaganda por darem a ela uma conotação diferente da que possuía até então. Segundo Alan Wykes: a própria palavra propaganda só apareceu em

¹⁵ Idem, p. 58.

¹⁶ DOMENACH, Jean-Marie. *A propaganda política*. São Paulo. Difusão Européia do Livro. 1955.

1622, quando o Papa Gregório XV convocou uma Comissão de Cardeais para orientar a difusão da palavra cristã pelas missões estrangeiras. A comissão foi chamada *Congregatio de Propaganda Fide*; Congregação para a Propagação da Fé, e funcionava como uma comissão de qualquer outra sociedade missionária escolhendo missionários e despachando-os para o estrangeiro. Mas, não demorou para a palavra ganhar significados outros que não propagação de crenças religiosas, como, por exemplo, agressão nacional, proselitismo político, deturpação de fatos e censura por supressão, coisas muito convenientes para Hitler, por exemplo.¹⁷

Uma das preocupações do teórico Domenach é deixar claras as diferenças entre propaganda e publicidade. Para o autor a publicidade tem como objetivo fins comerciais enquanto a propaganda tem objetivos políticos e se aproximam quando procuram criar, transformar ou confirmar opiniões, empregando meios semelhantes. Mostra-nos que a publicidade necessita de certa preferência, pois visa um produto em particular enquanto a propaganda tem como função sugerir ou impor crenças ou reflexos que modificam o comportamento e as convicções. Neste aspecto se aproxima de Aristheu Achiles quando mostra que a propaganda está a serviço de uma ideologia. Em especial, essas teorias nos fundamentam, mas nos remetem a uma interpretação própria do objeto estudado. Durante o período que compreende a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial não há uma clara separação entre publicidade e propaganda. Percebemos que nos tempos de guerra as duas (publicidade e propaganda), no que concerne ao Brasil, se fundiram servindo de força auxiliar do Estado na proposta de educar a sociedade para o tempo de carestia.

O psicólogo russo Serge Tchakhotine em seu livro *A Mistificação das Massas pela Propaganda Política*, traduzido por Miguel Arraes quando do exílio, trabalha a noção de violência psíquica, também explorada por Domenach sob influencia do mesmo. Tchakhotine constitui quatro forças que atuam na determinação do comportamento dos indivíduos: o impulso da combatividade, o impulso das exigências materiais nutritivas, o impulso sexual e o impulso parental ou da amizade¹⁸. Para ele controlando esses impulsos uma propaganda bem apresentada e solidificada no contexto específico consegue influenciar a opinião pública. Segundo Tchakhotine a ausência da

¹⁷ WYKES, Alan. *Goebbels. História Ilustrada da Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro. Renes. 1973 p.33/34.

¹⁸ Ver: TCHAKHOTINE, Serge. *A mistificação das Massas pela Propaganda Política*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1967.

guerra não impede o emprego de uma violência não menos real: a violência psíquica.¹⁹ No estado de guerra essa violência torna-se ainda mais forte para cooptar a nação a apoiar as decisões do Estado em prol da defesa da soberania nacional.

Narrar o papel da cidade do Recife na II Guerra Mundial e tentar unir à história militar (a lógica da guerra, e não apenas a narrativa acontecimental descritiva de batalhas e armas) com o cotidiano dos cidadãos é um dos objetivos macros deste texto. Assim sendo, contribuir para compreensão algumas lacunas historiográficas sobre o Recife nessa época, particularmente a respeito de suas estratégias propagandísticas para disciplinar a sociedade para o esforço de guerra.

Para tal, o presente trabalho divide-se em cinco capítulos. No primeiro apresentamos um olhar teórico sobre as possibilidades do fazer histórico dando ênfase as categorias de análise que compõe o trabalho e quais idéias permeiam no corpo do texto. No segundo capítulo, que compõe a primeira parte da dissertação, localizamos o Recife e a preparação para a guerra no contexto global trazendo as respectivas particularidades do Brasil no conflito através da imprensa. Neste capítulo, também, analisamos o documento *Alerta! Catecismo da Defesa Civil Anti-Aérea* e sua utilização na estrutura de defesa do saliente nordestino. O terceiro capítulo compreende a segunda parte, discutimos o que chamamos de *metáforas da propaganda*. É uma análise através do discurso da imprensa, através de eixos que circulavam na própria imprensa (como economia e guerra, esforço de guerra, racionamento) mostrando como a imprensa através da propaganda construiu o estado de guerra. No quarto capítulo fazemos uma análise de publicidade e propaganda mostrando as dificuldades de separá-las em tempos de guerra. Utilizamos a propaganda de publicidade estrangeira para fundamentar a explicação de tal tese. O quinto capítulo intitulado *Política e Memória: a Segunda Guerra por um Pracinha* foi pesado numa tentativa de ampliar as discussões sobre as possibilidades de entendimento do período mostrando a variante da memória e numa perspectiva de justificar a não utilização (exceto um exemplo citado no decorrer da dissertação) da história oral neste trabalho. Várias entrevistas foram realizadas no intuito de aprofundar análises e tentativas de compreensão mais globalizante do tema, mas por ter uma farta documentação e ter que analisá-la cuidadosamente, optamos por deixar a ferramenta história oral para outra ocasião. Por isso utilizamos no epílogo as categorias da memória.

¹⁹ Idem, p.05.

Nas considerações finais fazemos um rápido apanhado do legado estadonovista mostrando as implicações da guerra no Brasil e em Pernambuco particularmente.

São dessas discussões e aparatos teóricos e metodológicos que construímos o proposto trabalho a seguir.

A CONSTRUÇÃO DO OLHAR TEÓRICO: ESPAÇOS, METÁFORAS, GUERRA, DISCIPLINA E TEMPO PRESENTE

Este trabalho tem como ponto central a criação de espaços pela guerra, aos quais atribuímos o nome de metáforas. A “guerra como metáfora” se explica através de quatro conceitos fundamentais: o de espaço, o de metáfora, o de guerra e o de disciplina. No que concerne aos espaços segundo Michel de Certeau

Existe espaço sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo (...) espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais. O espaço estaria para o lugar como a palavra quando falada, isto é, quando é percebida na ambigüidade de uma efetuação, mudada em um termo que depende de múltiplas convenções, colocada como o ato de um presente e modificado pelas transformações devidas a proximidades sucessivas. Diversamente do lugar, não tem portanto nem a univocidade nem a estabilidade de um “próprio”. Em suma, o espaço é um lugar praticado.²⁰

Essa noção de espaço nos serve na medida em que entendemos o Recife em tempos de guerra como uma proposta de cidade metafórica através das praticas espaciais, pelas artes de fazer. Praticar os discursos propagados pela imprensa e pelo Estado transforma essas artes de fazer em espaços criados em tempos de guerra constituindo uma metáfora do cotidiano. Michel de Certeau nos trás a idéia de que dar sentido a linguagem é um fator determinante na percepção da realidade, assim na ação dos sujeitos.²¹ Quando a imprensa cria um sentido próprio para interpretações dos acontecimentos no decorrer do Estado de Beligerância, ela tenta transformar os hábitos e docilizar os corpos para a configuração de um outro cotidiano: o da guerra.

Para entendimento do que chamamos de metáforas, utilizamos as definições de George Lakoff e Mark Johnson no livro *Metáforas de la Vida Cotidiana* onde os autores expressão a idéia de que “La metáfora es principalmente una manera de conceber una cosa en términos de otra, y su función primaria es la comprensión.”²² Lakoff e Johnson apresentam as configurações das metáforas e como elas modificam o cotidiano. Entendem a metáfora como algo além da imaginação poética. Para eles a metáfora não

²⁰ CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer*. Vol. I Petrópolis. Vozes. 1994. p.202.

²¹ JOSGRILBERG, Fábio. *Cotidiano e Invenção: os espaços de Michel de Certeau*. São Paulo. Escrituras. 2005. p.25.

²² LAKOFF, George; JOHNSON, Marky. *Metáforas de la vida cotidiana*. Madrid. Cátedra, Coleção Teorema. 2006. p.74.

está meramente nas palavras que usamos, mas em nossos conceitos e discussões. A linguagem da discussão não seria poética, imaginativa ou retórica e sim literal. Quando falamos de discussões dessa maneira seria porque as concebemos dessa maneira e atuamos segundo a forma em que percebemos as coisas.²³ Expressão a opinião de que nossos conceitos estruturam o que percebemos, como nos movemos no mundo, a maneira em que nos relacionamos com outras pessoas. Assim, nosso sistema conceitual desempenha um papel central na definição das nossas realidades cotidianas.²⁴ Tornando-se base fundamental e nossa interpretação para afirmar que as formulações de conceitos, de sistemas conceituais são por excelência criadores de realidades cotidianas.

Lakoff e Johnson partem da análise de que idéias são objetos que derivam em expressões lingüísticas formando uma comunicação que é um envio de mensagem que pode agir ou não de forma metafórica. Eles nos intentam que expressões lingüísticas são um recipiente para significados.²⁵ Outro ponto basilar nas análises de Lakoff e Johnson está ligado a importância do lugar de fala e de quem fala. O significado não está na oração mesma – tem muita importância quem está dizendo ou exaltado a sentença e quais são suas atitudes políticas e sociais.²⁶ Por isso as falas não podem estar fora de um contexto que as identifiquem que torne possível sua compreensão respeitado sua condição de produção e analisando suas possibilidades de sentidos. Por isso atos que poderiam ser considerados naturais se transformam em metáforas. Corroborando com essa idéia o teórico Michel de Certeau no diz que a escrita age como um procedimento estratégico organizador de um lugar.²⁷ Por isso entendemos o discurso empregado pela imprensa, nesse momento, como organizador de uma cidade em tempos de guerra.

No que tange as concepções de guerra em seu texto *Teorias do Fascismo Alemão* Walter Benjamin diz

O que significa ganhar ou perder uma guerra? Nas duas palavras, chama a atenção um sentido duplo. O primeiro, o sentido manifesto, significa de certo o desfecho, mas o segundo, que dá sua ressonância especial a ambas as palavras, significa a guerra em sua totalidade, indica como o seu *desfecho* para nós alterar seu *modo de existência* para nós. Esse segundo sentido diz: o vencedor conserva a guerra, o derrotado deixa de possuí-la; o vencedor a incorpora a seu patrimônio, transforma-a em coisa sua, o vencido não a tem mais, é obrigado a viver sem ela. E não somente a guerra em geral, mas todas

²³ Idem, p.42.

²⁴ Ibidem, p.39.

²⁵ Ibidem, p.48.

²⁶ Ibidem, p.48.

²⁷ JOSGRILBERG, Fábio. Op. Cit. p.52.

as suas peripécias, cada uma das suas jogadas de xadrez, inclusive as mais sutis, cada uma das suas escaramuças, mesmo as menos visíveis. Ganhar ou perder uma guerra segundo a lógica da linguagem, é algo que penetra tão profundamente em nossa existência que nos torna, para sempre mais ricos ou mais pobres em quadros, imagens, invenções.²⁸

Benjamin nos mostra como a guerra é absorvida socialmente, o quanto ela transforma uma nação. A guerra produz imagens, forma metáforas, cria uma condição que a torna possível, constrói atores, cenas, produz um teatro de discursos onde a população se envolve e é envolvida para encenar nessa “arte” chamada guerra. Na definição de Clausewitz a guerra seria não “[...] somente um ato político, mas um verdadeiro instrumento político, uma continuação das relações políticas, uma realização destas por outros meios”.²⁹

Ele vê a guerra como um duelo em grande escala gerador de atos de violência visando compelir o inimigo a vontade de outrem. Na sua concepção o objetivo político é a causa inicial da guerra, pois, determina a finalidade da força militar e o esforço a ser realizado. Para Clausewitz a guerra torna-se inevitável quando não mais se possibilita a via diplomática de negociação entre as nações envolvidas. Corrobora com Benjamin na medida em que diz que quanto maior forem os motivos da guerra mais a população será afetada por ela. Essa análise pode ser encontrada no decorrer do texto *Teorias do Fascismo Alemão* quando o teórico vê como a Segunda Guerra Mundial afetou profundamente a sociedade alemã. Clausewitz nos afirma que a guerra não se enquadra nos domínios das artes e das ciências, mas que se insere no contexto da vida social. No seu livro *Da Guerra* enfatiza que a guerra é um instrumento da política. “*Ela deve necessariamente seguir suas diretrizes, ajustar-se a seus padrões: a conduta da guerra, de uma maneira geral, é, portanto atividade política que se vale da espada ao invés da pena, mas que nem por isso deixa de orientar-se segundo seus próprios princípios*”.³⁰

Essas idéias são rebatidas pelo teórico John Keegan “*A guerra não é a extensão da política por outros meios. O mundo seria mais fácil de compreender se esta frase de Clausewitz fosse verdade*”³¹. Para Keegan a guerra é uma expressão da cultura, um determinante de formas culturais e em algumas sociedades ela constitui a natureza da

²⁸ BENJAMIN, Walter. *Teorias do Fascismo Alemão*. In: Obras Escolhidas: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.p.65.

²⁹ CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1979. p.87.

³⁰ LEONARD, Rogers Shley. *Clausewitz: Trechos de sua Obra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988. p.177.

³¹ KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 19.

própria cultura. Esta observação é de que a guerra faz parte da natureza humana, pois, pode existir guerra sem política enquanto instituição, o que ele mostra são algumas sociedades que a constroem como vida e cultura para depois construí-la como política, visto nos exemplos citados pelo autor, sendo um deles a Ilha de Páscoa.

Keegan tenta mostrar as limitações da obra de Clausewitz. O primeiro ponto dessa análise é a observação de que Clausewitz constrói sua teoria sobre os Estados que conhecia excluindo das suas explicações os Estados ou sociedades pré-estatais citados por Keegan. O efeito é de uma desconstrução, pois, estas outras formas sociais de organização esfacelam as teorias de Clausewitz, e a partir delas Keegan constrói sua idéia de guerra como cultura.

Essas análises nos interessam para apontar que as guerras estão para além de Clausewitz, a política não é a própria guerra, mas, também está presente nela. Por outro lado, a cultura também é a guerra como afirma Keegan. Isto posto, percebemos que muito mais do que se distanciarem essas interpretações se complementam. A guerra é tanto a política por outros meios quanto pode ser entendida como expressão da própria cultura. Um exemplo disso é a Primeira Guerra Mundial. Vários teóricos verão a guerra como uma expansão da política alemã em busca de ampliação territorial. Porém, Modris Eksteins, corroborando com Keegan, mostra que muito mais do que luta por território a guerra foi uma disputa pela afirmação de existência do recém formado modelo cultural alemão: a *kultur*.³²

Outra teórica que oferece possibilidades significativas para a construção do entendimento da guerra é Bárbara Tuchman, dando-nos uma outra interpretação, nos explicita que apenas o estudo das relações políticas não pode esclarecer a guerra. Seu pensamento propõe entender como as pessoas estão aptas a participar de estados de beligerância. Como são montadas as estruturas sociais que levam a população não como agente passivo, mas como participante da guerra.³³

O constante estado de beligerância trará uma disciplinarização social adaptando hábitos do cotidiano popular para o contexto da guerra. A vivência social dos conflitos sentida no estado de beligerância impõe à sociedade padrões comportamentais organizados pelo Estado. Essa atuação leva a perceber como um dos papéis assumidos nesse momento será o controle organizacional justificado na presença da guerra. Recife não viveu os bombardeios trazidos pela guerra, mas suas implicações foram sentidas na

³² Ver: EKSTEINS, Modris. *A Sagração da Primavera*. Rio de Janeiro: Rocco. 1991.

³³ Ver: TUCHMAN, Bárbara. *A torre do orgulho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

medida em que foi necessário reorganizar uma política antes pensada para criar um cidadão trabalhador e disciplinarizado para o Estado. A política em tempos de guerra foi um rearranjo que tinha como função tentar manter o *status quo* do governo e garantir a soberania do país frente as potências do Eixo.

A respeito da disciplina, questão fundamental no desdobramento de nossa hipótese, uma forma que nos instrumentaliza nesse estudo são as concepções que o historiador e filósofo Michel Foucault traz. Para ele a disciplina organiza um lugar que é sempre celular, dividido em pequenas matizes. A simples divisão de espaço torna-se insuficiente. Também é necessário controlar as atividades de cada lugar.³⁴ O que Foucault esquece são as práticas cotidianas. Por isso, utilizamos o conceito de disciplina Foucaultiano com a noção de cotidiano teorizada por De Certeau.

Para Foucault a disciplina assume duas imagens distintas: a disciplina-bloco, negativa, fechada, para fazer o mal; e a disciplina-mecanismo funcional, rápida, leve e eficaz com coerções sutis e internalizadas. Três são os pontos da disciplina: o primeiro é a inversão funcional das disciplinas. Antes sua função era neutralizar perigos agora é otimizar a utilidade dos indivíduos, funcionando como técnica de fabricação de seres úteis a sociedade e o no século XVIII multiplica-se as instituições disciplinares.

O segundo é a ramificação dos mecanismos disciplinares. Sua prática se decompõe em processos flexíveis para proporcionar um aspecto de vigilância externa desenvolvida na margem de controles laterais, quando, por exemplo, passa-se a se preocupar na escola não só com o aluno, mas também com sua família. Outro exemplo são os grupos organizados de origens religiosas associativas e de beneficência que não são uma instituição fechada, mas igualmente funcionam nesse controle.

O terceiro ponto é a estatização dos mecanismos de disciplina, que objetiva um poder de vigilância permanente, capaz de tornar tudo visível, mas da-lhe a condição de invisibilidade. O exemplo é o que acontece na Inglaterra e França no século XVIII, num sobre os auspícios do poder religioso noutro com a polícia e a justiça. A disciplina é um tipo de poder que contém instrumentos, técnicos, procedimentos, níveis de aplicação, alvo; ela é física, anatômica, não sendo confundida assim com uma instituição ou um simples aparelho.³⁵

³⁴ JOSGRILBERG, Fabio. Op. Cit. p.57/58.

³⁵ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Rio de Janeiro, Petrópolis, 2004. p. 173-177.

Para perceber a formação do processo disciplinar é necessário perceber-la inserida historicamente em lugares econômicos, jurídicos-políticos e científicos. À medida que as disciplinas são técnicas de ordenação das multiplicidades humanas, elas assumem táticas de poder que correspondem a critérios específicos. Seriam eles: tornar o exercício do poder menos custoso; fazer com que os efeitos atinjam o máximo de sua intensidade e do seu alcance, sem percalços para isso; e unir esse crescimento “econômico” do poder com o rendimento dos aparelhos que o aplicam.

Imobiliza-se, regulamenta-se os movimentos da sociedade através da separação verticalizada dos indivíduos. É um tipo de processo piramidal de individualização da disciplina, para aumentar a singularidade de cada elemento da multiplicidade social com métodos mais rápidos e baratos, utilizando-se da própria diversidade. Daí se extrai o máximo de vigilância, treinamento, exercícios e condicionamentos da disciplina. A disciplina é um conjunto das minuciosas invenções técnicas que permitem crescer a extensão útil das multiplicidades e diminuir os inconvenientes do poder.³⁶ O limítrofe dessa assimilação é quando a disciplina torna-se favorável para ambas as partes da relação entre disciplinador e corpo disciplinado.

A invenção das técnicas de disciplina acontece no século XVIII como aconteceram anteriormente nos séculos XII e XIII da idade média, com o inquérito judiciário. Essa invenção inquisitorial vai influenciar todo processo constitutivo das ciências empíricas, um tipo de matriz jurídico-político desse saber experimental.³⁷ A análise disciplinar, para Foucault, vai representar a mesma importância para as ciências do homem. Pois se o inquérito é uma técnica para as ciências empíricas, a disciplina representa o mesmo efeito nas ciências humanas. Mesmo as ciências da natureza são invadidas pela compreensão da tecnologia disciplinar, a exemplo do que aconteceu com a justiça penal que tem sua origem inquisitorial, mas as problematizações do criminoso como um indivíduo disciplinar, são inseridas. A justiça não é mais a manifestação do corpo poderoso do rei, mas um processo de observação minuciosa e analítica invadida por métodos disciplinares.

Essa disciplina proposta por Foucault nos interessa na exata medida que transforma corpos em finalidades de exercício de poder. O processo de militarização da sociedade durante um Estado de beligerância é um dos muitos vértices dessa análise que encara a disciplina com um agente transformador do modelo social.

³⁶ Idem.

³⁷ Ibidem, p. 186.

Alcir Lenharo em seu livro *A Sacralização da Política* nos mostra como o Estado getulista utilizava-se do controle e da disciplina para lograr seus objetivos. Lenharo observa como o autoritarismo criou no Brasil uma sociedade própria com suas dinâmicas e contradições. Para ele a guerra “[...] viera atrapalhar tudo, tirando o país da rota prevista e obrigando-o a ‘reajustar o seu organismo’”³⁸. Mas, o Estado de Beligerância continuou com o processo de reeducação da sociedade. A Pátria se apresentava como família, como configuradora da sociedade.

Através desses aparatos conceituais formulamos a base de interpretação que compõe o método central do nosso objeto de pesquisa.

Michel de Certeau em seu livro *A Escrita da História*³⁹, nos remete a importância do historiador apresentar em sua narrativa seu lugar de fala. Mostrar os caminhos e inquietações que levaram a análise proposta. Nossa idéia se enquadra na proposta criada pelo francês François Bédarida intitulada *História do Tempo Presente*⁴⁰.

História e Tempo Presente: um lugar de fala.

Logo após a deflagração da Segunda Guerra Mundial nasce, no Estado americano do Kentucky, um menino chamado *Virgil*. Com uma saúde frágil desde tenros tempos, foi aos poucos perdendo sua visão. Só enxergava luzes e sombras. Com o passar do tempo visitou vários especialistas. Voltava das consultas com a mesma resposta: não adianta operar sua retina está totalmente comprometida. Mas, o que um homem que já não enxergava poderia perder operando sua visão, mesmo que essa não viesse a melhorar? Virgil já se encontrava com cinquenta anos e a mais de quarenta interpretava o mundo sem o sentido da visão.

Depois de reencontrar um amor passado, volta a ser estimulado para procurar novos especialistas para analisar seu problema oftalmológico. Encontra, enfim, um médico disposto a realizar a cirurgia. Logo após a cirurgia começa a escrever num diário. Suas primeiras palavras foram: *Virgil pode ver! É difícil passar da cegueira a visão. Ele está como um bebê aprendendo a ver, tudo é novo, excitante e amedrontador,*

³⁸ LENHARO, Alcir. *A Sacralização da Política*. São Paulo, Campinas. Papyrus/Editora da Unicamp. 1986. p.51.

³⁹ Ver bibliografia.

⁴⁰ Instituto criado na França em 1978 por François Bédarida que analisa a história a partir de três prismas: a relação da história com a verdade, com a totalidade e com a responsabilidade social. Ver: BÈDARIDA, François. *Tempo Presente e Presença da História*. In: *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas. 1996. Ver também: BÈDARIDA, François. *Histoire, critique et responsabilité*. Paris. Editions Complexes/IHTP-CNRS. 2003.

deveras ele está incerto sobre o que significa ver⁴¹. Mas, o que significa ver? Será que não é preciso aprender a ver? Há necessariamente uma conexão entre o mundo tátil e o da visão? Esses são questionamentos que levaremos para a discussão das possibilidades do fazer teórico da história e da utilização da teoria como ferramenta para construção da *episteme* do historiador.

Durante longo tempo a teoria da história se baseava na construção de postulados e corolários que serviam para generalizar, universalizar os estudos históricos e enquadrar os objetos do historiador em suas especificidades. A verdade e a objetividade definiam o que se podia considerar história. Dialogando com Josep Fontana, a história era feita como memória coletiva, com modelos genealógicos que constituíam o suporte de uma suposta classe dominante⁴². Listas com nomes de reis, dinastias, instituições, a cargo de um modelo histórico que estava mais preocupado em legitimar a ordem vigente do que apontar caminhos para a produção do conhecimento histórico.

A discussão teórica ainda hoje premente nos meios acadêmicos gira sobre as transformações das décadas de 1960 a 1980. As abordagens culturalistas, a análise do discurso, o estruturalismo, a história vista de baixo, a micro história, as transformações dos modelos marxistas, são apontamentos que fazem parte da historiografia recente. O espanhol Josep Fontana nos leva a reflexão de que esses modelos de teoria da história precisam ser repensados para não nos despreocupar-nos da função social da história.

Estamos passando pelo mesmo *caos de luz e sombra* que Virgil enxergava antes da cirurgia. Como nos diz Oliver Sacks, “quando abrimos nossos olhos todas as manhãs, damos de cara com um mundo que passamos a vida aprendendo a ver⁴³”. Nós historiadores analisamos um mundo que não nos é dado, mas construído por classificação de memórias e de reconhecimento incessante dos nossos objetos.

Uma das grandes dificuldades de Virgil depois que voltou a enxergar era que seu comportamento mental continuava cego, agnóstico, capaz de ver, mas não de decifrar o que estava vendo⁴⁴. Talvez esta seja uma das dificuldades enfrentadas pelo historiador ao se deparar com uma mudança de paradigmas. Ficamos por um determinado período presos a uma *Cegueira Psíquica ou Síndrome de Anton* (que atingiu Virgil), precisamos

⁴¹ SACKS, Oliver. *Um antropólogo em Marte*. São Paulo Companhia das Letras. 2006. p.114.

⁴² FONTANA, Josep. *História dos Homens*. São Paulo. Edusc. 2006. p.11|12

⁴³ SACKS, Oliver. Op. Cit. p.119.

⁴⁴ Idem, p. 122.

apontar uma dimensão crítica onde seja possível pensar uma história enquadrada num projeto social e pertencente a todos⁴⁵.

Esse talvez seja um desafio proposto pela história do tempo presente: começar a dar outras possibilidades de interpretação para a história, mostrar como nosso olhar é construído socialmente e que mesmo com a proximidade dos acontecimentos não podemos nos esquivar de analisá-los.

A história do tempo presente questiona a verdade e a objetividade. Discute suas validações no fazer histórico sem perder de vista o compromisso do historiador com seus métodos e objetos. Mesmo tendo recuperado a visão Virgil, durante muito tempo, continuou com hábitos e comportamentos de um cego. Quando nos negamos a fazer história do tempo presente fortalecemos a idéia de que o historiador só se volta para o passado longínquo, reforçamos a idéia de que o documento é a afirmação da objetividade histórica, a construção de um tempo linear. Afirmamos o que Virgil explicitou mesmo *enxergando* os objetos: “Agora que toquei, posso vê-lo”⁴⁶. Dando a noção de que a reconstrução do passado tal qual ele foi, nos levava a uma tamanha objetividade que conseguiríamos chegar a tocá-lo.

Quando estamos *cegos* construímos uma idéia própria de distância, espaço e tamanho e voltar a ver nos faz começar um lento processo de reconstrução dessas idéias que já não podem ser mais as mesmas. Por isso, a história do tempo presente nós faz pensar, através das obras de François Bédarida, sobre três pontos basilares na construção da teoria da história: a relação da história com a verdade, da história com a totalidade e da história com a ética.

No que tange a relação da história com a verdade, François Bédarida nos mostra que a busca pela verdade deve ser uma constante no ofício do historiador, mesmo sabendo que jamais a dominaremos apenas nos aproximamos dela. Por isso prefere o uso do termo *veracidade* que para ele engloba o compromisso do historiador com seus objetos, a forma como ele o apreende e quem o apreende⁴⁷. Em relação a história e totalidade, Bédarida apresenta críticas aos modelos que transformaram a história em particularidades transferindo seu caráter social para o individual. Nos alerta de que uma história em que a busca de identidade tende a substituir a busca de explicação multiplica

⁴⁵ Ver: FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. São Paulo. Edusc. 1998.

⁴⁶ SACKS, Oliver. Op. Cit. p.137

⁴⁷ BÉDARIDA, François. Op. Cit. p.223.

as zonas de incertezas⁴⁸. Acredita que uma história de caráter globalizante deve ser uma das preocupações do historiador do tempo presente. Para ele devemos estudar os problemas e não os períodos, criticando assim, um modelo linear de estudo da história. A problemática história e ética, tanto para Bédarida como para Fontana o historiador não pode esquivar-se da sua função social e moral como pessoa e cidadão. Segundo Bédarida:

(...) se o historiador deve manter um distanciamento crítico em relação ao seu objeto de estudo e proceder com discernimento e vigor, nem por isso ele consegue ser neutro. É mais que uma esquiva: uma renúncia. Pois nele existe apenas uma consciência e somente uma: a consciência de historiador é sua consciência de homem. E segundo as palavras de Rabelais, que nunca é demais repetir em virtude de seu alcance permanente e universal, “ciência sem consciência é somente ruína da alma”⁴⁹.

A preocupação de que a história não tem fim e de que as suas teorias não devem ser utilizadas para afirmações de projetos sociais que instituem a estratificação social e a legitimação de uma classe dominante são preocupações constantes para o historiador do tempo presente.

O historiador não precisar ser encaminhado até a luz como se desvendar os acontecimentos fosse sua obrigação. Virgil teve grande dificuldade em se adaptar a um mundo que sentia, mas não via. Um outro mundo se construiu em seu cérebro a partir do momento em que foi obrigado a ver e a reconhecer, quando sua máxima era tocar, sentir e reconhecer. Muitas vezes Virgil fechava os olhos quando tocava um objeto para depois vir a poder enxergá-lo no sentido de vê-lo e de reconhecê-lo. O historiador precisa fechar os olhos como Virgil, para melhor entender o objeto e depois abrir os olhos para poder reconhecê-lo. O historiador leva tempo para reconhecer que sentir não é necessariamente ver e que sua interpretação fica muito mais sólida quando se reconhece a junção desses elementos e não sua exclusão.

Virgil não conseguia durante mais de quarenta anos de sua vida ver no espaço, mas isso não tornava a idéia de espaço incompreensível, pois seu espaço ainda assim era um lugar praticado, na idéia de Michel de Certeau, mas com práticas próprias, peculiares dentro de suas limitações. O que a volta da visão trouxe para ele foi a possibilidade de ampliar seu mundo de significados, agregando e modificando sua interpretação sensitiva do mundo. Isso não significa deixar de ter dificuldades, pois, sair

⁴⁸ Idem, p,225.

⁴⁹ Idem. P.227

do seu modelo racional construído no seu estagio de cegueira, era abandonar o seu mundo das certezas, que agora estava sendo colocado em dúvida pelas suas novas possibilidades de ver o mundo e perceber que aquelas certezas pertenciam a um mundo que não era mais o seu.

As construções de ordem teórica servem-nos de chaves de compreensão para um dado momento. Ao se estudar teorias que constituem ferramentas interpretativas para o historiador, têm-se, além da compreensão, a instituição de significados sociais. A teoria é uma tentativa de compreensão justificada, servindo para atribuir ou negar sentido as interpretações dos objetos. As teorias da história são as formas pelas qual o historiador compõe sua análise do mundo.

Para Fontana teoria e método não são objetivos do nosso ofício, mas as ferramentas que empregamos no intento de compreender melhor o mundo em que vivemos e de ajudar os outros a entendê-lo com a finalidade de que todos façam algo para melhorá-lo, que sempre é possível⁵⁰. Sua análise reforça a idéia de teoria com um compromisso social. Renovar os estudos teóricos, em sua visão, é voltar a entrar em contato com os problemas reais de homens e mulheres do nosso tempo. Vindo de uma geração altamente influenciada por Marc Bloch, Gordon Childe e E. H. Carr, defende a renovação teórica como base para manutenção da produção de conhecimento nos estudos históricos. Nesse sentido se assemelha ao francês Gerard Noiriel⁵¹ que parte de uma volta aos estudos de Bloch, fazendo uma reflexão sobre o que denominou crise da história, buscando soluções de caráter pragmático. Noiriel é um teórico extremamente preocupado com a defesa da história contemporânea, desprestigiada por gerações anteriores a sua, impõe em suas teorias o compromisso político do historiador, principalmente no que tange ao etnocentrismo, enxergando a dificuldade do historiador em estudar o que não se remete a sua cadeia de certezas construídas por seu contato e produção cultural e o anacronismo cometido ao analisar a historia com o pensamento presente, muitas vezes julgando sociedades por não se enquadrarem em determinados modelos de modernização.

Esses historiadores seguem a idéia de que a história é feita no presente para o presente⁵². A história do tempo presente trouxe uma nova dimensão ao político, não

⁵⁰ FONTANA, Josep. Op. Cit.p.354

⁵¹ NOIRIEL, Gerard. *Sur la crise de l'histoire*. Paris. Belin. 1996.

⁵² Idem, p. 355

dando a ele o posto de interpretação soberana na história, mas mostrando que ele age como agente dinamizador deste mesmo processo⁵³.

As mudanças paradigmáticas das décadas de 1960, 1970 e 1980 trouxeram inúmeras possibilidades de entender e fazer a história. A abordagem culturalista tomou conta dos meios acadêmicos, desde então, chegando à década de 1980 a ocupar no Brasil, por exemplo, quase 80% das produções⁵⁴. Um das abordagens mais discutidas foi a da chamada história vista de baixo, história dos excluídos, com grande repercussão nos trabalhos acadêmicos. Influenciados especialmente por Michele Perrot, Robert Darnton, Natalie Z. Davis, Carlo Ginzburg (e micro história), trouxeram a concepção de que a história poderia ser narrada através da perspectivas de agentes não institucionais, não apenas aqueles que estavam nas estruturas de formação e funcionamento da máquina estatal, de onde se tiravam os documentos ditos oficiais. Esses historiadores foram formados pela crise da década de 1960, procuravam fugir das generalizações trazidas por análises mais amplas focando seus estudos em casos mais particulares ou em determinados grupos ou gêneros. Não podemos negar a importância da utilização desta ferramenta para o ofício historiográfico, mas devemos ressaltar que limitar o ofício historiográfico a esse modelo parece não nos levar muito longe na produção da história.

Esse é um modelo de história que está pautado na crise do modelo de progresso e modernização pensado no século XIX e expostamente em crise no fim da Segunda Grande Guerra. O que não estivesse no âmbito da modernização logo se marginalizava. A crise da visão iluminista da história abriu caminhos para a validação de tal proposta teórica.

O que a história do tempo presente propõe é à volta ao modelo globalizante, totalizador, onde a teoria possa dar ao historiador a possibilidade de fazer uma *história de todos*⁵⁵, onde instituições, camponeses, operários, mulheres, crianças, componham a mesma história sem segregá-los ou transformar o ofício do historiador num mosaico.

⁵³ CHAUVEAU, A.; TÉTARD, PH. (ORG). *Questões para história do presente*. São Paulo. Edusc. 1999. p.14

⁵⁴ PESAVENTO, Sandra Jathay. *História e História Cultural*. Belo Horizonte. Autentica. 2003.

⁵⁵ Preocupação central de Josep Fontana: “não podemos despreocupar-nos da função social da história porque o que estamos julgando é demasiado transcendental. E se bem é verdade que os velhos métodos falharão e que a confusão eclética que se substituiu pouco nos serve nossa resposta não pode ser de abandonar o campo, porém de esforçar-nos em recuperar uns fundamentos teóricos e metodológicos sólidos, que tornem possível que nosso trabalho possa voltar a nos colocar em contato com os problemas reais dos homens e mulheres do nosso mundo. E que nos levem a substituir o projeto até hoje não realizado, de construir uma história de todos, capaz de combater com as armas da razão, os julgamentos e a irracionalidade que dominam em nossa sociedade. Uma história que nos devolva a vontade planejar e

O descrédito e a formação de teorias que desvalidassem o fazer histórico ganharam sustentabilidade na medida em que os projetos calcados na modernização e no progresso faliram. Voltando a uma citação sobre o já citado Virgil, é preciso morrer como uma pessoa que vê para poder renascer como um cego⁵⁶. Os historiadores acreditavam que as possibilidades de se fazer história expostas nessas mudanças paradigmáticas do século passado era a visão de que precisavam para ampliar os estudos e as formas de entender a história. Eles não estavam de todo errados, apenas não observaram, em sua maioria, que momentos de luz não excluem momentos de cegueira, ver exclui, em partes, o não ver, enxergar nos leva a impressão de uma totalidade, mas nos afasta da possibilidade de que a história está mais perto não ver do que imaginamos e a cegueira pode ser comparada a imparcialidade do historiador; até tentamos esquecê-la, mas continuamos afirmando-a quando fazemos história.

Virgil, nossa personagem, depois de outras complicações em sua saúde, volta a perder a visão. Não que ele tenha se conformado com o acontecido, mas já não o era estranho não ter a visão. O conto não nos diz como Virgil interpretou e lidou com essa situação. Voltar ao mundo por onde mais de quarenta anos foram construídas suas idéias, suas angustias, seu sofrimento, sua forma de interpretar através do sentir, do cheirar, o mundo em que ele criou sua identidade. Algo semelhante acontece com os historiadores. Passar de uma história que identificava certezas para uma história que nos dava apenas possibilidades era sair do seu mundo sensitivo de perceber através do toque para ampliar os sentidos interpretativos através da visão. Nossos momentos de *cegueira* não podem ser descartados, mas devem caminhar juntamente com a nossa vontade de enxergar numa dimensão própria de tempo e espaço, com a noção de que o mundo que vemos é da forma que interpretamos.

Temos que elaborar uma visão da história que nos ajude a entender que cada momento do passado, igual a cada momento do presente, não conte só a semente de um futuro pré-determinado e inevitável, mas de toda uma diversidade de futuros possíveis, um dos quais pode acabar convertendo-se em dominantes, por razões complexas sem que isto signifique, que é o melhor, nem, por outra parte, que os outros estão totalmente descartados⁵⁷.

Portanto, devemos alertar de que o nosso campo de visão não pode excluir a não-visão para que a análise historiográfica não caia no mesmo reducionismo que o

construir o futuro, agora que sabemos que é necessário participar ativamente nesta tarefa, porque não está determinada e depende de nós.” FONTANA, Josep. Op. Cit. p.16.

⁵⁶ SACKS, Oliver. Op. Cit.p.114.

⁵⁷ FONTANA, Josep. Op. Cit.p.358

historicismo do século XIX. A teoria da história deve estar atrelada às possibilidades de objetos que os historiadores possuem em seu tempo, lembrando que a criação deste objeto é mais um fruto do seu tempo presente do que das sociedades passadas. É nesta perspectiva que entendemos a propaganda em tempos de guerra. As metáforas criadas pelos discursos da imprensa e do Estado não eliminam a guerra com trincheiras, bombardeios, mortes, mas auxiliam numa compreensão mais globalizante do período proposto. E, a partir desses pressupostos construímos nosso olhar sobre a propaganda estadonovista e suas implicações durante a Segunda Guerra.

PARTE I: E O INVERNO CHEGOU...

O “INVERNO DO DESCONTENTAMENTO” NA PROPAGANDA DE PREPARAÇÃO PARA GUERRA

“Eu teria prorrompido de gargalhadas na cara de quem houvesse me predito que
aquele seria o início de uma nova época na história mundial”
(Konrad Heiden, nas memórias de seus anos de estudo em Munique)

Em sua tese de doutoramento, intitulada *Sonhos de Nabucodonosor: aspectos da propaganda do Estado Novo em Pernambuco*, o professor José Maria Gomes de Souza Neto procurou analisar o desenvolvimento da propaganda política nos primeiros anos da interventoria de Agamenon Magalhães. Para tal, adaptou um conceito, o “veranico” para mostrar como se chegou ao que intitulou de *Inverno de descontentamento* através da ruína dos *Sóis Gloriosos*. Em sua essência, o veranico

foi um *corpus* propagandístico ativado logo nos primeiros meses da administração Agamenon Magalhães, baseava-se em seqüências contínuas de festas e eventos (elementos de grande visibilidade para o governo que se instalava) e uma prosa que exaltava a serenidade de um país harmônico em meio a um mundo em guerra: nos jornais de 1937, 1938 e até mesmo 1940 [...].⁵⁸

Já o termo *Sóis Gloriosos* compreende a construção e atuação do *veranico* no Estado Novo pernambucano. Esse período data do início da interventoria, em 1937, até seu paulatino desmoronamento em 1942, com a preparação do Brasil para a Segunda Guerra Mundial. A partir de então, tem-se início o *Inverno de Descontentamento*, podendo ser entendido como as transformações da propaganda estadonovista adequando-se ao contexto de guerra e não mais dando ênfase a lograr a alegria e o entretenimento da população pernambucana. Assim, o governo agamenonista construiu sua máquina propagandística mostrando à população recifense “a emoção do Estado Novo”⁵⁹ em Pernambuco.

Este capítulo, cuja preocupação central é apresentar características fundamentais da propaganda de guerra para atrair os jovens e a simpatia popular, compõe-se de duas

⁵⁸ SOUZA NETO, José Maria. *Sonhos de Nabucodonosor: aspectos da propaganda do Estado Novo Pernambucano* Recife. Tese Doutorado. UFPE/CFCH. 2000. p. 272.

⁵⁹ FILHO, Andrade Lima. *China Gordo: Agamenon Magalhães e sua época*. Recife. Editora Universitária 1976. p. 42.

partes: a) uma primeira que está relacionada ao processo de desestruturação do que Souza Neto chamou de *veranico* com a preparação para a guerra; e uma segunda que procura analisar o *inverno de descontentamento*, ou seja, a propaganda política do Estado pernambucano no decorrer do conflito. Buscamos aqui, de modo geral, mostrar como os jornais desenvolveram um *corpus* propagandístico dentro das circunstâncias que emolduram a política pernambucana daquela época e quais os arranjos feitos para essa propaganda no decorrer da entrada do Brasil na guerra estes são nossos objetivos num primeiro momento.

A preparação para a guerra...

A guerra não entrou na vida dos recifenses apenas pelos jornais. Era uma realidade [...] que se não lhes ensangüentava as ruas nem lhes explodia as veias, persistia como ameaça constante ao seu destino da cidade aberta ao Atlântico.⁶⁰

A cidade do Recife não teve suas ruas obstruídas por combates, ou as torres de suas igrejas seculares destruídas por bombardeiros. Contudo, é importante que se reconheça à importância da capital pernambucana durante esse conflito. Se não foi Dresden, El Alamein ou Hiroshima, (sítios de relevo conhecido), tampouco permaneceu alheia ao turbilhão que se erguia a sua volta. Recife, a cidade dos mercadores aberta ao oceano, presenciou de local privilegiado um dos mais ativos *fronts* da guerra: a Batalha do Atlântico.

A Batalha do Atlântico é tida como a mais longa da história, tendo começado em 1939 com o bloqueio das Ilhas Britânicas e terminando apenas em 1945, com a derrota do Reich alemão. Pelo menos desde a Idade Moderna que os países europeus reconhecem o mar como fonte de poder da Grã-Bretanha, e não foram poucos aqueles que tentaram isolá-la (a República Holandesa, Napoleão, etc.). Contudo, no começo da guerra, a marinha de Hitler logrou um bloqueio dos mais eficientes: seus submarinos cortaram as ligações do Reino Unido com o Atlântico, bombardeando-o sem sequer ser notado, e uma verdadeira muralha subaquática foi armada diante das Ilhas Britânicas para sufocá-las e forçá-las ao armistício.

Além disso, os exércitos do Eixo faziam progresso na África do Norte, e em 1941 Dakar, no Senegal, foi ocupada. Diante da ofensiva submarina e da expansão do

⁶⁰ RIVAS, Leda Maria R. C. *O Diário de Pernambuco e a II Guerra Mundial – O Conflito visto por um Jornal de Província*. Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFPE/CFCH, 1988. p.338.

Eixo em terras africanas, ficou claro, para os Estados Unidos, que a invasão de terras americanas não era apenas um temor absurdo, mas algo que cada vez mais se aproximava da realidade. Isso já era algo corrente desde muito como nos mostra Stetson Conn e Byron Fairchild:

Rumores sobre o interesse japonês em ilhas no pacífico, situadas ao largo da costa das Américas, informações sobre reconhecimentos japoneses sob o disfarce de ‘pesca’, ao longo das costas do México e da América Central, rumores sobre o interesse alemão na Baía Samaná, na República Dominicana, informações sobre conspirações para fomentar revoluções no Brasil, no Uruguai e na Argentina foram exemplos típicos de fatos que induziram a um alarme crescente nos círculos do governo (americano) durante o ano de 1938.⁶¹

Onde se encontra o Recife nesse contexto? Numa posição estrategicamente vital para o esforço de guerra. O nordeste brasileiro, como um todo, era de vital importância para os Estados Unidos: ainda que os americanos não estivessem (até 1942) em guerra declarada contra Alemanha e Itália:

Com elas foi encaminhado ao Congresso [...] o projeto chamado ‘Lend Lease Act’, uma lei que permitiu aos EUA assegurar o fornecimento de armamento e outras ajudas às democracias livres, a prazo e por um terço do valor. Aprovada, os EUA passaram a ser o ‘Arsenal das Democracias’.⁶²

A corrente de suprimentos seguia tanto diretamente para a Inglaterra como cortava o coração da África até o Oriente Médio, onde existiam possessões britânicas. Assim, desde 1939 os americanos procuram ampliar sua presença no nordeste brasileiro. Esta situação só se ampliava diante das vitórias do Eixo no Norte da África: vindos de Dakar, os italianos – e esse era o temor americano – desembarcariam em praias nordestinas e colocariam em risco o Canal do Panamá, artéria vital que ligava as duas linhas costeiras dos Estados Unidos.

Desta feita, já em 1939 os americanos desenvolvem, secretamente, o chamado Plano de Defesa do “Hemisfério Arco Íris”⁶³, que considerava:

⁶¹ CONN, Stetson; FAIRCHILD, Byron. *A Estrutura de Defesa do Hemisfério Ocidental*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército Editora. 2000. p.27.

⁶² SIQUEIRA, Deocécio L. de. *Fronteiras: A Patrulha Aérea e o Adeus do Arco e Flecha*. Rio de Janeiro: Revista Aeronáutica Editora, s/d, p.85.

⁶³ O Rainbow I [como era chamado pelos americanos] “previa a proteção de todo território dos Estados Unidos (mas não reforço para as Filipinas) e para o restante do Hemisfério Ocidental ao norte da latitude de 10° meridiano sul, uma linha que parte a América do Sul logo abaixo dos salientes peruano e brasileiro. (...) o Rainbow I presumia que as democracias da Europa e da América Latina ficariam neutras, e que somente as forças dos Estados Unidos estariam disponíveis para resistir a um ataque”. CONN, Stetson; FAIRCHILD, Byron. op cit. p.31.

O saliente nordestino como área estratégica prioritária de defesa dos Estados Unidos (...) e a sua ocupação por forças americanas numa decorrência natural da necessidade de tornar efetiva aquela defesa. Alguns historiadores registraram até recomendação do Departamento de Guerra de emprego de força, como recurso para ocupar a região.⁶⁴

À localização estratégica do Recife em relação à costa africana e ao Canal do Panamá, devemos somar sua posição de passagem das principais rotas de comércio interamericanas: como o oriente dominado pelos japoneses, a indústria americana voltava-se para a América Latina, e essas linhas de suprimento não poderiam, em hipótese alguma, ser interrompidas.⁶⁵ Estávamos, então, diante de um Recife coadjuvante que poderia roubar a cena dos atores principais do conflito, se nada fosse feito em sentido contrário.

O papel da cidade nesse conflito vem sendo tratado de maneira incipiente pela bibliografia: a principal fonte para conhecermos essa história está nos livros publicados pela Biblioteca do Exército e, principalmente, pelo Instituto Histórico da Aeronáutica (de fato, das três forças a mais diretamente ligada ao Recife foi a Força Aérea, já que era aqui que ficava o comando aéreo brasileiro). Contudo, a abordagem dos autores resume-se a listas de batalhas, descrição de aviões e algumas memórias dispersas, sem uma análise mais profunda a respeito do assunto. Estes autores são importantes para conhecermos os dados em suas minúcias, mas não vão muito além da superficialidade dos fatos.

Zélia Gominho, em seu livro *Veneza Americana X Mocambópolis*, comenta alguns aspectos da repercussão do conflito entre os recifenses. Por outro lado, a dissertação da professora Leda Rivas (*O Diário de Pernambuco e a II Guerra Mundial – O Conflito visto por um Jornal de Província*) é rica em possibilidades para aqueles que desejam vasculhar com afinco o dia-a-dia do recifense durante a II Guerra. A autora trabalha com o informativo pernambucano, e é em cima dele onde constrói seu texto. Contudo, como salientaremos mais adiante, muito do que aparecia nos jornais do período fazia parte da política nacional getulista de convencimento das massas afim de

⁶⁴ INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA. *História Geral da Aeronáutica Brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia; Rio de Janeiro: INCAER, 1990, p. 379. grifo nosso.

⁶⁵ “A ameaça era tão evidente que o próprio Churchill, com sua Inglaterra em apuros, decidiu desviar forças para conter o Eixo naquele setor. [o norte da África, para barrar a expansão do Eixo] (...) Havia também outro ponto a considerar. O Nordeste Brasileiro é um saliente por onde passam as linhas de navegação marítima unindo as Américas do Norte e do Sul. (...) Era imperativo se preparar o Norte e Nordeste para eventuais situações ameaçadoras”. SIQUEIRA. Deoclécio L. de, op cit, p. 88/89.

propiciar um clima de homogeneidade evitando as contradições sociais existentes. Por exemplo, o Diário de Pernambuco afirmou que “*a confraternização entre militares norte-americanos e brasileiros era costumeira.*”⁶⁶ Na realidade, as relações entre as forças armadas das duas nações eram marcadas muito mais pela tensão que propriamente pela comunhão: os “Arquivos da Comissão Militar Mista Brasil - Estados Unidos”⁶⁷ revelam que os choques eram bastante comuns e diversas vezes ocorreram incidentes diplomáticos, sendo o mais sério deles quando um grupo de soldados americanos desrespeitou símbolos nacionais brasileiros (o hino e a bandeira) e ainda não obedeceu ao oficial brasileiro que o repreendeu. Enviada carta ao Secretário de Estado norte-americano, este enviou suas diplomáticas escusas.⁶⁸

Logo no início do conflito, os americanos exigiram do governo brasileiro algumas áreas para instalação de suas forças. No Acordo de Cooperação Brasil – Estados Unidos (de 23 de maio de 1942), essa cessão fica bem clara:

“Artigo VI – O governo brasileiro facultara ao governo norte-americano a construção de depósitos e instalações, inclusive para o pessoal, assim como a organização de que carecer, em território nacional, para o aproveitamento e auxílio de suas forças militares.”⁶⁹

Isso foi posto em prática durante a preparação e a entrada do Brasil no conflito mundial. A *Unites States Atlantic Fleet*, de Nova York, enviou documento, constando ser secreto e confidencial, ao Interventor Agamenon Magalhães sobre a construção de uma base médica, hospital, para auxiliar na estrutura dos norte-americanos em Recife e que depois de pronta seria mais um legado do acordo de cooperação Brasil – Estados Unidos:

⁶⁶ RIOS, Leda Maria R., *op cit.* p. 261.

⁶⁷ Arquivos do Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro.

⁶⁸ Este documento encontra-se no Arquivo do Museu Aéreo Espacial do Rio de Janeiro. O historiador Antonio Pedro Tota nos fala que o processo de americanização da sociedade brasileira quebrou as possíveis resistências à aproximação política entre os Estados Unidos e o Brasil. “A política da Boa Vizinhança de Roosevelt era o instrumento, de amplo espectro, para a execução do plano de americanização. A sintonia fina da operação ficou a cargo, como veremos, de uma verdadeira ‘fábrica de ideologias’, criada pelo governo americano nessa conjuntura mundial”. TOTA, Antonio Pedro. *O Imperialismo Sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras. 2000. p.19. O documento discutido acima no texto, nos mostra que em alguns momentos a relação entre Brasileiros e Norte-Americanos foi marcada por uma tensão, principalmente no que tange o âmbito das questões militares. Outro exemplo também nos é dado por Tota mostrando que “mesmo com todo o esforço de forjar uma imagem mais simpática dos americanos, manifestações de arrogância eram, às vezes, inevitáveis. O aclamado Orson Welles, teve em algumas ocasiões, comportamento pouco recomendável. O episódio mais conhecido foi quando, completamente embriagado, jogou pela janela os moveis do apartamento onde morava no Rio de Janeiro”. TOTA, Antonio Pedro. *Op. Cit.* p.181.

⁶⁹ *Apud.* SIQUEIRA, Deoclécio L. de, *op cit.* p. 107.

Excelência, a condição de congestionamento de pessoal acrescida de grandes atrasos na construção de serviços hospitalares e alojamentos para oficiais e praças nos obrigou a um exame completo nos edifícios disponíveis nessa área para ocupação militar. No exame realizado chegou-se a conclusão que o local mais apropriado para nesses fins é o edifício em construção em Tejipió. Conquanto tenha inteira compreensão das necessidades desse hospital para o povo pernambucano também posso informar que o edifício não ficará pronto para entrar em funcionamento antes de princípio de meados de 1944. Acreditamos que sem os nossos esforços para aumentar a prioridade do material e sem o emprego de uma verba extraordinária junto aos construtores não poderemos conseguir um adiantamento na prontificação do referido edifício. Solicito, portanto, de V. Excia, a necessária autorização para a ocupação do edifício pelas forças navais dos Estados Unidos logo que consigamos terminá-lo. Essa ocupação será livre de aluguel até 31 de dezembro de 1944, quando as forças navais dos Estados Unidos concordam em evacuar o edifício e benfeitorias, deixando-o nas melhores condições possíveis para o fim que se destina. Nesse caso, as forças do Atlântico Sul concordam no seguinte: a) deixar o edifício e terrenos em condições materiais excelentes; b) dotar o edifício de suprimentos adequados e eficiente de água; c) não fazer mudanças na atual estrutura ou no projeto do edifício; d) cercar o terreno, embelezar e ajardinar; e) (...) o necessário para apressar a prontificação do edifício sem ônus extra para o governo brasileiro; f) quando as forças armadas dos Estados Unidos evacuarem o edifício todos os melhoramentos ali introduzidos pelas referidas forças serão deixadas ao governo Brasileiro, sem obrigações de qualquer espécie.⁷⁰

Percebemos com isso que a americanização do Recife foi parte extensiva da política de Boa Vizinhança iniciada anos atrás como um projeto do governo F. D. Roosevelt. Podemos caracterizar a política de boa vizinhança “pela maior colaboração econômica e militar e negociação diplomática, como estratégia de impedir a influência européia, manter a estabilidade nas Américas e assegurar a liderança norte-americana no hemisfério.”⁷¹

Contudo, o que não estava no acordo (e que os Arquivos da Comissão Mista relatam) é que os americanos passaram a exigir, nessas suas bases em território brasileiro, extraterritorialidade, ou seja, transformar as bases americanas instaladas no Brasil em solo americano que implica estar tutelado pelo Estado Maior Norte-Americano. Os mesmos arquivos mostram o duelo entre o comandante da Força Aérea brasileira – na figura do Brigadeiro Eduardo Gomes (que se encontrava no Recife) – contra os comandantes americanos – numa disputa para anular essa ordem. Assim,

⁷⁰ United States Atlantic Fleet. Headquarters of the Commander Fourth Fleet. c/o Fleet Post Office, New York – NY. Secreto e pessoal. CPDOC/FGV – Arquivo Agamenon Magalhães. AGM c 1942-1944.00.00.14. 713.

⁷¹ PINHEIRO, Letícia. *Política Externa Brasileira (1889-2002)*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2004. p.24.

percebemos que ainda há muito a ser descoberto sobre a relação americano-brasileira no Recife dos anos 40, e que a cordialidade não era, de forma alguma, traço absoluto e inegável dessas relações.

Temos ainda mais informações sobre essa presença: são bastante conhecidas as dificuldades pelas quais passaram os recifenses durante o conflito:

O bacalhau, desdenhado como comida de pobre, se refinava pelo preço de 50\$00, ovo a dez tostões, carne verde a sete cruzeiros, além da escassez. Filas no açougue (...) com o racionamento do combustível, as mercearias estavam autorizadas a vender uma garrafa de querosene por freguês.⁷²

Os americanos aqui sediados, ao contrário, não precisavam se preocupar com carestia ou desabastecimento: exibiam a sua pujança econômica esbanjando exatamente aqueles bens que faziam falta à população local: o governo do Estado, por exemplo, a despeito do racionamento de combustível, enviou telegrama a todas as repartições policiais informando que os jipes americanos poderiam circular livremente, já que utilizavam gasolina importada.⁷³ Se os gêneros alimentícios estavam com preços tão proibitivos, eram em parte por que seguindo as diretrizes da “*Comissão Brasileiro – Americana de Produção de Gêneros Alimentícios*” *produzia-se para alimentar os soldados “gringos”, enquanto os nativos ficavam com o resto. Esses “gringos” modificaram a paisagem recifense durante sua estada:*

As ruas estão cheias de soldados, de marinheiros, (...) de ingleses, de americanos, de hindus, de filipinos. Uma população nova, uma paisagem diversa. As ruas estão de veículos estranhos, de ‘jeeps’, wagons exóticos. Nos arrabaldes andam carros de assalto cheios de ruído e força.⁷⁴

Mais ainda, o Recife era uma das portas de entrada Guerra no Brasil: caso o conflito se estendesse para terras americanas seria pelo Nordeste, pois a importância marítima já referida associada aos contextos econômicos e políticos da época fazia acreditar que a guerra ao atravessar o Atlântico começaria por essa região⁷⁵. Assim,

⁷² GOMINHO, Zélia de O. *Veneza Americana x Mucambópolis: o Estado Novo na cidade do Recife (década de 30 e 40)*. Recife. CEPE. 1998. p. 162.

⁷³ Fundo de Interventoria, Correspondência Expedida. APEJE.

⁷⁴ *Folha da Manhã*, 06/VII/43. APEJE.

⁷⁵ Há um debate muito constante sobre a importância do Nordeste para a defesa do Brasil durante a Segunda Guerra. Cabe aqui ressaltar que não é nosso objetivo tratar o Recife como a porta de entrada do

foram tomadas providências para preparar a cidade no caso de uma possível invasão ou bombardeio. Hoje sabemos, através de documentos encontrados no ‘bunker’⁷⁶ semi-destruído de Adolf Hitler, que tal ação não estava nos planos mais imediatos do Eixo, mas naquela época tal informação não estava disponível, e fomentou-se na população o medo que pode ser percebido através das memórias de uma guerra por vir, conforme mostraremos adiante.

O Estado começou a estimular na população recifense um clima de eminência de guerra, gerando na sociedade um novo cotidiano, desenvolvendo uma espécie de “defesa pacífica”, conforme se pode ver na ilustração de “*Alerta*” adiante. Estes dados apresentam como a sociedade foi levada a se preparar para a guerra através do mecanismo propagandístico, no qual o Estado é apresentado com uma imagem preventiva e protecionista do seu povo. Grupos eram treinados no Rio de Janeiro, como vemos neste telegrama de 12 de dezembro de 1942:

Terá início, próximo dia 26 de outubro no Distrito Federal e na Capital todos os Estados, o curso de defesa passiva para inspetores e professores estabelecimentos ensino superior, secundário, comercial e industrial. Cada curso será organizado, dirigido e ministrado, por pessoas competentes, designadas pelo Ministro Educação, mediante indicação diretoria nacional ou competente diretoria regional Serviço Defesa Passiva Anti-Aérea.⁷⁷

No mesmo ano de 1942 foram abertos cursos de cirurgia de guerra, de enfermeiras de emergência e de bombeiros de guerra em Pernambuco alertando o povo para a necessidade de se preparar para o Estado de Beligerância. Como exemplo, temos as imagens da aula inaugural do curso de Bombeiros de Guerra em 1943 e o encerramento do curso de Cirurgia de Guerra.

Brasil no conflito, mas, sim localiza-lo dentro de sua importância histórica para uma melhor compreensão do que significou e significa esse período para o Brasil.

⁷⁶ Fazemos alusão aqui ao *Diário de Goebbels* reunido por Louis P. Lonchner. O diário foi organizado sob sua responsabilidade e publicado em 1948. Vale salientar que essa documentação pessoal de Goebbels foi encontrada no *Bunker* semi-destruído dos nazistas.

⁷⁷ Fundo Interventoria, Correspondência Expedida. APEJE.



Curso Intensivo Privado Contra Incêndios, Quartel de Bombeiros. 24/05/1943. Fundos Diversos. APEJE.

A preparação para a guerra fica evidenciada nas duas fotos (esta acima e outra na página seguinte) selecionadas por na primeira delas, poder-se notar o processo de preparação de guerra na sua forma institucional, onde se formam bombeiros de guerra que possivelmente enfrentariam armas químicas. Essa imagem serviria para uma divulgação interna, pois mostrá-la a população poderia provocar pânico, tendo em vista a eminência de ataques químicos. No entanto, a preparação dos participantes diretos da guerra neste campo se fazia necessária, uma vez que se concebia a possibilidade de um ataque desta natureza.

Na imagem abaixo, vemos o Estado fazer uma propaganda de caráter apoteótico trazendo à participação popular a formatura de uma turma de cirurgia de guerra. A percepção passa a ser uma ode de espírito cívico onde o povo se sentira preparado para enfrentar um Estado de beligerância. A formatura de uma turma, que teria caráter

particular, se transforma num evento público para mostrar o que o Estado estava fazendo em prol da segurança da nação. A propaganda desencadeada produziu seus frutos porque milhares de mulheres inscreveram-se nos cursos de cirurgia e enfermeira de guerra, e após freqüentá-los, transforma-se em voluntárias da Legião Brasileira de Assistência, criada por Darcy Vargas em 1942, depois que o Brasil declara guerra ao Eixo. Surgem as voluntárias da defesa passiva antiaérea.⁷⁸



Encerramento do Curso de Cirurgia de Guerra. Teatro de Santa Isabel. 02/08/42. p.01. *Folha da Manhã*. Edição Matutina. APEJE.

Essas estruturas corroboram e auxiliam a construção de defesa da cidade do Recife. Saindo de um Estado onde a propaganda se voltava ao entretenimento para abarcar a guerra e sua preparação. Quando compreendemos a defesa da cidade do

⁷⁸ SIMILI, Ivana Guilherme. *Mulheres uniformizadas: o estilo das voluntárias da Defesa Passiva Antiaérea na Segunda Guerra Mundial*. Maringá. Universidade Federal de Maringá. p.05.

Recife identificamos a utilização de um documento, de circulação nacional, chamado *Alerta! Catecismo da Defesa Passiva Civil Anti-Aérea*, de circulação nacional e utilizado em larga escala pela imprensa pernambucana.

Alerta!



Capa do livro *Alerta!* Imprensa Nacional, 1942.

No ano de 1942 se acentua a elaboração da defesa, com a publicação da cartilha “Alerta! Catecismo da defesa passiva civil anti-aérea”, organizada pelo Coronel Orozimbo Martins Pereira – Diretor do Serviço de Defesa Passiva⁷⁹. Como fulcro patriótico, Pereira dedica a cartilha ao seu “idolatrado Brasil”, como um serviço em prol da nação. Este documento se diz com a finalidade

⁷⁹ PEREIRA, Orozimbo Martins. *Alerta! Catecismo da Defesa Passiva Civil Anti-Aérea*. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1942. p.VII.

não apenas de prever e organizar a proteção anti-aérea coletiva, mas, paralelamente – instruir convenientemente a população afim de que ela possa – não só enfrentá-los com o moral sempre elevado, como também – cooperando com as autoridades – reduzir ao mínimo seus danosos efeitos caso eles venham a ser desencadeado.⁸⁰

Alerta! era um guia no Brasil para estruturar a nação num possível ataque das forças do Eixo. O documento está dividido em quatro partes que estruturam o *modus operandis* da defesa civil e militar brasileira. Na primeira parte o autor apresenta as possibilidades de ataque à nação brasileira, *a priori* por conta da posição geográfica onde o ataque poderia vir por *este* ou *oeste*, ou seja, pelo Oceano Atlântico, ou pelos países vizinhos da costa do Oceano Pacífico. Constrói as possibilidades de concretização dos ataques: aéreo, por meio de ações agressivas internas, de ataques navais e através das ações ocorrendo simultaneamente.

Para proteger a população civil e os órgãos administrativos, Pereira argumenta sobre a necessidade de criação da Defesa Anti-Aérea que, por sua vez, dividir-se-á em: Defesa Ativa Anti-Aérea e Defesa Passiva Anti-Aérea. O papel da Defesa Ativa consiste em mostrar os métodos de defesa contra ataques aéreos a partir de postos de vigilância, armas anti-aéreas, caças etc. Como o Brasil não dispunha de recursos suficientes, a Defesa Ativa ficará restrita aos centros urbanos e indústrias mais importantes.

⁸⁰ *Idem*, p.02.



CPDOC/FGV – Fundo particular – Agamenon Magalhães – Fotograma 708 – AGM -42.12.00.

Este mapa mostra os campos de aviação existentes em Pernambuco, que faziam parte do projeto de Defesa Anti-Aérea. Percebesse uma preparação voltada para o litoral, pois o governo federal concentra suas bases nessa região. Enquanto que os demais baseamentos estão distribuídos entre a iniciativa particular e o governo. Fazendo com que o Estado fique mais presente no litoral, pois os recursos não eram suficientes para abarcar todo o Estado, tornando assim necessária à divisão da defesa com particulares, presentes predominantemente no interior.

Já a *Defesa Passiva Anti-Aérea* se dividia em militar e civil. A de caráter militar tinha como objetivo o emprego de balões e de nuvens artificiais para a defesa aérea. Estes balões ficariam amarrados a pedras em solo e seriam inflados com gás hélio, tendo por função seu desprendimento durante possíveis ataques no intuito de impedir ou dificultar a visão do piloto, como ilustra a figura:



81

Já a Defesa Civil tinha como preocupação estabelecer um

conjunto de medidas de caráter defensivo antecipadamente previstas e organizadas, destinadas seja a salvaguardar o moral e a vida da população civil, seja a limitar ao mínimo os efeitos materiais causados pelos ataques aéreos, seja ainda – e evitar a desorganização da vida normal do país.⁸²

Logo em seguida explicita as medidas que cabem, em momento de guerra aos órgãos governamentais e aos cidadãos. Ao governo cabe a instalação de aparelhos de sinalização para alertar a população dos ataques, organizar o *black-out*, construir abrigos coletivos, instruir a população civil, prever a estocagem de mascarás contra gases, organizar e realizar exercícios completos de alerta e organizar e acionar serviços auxiliares: de socorros médico, extinção de incêndios, socorro técnico, serviço de desinfecção e vigilância interna das cidades. À população civil cabe obedecer irrestritamente às ordens das autoridades; comportar-se em todas as circunstâncias com calma; conformar-se sem discussão com as instruções dadas pelos agentes do governo e prever e executar as medidas ensinadas.

A terceira parte se remete a proteção coletiva, mostrando as diferentes formas da Defesa Passiva Anti-aérea coletiva – abrigo anti-aéreo, abrigos superficiais de emergência, abrigo hermético, abrigo filtrante, normas para construção dos abrigos -, a evacuação da população civil e a revelação dos agressivos químicos. Na quarta e última parte, trata das organizações dos socorros – socorros contra incêndios, perigo aéro-químico e o perigo explosivo. O documento produz uma imagem do Brasil como um país pacífico⁸³, donde viria a conclusão de que não haveria motivos de um ataque. Com

⁸¹ OROZIMBO, Martins Pereira. *Alerta! Catecismo da Defesa Passiva Civil Anti-Aérea*. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1942 p. 12.

⁸² Idem, p. 13.

⁸³ Uma das características do discurso governamental no período do Estado Novo era mostrar o caráter pacífico e cordial da nação brasileira, utilizando o que a teórica Eni Orlandi intitulou de *interdiscurso*, o Estado Nacional recria uma história heróica do Brasil mostrando que o país em sua trajetória histórica

o rompimento das relações com o Eixo, no entanto, essa imagem se descontrolou num clima de apreensão:

O Brasil sempre nutriu os mais sinceros anelos de paz e colaboração para com todas as demais nações. Jamais o Brasil levou agressão ao território dos países vizinhos; sempre preferiu solucionar seus litígios por meio dos pacíficos processos de arbitragem; sempre cultivou e desejou a paz com as demais nações; por isso mesmo, teve razões para temer a agressão.⁸⁴

Essas afirmações do Cel. Orozimbo Pereira corroboram com o discurso do interventor Agamenon Magalhães, que fala em um artigo intitulado *Perigo* publicado no jornal *Folha da Manhã* quando este comenta: “o perigo ameaça até nós, povos da América, nós que somos jovens, românticos pacifistas, sem questões de raça, nem de religião, sem imperialismos, nem ambições”⁸⁵. Esse discurso é utilizado para manter a idéia de que o Estado Novo pacificou o país unindo as diferenças. Essa contínua propaganda tem como foco apagar as contradições existentes na nação. Percebe-se uma consonância no discurso estatal, notam-se duas falas distintas, mas com temáticas semelhantes e conteúdos uniformes. Apreende-se uma prática discursiva comum, numa época em comum e ideais comuns. É a construção do interdiscurso que tem como uma de suas apropriações a representação ou o resgate do *dizer do outro* no *dizer do eu*. Segundo Eni Orlandi o

“interdiscurso é a relação de um discurso com outros discursos. No sentido de que esta relação não se dá a partir de discursos empiricamente particularizados a priori. São elas próprias, as relações entre discursos, que dão a particularidade que constitui todo o discurso. E neste sentido o interdiscurso é o conjunto do dizível, histórica e linguisticamente definido, deste modo o enunciável (o dizível) é um já-dito e, como tal, é exterior à língua e ao sujeito. Ele se apresenta como séries de formulações distintas e dispersas que formam em seu conjunto o domínio da memória”.⁸⁶

utilizou o ataque como uma forma de defesa contra a dominação externa. Sobre o interdiscurso ver: ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do Discurso*. São Paulo. Pontes. 2005. Sobre a forma de como o discurso do Estado Novo utilizou o a história dando ênfase a um passado de resistência glorioso, ver: A Hora do Brasil. 7 de Setembro de 1942. Discurso do Presidente Getúlio Vargas. CPDOC/FGV Disco 025 FR07:LA FC05LB 464-485.

⁸⁴ PEREIRA, Orozimbo Martins. Op. Cit. p. 18.

⁸⁵ Perigo. *Folha da manhã* 12-02-42 p.03. Matutina.

⁸⁶ ORLANDI, Eni. *As Formas do Silêncio*. Campinas, Editora da Unicamp, 1992. p.89/90. Trata-se mesmo de entender o interdiscurso como a condição do discurso existir. Mas, isso não pode ser visto sem se pensar numa memória discursiva. Logo, ele é não apenas lugar importante para conceber sentido, mas principalmente para que o discurso exista. A memória discursiva é o povo e suas memórias recepcionando o discurso em função de um dado contexto e situação social, econômica e cultural, do qual a propaganda se torna possível nos campos do dizer e ouvir. Trata-se mesmo de entender o interdiscurso como a condição do discurso existir. Mas, isso não pode ser visto sem se pensar numa memória

Enquanto definidora do conceito de *interdiscurso*, a palavra ‘relação’ tem um sentido específico que nesse caso vem a ser a aproximação com o ideal construído pelo Estado Novo para apresentar um país sem contradições. Percebemos nesse período uma polifonia entre o discurso das instituições que permeiam a máquina estatal. Neste sentido o interdiscurso torna-se fundamental para a formação da concepção de sentido.

Dentro do processo de prática da defesa passiva em Pernambuco localizamos o *blackout*, ou seja, aquilo que os jornais também chamavam de *escurecimento*, conforme se lê no trecho e imagens a seguir:

O “black-out” consiste no escurecimento das cidades, das povoações e das residências particulares, originado – seja pela extinção de todas as luzes, seja pelas medidas tomadas previamente para velar a iluminação, de modo que as cidades, povoações, etc., não possam ser distinguidas pelos bombardeadores inimigos.⁸⁷

discursiva. Logo, ele é não apenas é lugar importante para conceber sentido, mas principalmente para que o discurso exista. A memória discursiva é o povo e suas memórias recepcionando o discurso em função de um dado contexto e situação social, econômica e cultural, do qual a propaganda se torna possível nos campos do dizer e ouvir. Ver: MAINGUENEAU, Dominique; CHARAUDEAU, Patrick. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo. Contexto. 2006. Verbetes: Interdiscurso e Memória Discursiva.

⁸⁷ PEREIRA, Orozimbo Martins. Op. Cit. p.58.

O ESCURECIMENTO (BLACK-OUT): (*)

I — Conselhos aos condutores de viaturas

Em consequência do "black-out" tem morrido milhares de indivíduos atropelados, e tem acontecido inúmeros desastres. E isso em países em que há um carro para cada cem habitantes. Eis por que os norte-americanos que dispõem de uma percentagem vinte vezes menor que essa, encaram, nesse momento, levando em conta o exemplo alheio, com os maiores cuidados todas as questões relativas ao trânsito durante o "black-out".

A Sra. Blanche Wolman, ex-membro da Cruz Vermelha Inglesa e atualmente instrutora de trânsito em Suffern, Nova York, é uma das pessoas que se preocupam bastante com as soberditas qualificações. Ela tomou a seu cargo o estudo referente à direção dos automóveis.

Em seu curso, frequentado por inúmeros motoristas, a Sra. Wolman recomenda as seguintes regras:

Preparar o carro: a) Com faixas brancas (cinco centímetros de largura), desde a frente até a retaguarda, feitas de preferência a tinta (figs. 1 e 2); b) Equipar o farol esquerdo, sendo a mão à direita, ou vice-versa com uma lâmpada de 7 "watts"; cobrir todo o vidro desse farol com tinta preta (e em camada bem espessa) ou pano preto, salvo numa pequena janela de 5 centímetros por 2,5 centímetros (Fig. 3); c) dispor uma cobertura na lâmpada vermelha da retaguarda, de sorte que o fluxo luminoso seja todo

refletido para baixo; d) cobrir o farol da direita com um pano preto, ou retirar a lâmpada dele.

Suponha-se o carro em movimento e ligados os dois faróis, quando aos o sinal de "black-out" normal: desligar imediatamente as lâmpas; parar o carro; adaptar os olhos à escuridão; acudir-se às luzes próprias; farol de esquerda e lâmpada vermelha da retaguarda.

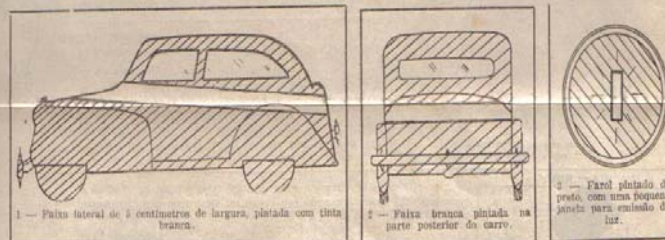
Jogar fora o cigarro.

Dar a saída em marcha lenta. São os "herbeiros" que gostam de arrancar depressa.

Manter-se sempre à direita. Não desviar-se para a esquerda, nem mesmo trinta centímetros. Trata-se da regra mais importante, porque instintivamente os motoristas no escuro fazem esse desvio.

Velocidade máxima: 20 a 30 quilômetros por hora. Não ultrapassá-la a qualquer pretexto.

Quando o caminho for difícil, e não houver possibilidade de emergir-lo com a luz do carro, é parar, descer, e ir verificar o que há pela frente, usando com a máxima cautela uma lanterna elétrica. Para mudar um pneu, proceder de maneira análoga.



II — Conselhos aos pedestres

Os pedestres precisam andar com muita cautela num "black-out". Em Londres, já morreram quatro cidadãos por simples esbarro, e vinte e dois de encontro a postes. Mas, o número toma proporções assustadoras, quando se refere aos atropelamentos por automóveis.

Os jornais ingleses quase todos os dias repetem estas versos:

When you're walking out to night

Remember this: wear something white.

Que em linguagem brasileira quer dizer: quando estiver andando de noite pelas ruas, use algo que seja branco.

Aqui está uma informação que presta Bert Andrews, acerca dos "black-outs" londrinos:

Bernard Shaw costuma vestir um casaco branco e levar um bengala pintada de branco. As senhoras usam meias brancas, ou pregam nas costas um pano branco, desde o pescoço até a bainha da saia. Alguns homens prendem nas calças umas tiras de pano branco em zig-zag. Há quem se dê ao luxo de botões luminosos.

A polícia recomenda que os pedestres no mínimo carreguem jornais.

Os luminotécnicos norte-americanos trabalham ativamente neste momento, em os laboratórios de pesquisas, no sentido de melhorar os "black-outs", desenvolvendo aparelhos especiais não só de iluminação geral mas ainda indicativos assim de obstáculos (meios fios nas curvas, linhas de segurança, árvores, etc.) como de abrigos, postos médicos e policiais, etc.

(*) Extrato de uma publicação feita no "O Radical", de 2-4-42, pelo Ten. Cel. Ary Murrell Lobo.

PEREIRA, Orozimbo Martins. *Alerta! Catecismo da Defesa Passiva Anti Aérea*. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1942.

O apagão da cidade entrará para a memória de vários cidadãos pernambucanos de forma tão marcante que alguns lembrarão da guerra por ele. O ex-colunista da *Folha da Manhã*, do *Jornal Pequeno* e do *Jornal do Comércio*, Haroldo Praça nos conta sobre o que representava a guerra vivenciada: “Vou dizer só uma coisa a você: Blackout! Você não via o Recife com essas luzes todas. Não tinha nenhuma,. Blackout! Racionamento e censura de tudo!”⁸⁸

O Blackout lembrado por Haroldo Praça fazia parte do exercício de Defesa Passiva Anti-Aerea realizado pela primeira vez no dia 16 de março de 1942, e saudado

⁸⁸ Entrevista com Haroldo Praça. *Acervo Particular Karl Schusrster Leão*. Min. 26.10.

na edição do dia seguinte da *Folha da Manhã* como um “*grande sucesso*”, pois a população começa a demonstrar desejo de participar do primeiro exercício de defesa da pátria.⁸⁹ Esta matéria do Jornal *Folha da Manhã* mostra o discurso de cooptação, sedução da população para apoiar projetos do governo, pois, um evento que seria de caráter estatal transforma-se num espetáculo regularmente noticiado no jornal para dar ênfase às providências tomadas pelo governo na defesa do Recife. A cooptação e a sedução encontram-se na construção do evento como sucesso. Se o exercício deu certo foi graças a organização do Estado e da população que fez sua parte para auxiliar a pátria. A própria notícia transforma-se em estímulo para angariar o apoio popular para os próximos exercícios de defesa.

Toda essa estrutura encontra-se presente também no *Alerta!* mostrando como uma cidade deve se preparar para um conflito bélico.⁹⁰ Esse documento é um compendio de estruturas de defesas de diversos países como Suíça, Estados Unidos, Rússia, Itália, França, Inglaterra, Alemanha dentre outros.⁹¹

No Arquivo Público Jordão Emerenciano, além de farta documentação interna do Governo, que nos permite visualizar as ações de preparação da sociedade ainda no seu nascedouro há também uma outra fonte para compreendermos esse momento de funcionalidade do “Serviço de Defesa Passiva Anti-Áerea.”⁹² Este fundo é composto de muito material de propaganda, relatórios e princípios básicos da defesa social recifense. Na Cartilha, cartazes e outros informes podemos ler como a população deveria agir em caso de ataque aéreo. Entre as ações recomendadas localizamos como a população deveria deixar as vias públicas livres; cuidados com determinados tipos de veículo (automóvel, bicicleta, carroça, montaria); como seu condutor deve agir; dirigir-se para os prédios em volta (o que parece um contra-senso: em caso de ataque, normalmente as pessoas deixam os prédios e seguem para abrigos anti-aéreos) Como estes últimos não existiam no Recife...⁹³ O governo instrui algo que se torna sem sentido para a população, mas que dentro do seu projeto político propagandeado na voz do jornal

⁸⁹ Ver: *Folha da Manhã*. 17/III/42. p. 01. Ed. Matutina. APEJE.

⁹⁰ Ver anexos. Blackout.

⁹¹ Um ponto ainda a ser estudado em Pernambuco é a participação da mulher no exercício de Defesa Passiva Antiaérea. No exercício do black-outs do Rio de Janeiro, por exemplo, as mulheres da Legião Brasileira de Assistência, foram protagonistas. Enquanto durava o black-outs as voluntárias circulavam pelas ruas, pedindo aos moradores o apagamento das luzes das casas e vistoriavam os espaços para garantir o sucesso da prática. Ver SIMILI, Ivana Guilherme. Op. Cit. p. 10.

⁹² Diversos Fundos, APEJE. O Fundo de Defesa Passiva de Pernambuco também utilizava os elementos propostos pelo livro do Coronel Orozimbo Martins Pereira. Ver Bibliografia.

⁹³ Ver anexos.

Folha da Manhã, funciona como a construção de uma imagem de guerra. Essas idéias constituem a guerra por serem a preparação, pois a guerra toca a população mais intimamente naquilo que é armado para que ela aconteça. Percebemos nesta fala governamental sobre os abrigos anti-aéreos a utilização funcional do que o teórico Guy Durandin intitulou de mentira na propaganda política. Nos alerta que a mentira consiste em dar a nossos interlocutores uma visão da realidade diferente da que se tem por certa e verdadeira. A partir desta afirmação, a relação entre objetividade e realidade é distorcida com elementos emotivos manipuláveis em função de interesses de poder que, em última instância, converte a quem, utiliza tal mentira, enquanto trama política, em indivíduos corruptos sem nenhum tipo de convicção ética nem valor humano. Em efeito, o papel da propaganda se fundamenta na ação de lograr influência nos grupos que se focam e se dirigem as mensagens⁹⁴. A idéia era transmitir a população à preocupação do Estado com a segurança nacional e a agilidade do mesmo em garantir e reafirmar a soberania nacional.

Estas orientações servem para ressaltar as dificuldades da organização defensiva recifense diante de provável invasão ou ataque. Através delas podemos intuir que mesmo os padrões de segurança mais básicos eram desconhecidos ou mal interpretados pelo governo e seus assistentes de preparação para a guerra. Essas deficiências ficam ainda mais claras quando consideramos as instalações militares que circundavam a cidade. Em primeiro lugar, o próprio treinamento militar dado aos soldados não os preparavam para o conflito.

Essa nossa percepção vem de relatos dos veteranos da 2ª Guerra, donde distinguimos dois grupos: os expedicionários, que foram lutar na Itália, e os ex-combatentes, que permaneceram no Brasil defendendo a retaguarda. Conversando com ex-combatentes, percebemos a total falta de estrutura para enfrentar uma guerra na Europa; eles não sabiam o que poderiam enfrentar. Por outro lado, os que ficavam guardando as costas, mesmo dedicados, não poderiam barrar uma invasão alemã ou italiana.

Quando nos deparamos com a máquina de guerra dos alemães ou americanos, percebemos que nossos recursos escassos não seriam suficientes para barrar uma possível invasão. Os jovens estavam imbuídos do desejo de guerra, em face da propaganda estadonovista, e, não tinham, em sua maioria, dimensão do que o conflito

⁹⁴ Ver: DURANDIN, Guy. *As mentiras na propaganda e na publicidade*. São Paulo. Ed. JSN. 1997.

representava. De que serviria, então, uma alocação de forças? De acordo com o nosso levantamento, para vigiar a costa contra submarinos. Há relatos antes do rompimento de relações do Brasil com as potências do Eixo, que submarinos alemães paravam nas costas brasileiras para abastecer-se de frutas, e isto tinha de ser evitado a todo custo. Para verificarmos a procedência destas falas⁹⁵, devemos recorrer aos arquivos do “Serviço de Documentação da Marinha” no Rio de Janeiro: todos os arquivos navais da época da guerra seguiram para esta instituição. Nos “boletins reservados”, de circulação restrita aos oficiais comandantes, hoje acessível para este nosso trabalho, é-nos possível construir algum conhecimento da veracidade ou não destes rumores. Pelos documentos, intuímos que o medo dos submarinos foi uma constante durante toda a guerra, especialmente em função da localização do Recife, cidade litorânea:

Até 1941 as operações dos submarinos do Eixo concentram-se nos mares da Europa e na costa africana do Atlântico Sul. (...) A 12.12.1941 ficou decidida à ampliação dos ataques à marinha mercante para as costas do continente americano. O problema do Eixo era agora estrangular a própria fonte de suprimentos de todos os inimigos: o chamado arsenal das democracias, os Estados Unidos.⁹⁶

Um dos elementos mais característicos dessa época, o já falado *Blackout*, não possuía apenas função contra os ataques aéreos, já que à noite um alvo iluminado é sempre um alvo mais vulnerável, e os navios e a cidade tinham de ser protegidos das vistas inimigas. Em relação ao medo dos submarinos podemos sintetizá-lo por uma constatação: a guerra começou, pelo menos para os recifenses, depois dos afundamentos de navios brasileiros. Note-se que a deflagração do conflito, há muito esperado, não foi espetacularmente noticiado nos jornais. Contudo, quando os alemães tomaram Paris, o choque foi maior, e perceberam que aquele conflito era diferente (pode-se tentar explicar este fato pela condição de cidade símbolo de que a capital francesa desfruta no mundo ocidental como também pelo número elevado de *francofilos* que existiam nas redações dos grandes jornais).

Mesmo assim, apesar do impacto inicial, a guerra parecia algo distante para a população até que os submarinos do Eixo, tentando sufocar a indústria americana, passaram a alvejar navios que comercializassem com os Estados Unidos. Assim, em questão de meses, diversos navios brasileiros foram postos a pique: Cabedelo (14/II/42);

⁹⁵ Que não são tão infundados assim: em seu livro *O Nordeste na Segunda Guerra Mundial – Antecedentes e Ocupação*, o general Paulo Duarte dedica um capítulo aos “Praianos e Pescadores na Vigilância do litoral”, instruindo-os para não serem enganados por inimigos disfarçados.

⁹⁶ SIQUEIRA, Deoclécio L. de, *op cit*, p.122.

Buarque (16/II/42); Olinda (18/II/42); Arabutam (07/III/42); Cairu (008/III/42); Parnaíba (01/V/42).

Em 10 de março de 1942 um navio brasileiro foi “torpedeado”, o Arabutam, com cinqüenta tripulantes. Este navio levava um carregamento de algodão para os Estados Unidos e traria para o Brasil carvão que estava destinado à Central do Brasil.

Mais um navio brasileiro foi torpedeado. Foi torpedeado, sem aviso prévio, num cruel desprezo pela vida dos nossos tripulantes. Que trazia esse barco da América do Norte para o Brasil? Não trazia material de guerra, não trazia “tanks”, nem aviões. Trazia carvão para as nossas locomotivas.⁹⁷

Para o interventor de Pernambuco, Agamenon Magalhães, o que se procura com esse ato de “pura arrogância e de pirataria” era perturbar o nosso “labor pacífico”. No dia 28 de julho de 1942 o navio Tamandaré teria o mesmo fim de tantos outros. Foi torpedeado e afundou em torno de 40 minutos. Não deu nem para pedir socorro. Este navio conduzia nessa viagem grandes carregamentos de tecidos, produtos farmacêuticos, café, minerais e paina. O Departamento de Imprensa e Propaganda soltou uma nota sobre o acontecido:

Todos os vespertinos publicam a nota do DIP, sobre o torpedeamento do navio brasileiro “Tamandaré”. Os jornais verberam, com palavras de revolta e indignação, mais esse atentado existia, condenando os processos de guerra empregados pela trilogia maldita que ensanguenta o mundo.⁹⁸

Outro navio brasileiro que naufragou no Atlântico foi o Buarque, que sofreu ataque nos mares venezuelanos. A notícia do afundamento do Buarque foi transmitida à população brasileira através de nota do DIP nos jornais e através do rádio, que interromperam seus programas para transmitir o ocorrido. Não fora a primeira vez que o Buarque tivera problemas em suas viagens. Segundo o *Diário de Pernambuco*, em 1941, o navio foi interceptado por navios de guerra ingleses, em frente à costa da Venezuela e retido por vários dias. Alegavam as autoridades britânicas encarregadas do controle do bloqueio que o Buarque transportava grande quantidade de tecidos destinada a uma firma alemã daquela nação, incluída na lista negra dos ingleses. Portanto, essa carga era considerada contrabando de guerra. Naturalmente as posições se inverteram. Com a aproximação do Brasil às potências Aliadas agora os países do Eixo consideravam a carga transportada

⁹⁷ MAGALHÃES, Agamenon. *Perigo!* Folha da Manhã. 12/03/1942. p. 03 Ed. Matutina.

⁹⁸ Folha da Manhã. Torpedeado e Afundado o Tamandaré. 31/08/1942. p. 01/05 Ed. Matutina.

pelo Buarque para os Estados Unidos um “contrabando de guerra”⁹⁹. Estes fatos levaram o Brasil a romper relações com o Eixo.

Até então, Getúlio agia segundo o conhecido “Movimento Pendular”, acenando ora para os Estados Unidos, ora para os Alemães. Mesmo dentro do governo existiam preferências diferentes, fato reconhecido mesmo pelos líderes nazistas. Joseph Goebbels anotou em seu diário no dia 26 de março de 1942:

O Ministro do Exterior apresentou-me um sumário da situação no Brasil. Travou-se seria luta entre o presidente Vargas, que está muito inclinado para o nosso lado, e o Ministro do Exterior Aranha, que é um tipo comprado por Roosevelt (...).¹⁰⁰

Existiam, sim, fortes laços econômicos com o Eixo, mas “*sem se desprender (com a defensiva prudência do seu instinto de duração) da solidariedade americana.*”

¹⁰¹ Os torpedeamentos, contudo, conseguiram o que anos de pressão norte-americana não foram capazes: o Brasil rompeu suas relações com a Itália, Alemanha e Japão.

De grande impacto, contudo, foram os afundamentos em águas brasileiras de navios de cabotagem: o Norte e o Nordeste brasileiros dependiam fundamentalmente dos seus portos, já que as comunicações internas eram quase inexistentes. Quando os navios brasileiros começaram a ser torpedeados, o moral da população mudou. O que era um conflito em continentes distantes transformou-se em algo palpável, com corpos chegando à praia. Baependi, Araraquara Aníbal, Benévolo, Itagiba, Arara e Jacira passaram a ser nomes guardados na memória, dada a indignação daqueles que viviam naquela época. Navios de civis afundados muitas vezes sem chance de salvar seus passageiros.

A capa da *Folha da Manhã* do dia 31 de julho de 1942 vem com sua manchete relatando o incidente com títulos em grande destaque: “*TORPEDEADO E AFUNDADO O “TAMANDARÉ.” QUATRO MORTOS E TRÊS FERIDOS SALVOS QUARETA E OITO TRIPULANTES*”.¹⁰² Essas propagandas de torpedeamentos são importantes para mostrar como o governo agia em conformidade a outros países da Europa antes da primeira guerra mundial. A propaganda auxiliou a aguçar essa tensão chegando a um

⁹⁹ Diário de Pernambuco. *Posto a pique o “Buarque”*. Submarino alemão atingiu de surpresa o navio brasileiro. 19/02/1942. p.01.

¹⁰⁰ GOEBBELS, Joseph. *Diário (1942-1943)*. Rio de Janeiro. Editora A Noite. s/d. p.140.

¹⁰¹ CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Vol VI. Rio de Janeiro. José Olímpio. 1963.p.2314.

¹⁰² Folha da manhã Matutina. *Torpedeado e afundado o Tamandaré*. 31-08-42 p.01 cont 05. Ed. Matutina.

nível tão insustentável que a própria população exigiu a guerra.¹⁰³ Em Pernambuco, a *Folha da Manhã* passou a relatar, depois dos incidentes com os navios, a inquietação popular pedindo que o governo tomasse providências: *NOVAS DEMONSTRAÇÕES DE PROTESTO CONTRA O AFUNDAMENTO DOS NAVIOS NACIONAIS*.¹⁰⁴



105

Essas imagens mostram manifestações populares em frente ao palácio do governo de Agamenon Magalhães pedindo que o Brasil declare guerra ao Eixo. Com as relações diplomáticas rompidas desde janeiro de 42, não era nenhuma surpresa para o comando das forças armadas de que os incidentes viessem a ocorrer. Mesmo depois do Brasil ter declarado Estado de Beligerância contra as potências do Eixo, essa manifestação, encabeçada por uma maioria de jovens estudantes, se enquadra nas especificações do teórico Elias Canetti em seu clássico livro *Massa e Poder*: “A massa não se contenta mais com condições e promessas pias; deseja vivenciar ela própria a grandiosa sensação de sua força e paixões animais, valendo-se continuamente para tanto de tudo quanto se lhe oferece em termos de oportunidades e demandas sociais”¹⁰⁶. O afundamento dos navios brasileiros na costa foi um dispositivo que funcionou como uma *descarga*¹⁰⁷, desvencilhando o povo de suas diferenças para unificá-lo em prol de um ideal maior. Segundo Maria Helena Capelato “os sentimentos, fenômenos de longa

¹⁰³ Ver: Bárbara Tuchumam. *A Torre do Orgulho*. A Europa antes da primeira guerra mundial.

¹⁰⁴ Folha da Manhã 20-08-42 matutina p.01 cont 05.

¹⁰⁵ Folha da Manhã. 19/08/1942. p. 05. Ed. Matutina.

¹⁰⁶ CANETTI, Elias. *Massa e Poder*. São Paulo. Companhia das Letras. 2005. p.19.

¹⁰⁷ Conceito cunhado por Elias Canetti para identificar o momento em que os indivíduos são transformados em massa, esquecendo suas separações e sentindo-se iguais pela aproximação trazida pela conjuntura. Ver: CANETTI, Elias. Op. Cit. p.16/17.

duração, são manipulados de forma intensa pelas técnicas de propaganda com o objetivo de produzir forte emoção.”¹⁰⁸

Uma interpretação interessante, para nossos objetivos neste capítulo, é a de Moreira da Silva que, através do samba *Diplomata* (1944), revela a pressão que se começa a fazer sobre o governo para que o Brasil tome uma posição diante dos acontecimentos, deixando sua posição de “Defesa Passiva”, uma vez que o povo visualizava na imagem do governo varguista a figura de um “homem de fibra”:

*Eu juro que é verdade o que vou dizer:
Não quero ver a luz do dia, nem ter o pão para comer
Que rasguem a minha roupa, botem fora o meu feijão,
Que quebrem a minha louça ou (...) meu barracão
Podem me chamar de feio e até pisar no meu calo
Te garanto, meu amigo, agüento firme e nada falo,
São conselhos de meu pai, que sempre assim me dizia:
Só se vence nesse mundo com muita diplomacia
E aqueles caras lá de fora pensam que isso é covardia.
Nasci no Rio de Janeiro sou reservista, sou brasileiro.
Minha bandeira foi desrespeitada, foi humilhada e ultrajada
Independência ou Morte, é o brado da majestade
Brasileiros do sul, do centro e do norte, soldados da liberdade,
Unidos seremos fortes, para lutar e vencer, o Brasil espera que
cada um saiba cumprir o seu dever.
Felizmente nessas horas tristes, dolorosas e bem amargas
Temos um homem de fibra que é o presidente Vargas
Debaixo de suas ordens, quero empunhar um fuzil
Para lutar, vencer ou morrer pela honra do meu Brasil.¹⁰⁹*

Este samba mesmo sendo escrito em 1944, demonstra uma produção de sentido da propaganda do Estado Novo, de pátria, de nacionalismo, onde todos deveriam estar

¹⁰⁸ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Propaganda Política e controle dos meios de comunicação*. In: PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro. Ed. Fundação Getúlio Vargas. 1999. p.160.

¹⁰⁹ GONÇALVES, Henrique. *Diplomata*. Gênero: Samba. Gravadora: Odeon. Disponível em: http://www.anvfeb.com.br/musicas_da_feb.htm Acessado em: 02/09/07 as 12:25.

aptos a se sacrificar em benefício da nação. Tem-se à noção que a nação brasileira foi construída em ordem sendo essa idéia um dos lemas do estadonovismo. Demonstra-se que o Estado está fazendo sua parte e incute o dever da contra partida do cidadão, que pelo presidente e pelo Brasil deveria se doar à nação em prol de defender-se.

Em artigo intitulado “A Definição Brasileira”, Agamenon Magalhães apresenta a fala do presidente Getúlio Vargas sobre a posição do Brasil no conflito. Diz que nossa obrigação é com a defesa do continente e qualquer que seja a nação sob ameaça contará com a solidariedade brasileira. “A solidariedade americana não é mais um artigo de perfumaria. É uma decisão histórica com a sua grandeza e os seus riscos. Eminentemente e contra os quais devemos estar prevenidos”¹¹⁰.

Na Conferência dos Chanceleres, realizada no Rio de Janeiro, constam as medidas de preservação da soberania e integridade territorial das Repúblicas americanas e medidas referentes ao revigoramento da solidariedade econômica entre os países. Esse plano enquadra-se na definição, da internacionalista Letícia Pinheiro, de política externa, que pode ser entendida

(...) como o conjunto de ações e decisões de um determinado ator, geralmente mas não necessariamente o Estado, em relação a outros Estados ou atores externos – tais como organizações internacionais, corporações multinacionais ou atores transnacionais –, formulada a partir de oportunidades e demandas de natureza doméstica e/ou internacional. Nesse sentido, trata-se da conjugação dos interesses e idéias dos representantes de um Estado sobre sua inserção no sistema internacional tal como este se apresenta ou em direção à sua reestruturação, balizados por seus recursos de poder.¹¹¹

A autora nos remete a noção de que a política externa brasileira no século XX caracteriza-se pela busca da autonomia, mesmo que durante algumas vezes fosse necessário o alinhamento com determinada potência mundial.

No que diz respeito a proteção do Hemisfério Ocidental cada um dos países devem tomar as medidas cabíveis para evitar atividades de estrangeiros que contribuam para por em risco a paz e a soberania nacional. No que tange a solidariedade econômica acentua-se as seguintes questões: 1) uma fiscalização da exportação, para que em cada país não falte materiais “básicos e estratégicos”; 2) entendimento entre os chefes de Estado para cooperação no aumento de materiais estratégicos; 3) fornecimento de importação essencial à manutenção das economias domésticas; 4) melhoria dos transportes marítimos e fiscalização das atividades econômicas e comerciais de

¹¹⁰ MAGLHÃES, Agamenon. *A Definição Brasileira*. Folha da Manhã. 04/01/1942. p.03. Ed. Matutina.

¹¹¹ PINHEIRO, Letícia. Op. Cit. p.07.

estrangeiros considerados prejudiciais ao bem estar das nações aliadas. Para a realização da Conferência dos Chanceleres o Palácio do Itamaratí foi todo reformado e adaptado às exigências internacionais. Os jornalistas estrangeiros tiveram à sua disposição mesas, telefones e cabines. A repartição dos Telégrafos instalou uma estação especial no local para que o serviço chegasse diretamente em outros países. Ainda foi criado no Palácio um luxuoso restaurante para as delegações. A Conferência foi inaugurada no dia 16 de janeiro de 1942 pelo presidente Vargas. Foi intitulada, pelos principais jornais em circulação de Pernambuco, como “o maior acontecimento sulamericano dos últimos tempos”¹¹². O jornal *Folha da Manhã* diz que “no seio da imprensa local a Conferência tem sido comentada de várias maneiras, ao sabor das tendências dos jornais e jornalistas”. Segundo o mesmo periódico duas notícias são constantes entre todos os jornalistas que cobrem o evento: “A primeira é que a união continental sairá da Conferência ainda mais cimentada e forte. A segunda, que todos os países americanos apoiarão as medidas mais drásticas possíveis para combate ao quintacolonismo”¹¹³.

Em Washington a notícia de que o presidente Getúlio Vargas decretou o rompimento com o Eixo, segundo a *Folha da Manhã*, causou muita satisfação. Nos Estados Unidos, diz o jornal, comenta-se que a “atitude do Brasil constitui uma séria derrota para o Eixo, pois pela sua situação estratégica e pelo seu grande potencial, o Brasil está destinado a representar importantíssimo papel na defesa do hemisfério”¹¹⁴.

O Recife e Natal apresentam, pela sua situação geográfica, pontos estratégicos na Defesa do Brasil, se porventura formos atacados por qualquer invasor – declarou o general Leitão de Carvalho. Porisso, êsses dois pontos do Brasil têm merecido por parte do governo da República, através dos órgãos militares, a maior atenção e cuidado, quanto ao estabelecimento dos meios de defesa. O Brasil pode ser atacado e devemos estar preparados para quaisquer eventualidades. O instante é sumamente grave. O perigo nos ameaça e devemos estar prevenidos para enfrentá-lo¹¹⁵.

Para Agamenon Magalhães uma das conseqüências trazidas pela guerra foi à aproximação entre brasileiros e americanos, mesmo os *quintacolonas* tentando acabar com os esforços de união entre as duas nações. “O resultado é o que está aí. O

¹¹² *Folha da Manhã. Não mediremos sacrifícios para a defesa coletiva.* 16/01/1942. p.07. Ed. Matutina.

¹¹³ *Idem*, p. 07.

¹¹⁴ *Folha da Manhã. Rompimento do Brasil com o Eixo.* 29/01/42. p. 07. Ed. Matutina.

¹¹⁵ *Folha da Manhã. Devemos estar preparados para qualquer eventualidade.* 12/04/42. p.01/05 Ed. Matutina.

marinheiro ou o soldado americano é hoje como se fôsse qualquer do nosso povo, identificado com os nossos costumes e o nosso patriotismo”¹¹⁶.

No limiar da conferência do Rio de Janeiro, representantes dos governos de vinte e uma repúblicas, havendo de observar que não apenas os Estados Unidos, mas todos os países do continente que revivem tendências e aspirações seculares no espaço fúgido de algumas moras. Há uma inteligência tutelar que sobrepára uma região. É a de Simão Bolívar. O representante dos Estados Unidos, o eminente Sr. Summer Wels, não lhe citou o nome, ontén, na audiência concedida a alguns jornalistas brasileiros. Mas repetiu-lhe literalmente o pensamento e quase as palavras referentes à unidade moral e política da América. Este é o privilégio dos gênios. Eles vêm com o rigor das coisas presentes verdades que se afirmaram com tais daqui a muitos decênios¹¹⁷.

Algumas colônias estrangeiras também representaram seu apoio ao Brasil no momento do rompimento das relações com Roma, Berlim e Tóquio. Um exemplo disso são os líderes das colônias portuguesas no Brasil que publicaram em nota no *Diário da Noite* convidando seus compatriotas a se manterem solidários com a atitude de rompimento das relações com as potências do Eixo dos países americanos traçada na Conferência dos Chanceleres. A nota conclui explicitando que todos os portugueses que estiverem de acordo com a declaração feita pela reunião dos líderes americanos, deverão dirigir-se pelos Correios, à secretaria do Palácio do Catete, espontaneamente. A declaração seguiria o seguinte modelo: “Eu, português, fulano de tal, exercendo tal profissão, estou desde já incondicionalmente ao serviço do Brasil”¹¹⁸.

Esses aparatos constituíram a passagem de um país que até então tinha se mostrado neutro a guerra na Europa e que a partir de agora tomara uma posição no conflito mundial, apoiando os estados ditos democráticos. Todos os alertas e indicações de segurança pregadas pelo governo através dos jornais e rádio durante o ano deveriam ser postas em prática. Em 22 de agosto de 1942, começa para o Brasil, oficialmente, a Segunda Guerra Mundial para uma sociedade que havia sido previamente *preparada* para participar da guerra.

A juventude brasileira, em nome dos reservistas, foi convocada para ajudar o país dentro do esforço de guerra. Muitos foram pegos de surpresa. Isto demonstra que a

¹¹⁶ Idem, p.01/05.

¹¹⁷Diário de Pernambuco. *A Conferência do Rio. Fala de Lindolfo Collor no Diário de Pernambuco no encerramento da Conferência dos Chanceleres*. 16/01/1942. p.04.

¹¹⁸Diário de Pernambuco. *O Brasil Rompe com o Eixo*. 29/01/1942. p.01.

propaganda não atingiu a todos, mesmo quando alertou sobre os perigos da guerra. A historiadora Maria Helena Capelato nos permite constatar que a utilização dos meios de comunicação como propaganda política

(...) apesar da enorme importância desses veículos para divulgação das mensagens políticas, não se pode exagerar sua importância no que se refere ao controle das consciências. As teses que insistem na onipotência da propaganda política não levam em conta o fato de que ela só reforça tendências já existentes na sociedade e que a eficácia de sua atuação depende da capacidade de captar e explorar os anseios e interesses predominantes num dado momento. Cabe lembrar que mesmo os regimes que levaram esse controle ao extremo não conseguiram atingir o objetivo de formar a “opinião única”. Tal constatação não implica menosprezo da importância da propaganda política: mesmo sem obter adesão unânime, ela foi um dos pilares de sustentação do poder.¹¹⁹

Isso nos ajuda a reafirmar a tese de que a propaganda estimula sentidos pré-existentes e, a quem a propaganda não toca é a quem seus signos não trazem significados. A guerra começara e traria para o Brasil um clima de insegurança e incerteza do que seria da nação caso fossemos atacados. A propaganda do Estado era sempre forte e relutante em dizer que o Brasil estava pronto para lutar conjuntamente com as democracias americanas, evitando assim, tornar público toda fragilidade militar e bélica existente no país em caso de guerra.

Esse quadro de proximidade modificou o animo da população, que saiu em marcha exigindo a guerra. Impossibilitado de interromper todo o comércio marítimo (um lei chegou a ser publicada) o que asfixiaria todo o Norte do país, o Brasil – e Recife, em particular – não tem outra opção senão defender suas costas: soldados precariamente instalados nos fortes, aviões americanos e brasileiros circulando entre os portos mais distantes; dirigíveis americanos perto da costa. Era o Nordeste pronto para a guerra.

Apesar de todas as deficiências, a força da retaguarda conseguiu exercer grande papel no conflito do atlântico Sul:

Dados sobre a participação brasileira na Batalha do Atlântico¹²⁰:

- Sua primeira função era a proteção ao tráfico marítimo:
 - a) Navios escoltados: 2881
 - b) Extensão percorrida: 600.000 milhas (30 voltas ao mundo a altura do Equador)

¹¹⁹ CAPELATO, Maria Helena Rolim. Op. Cit. p.178/179.

¹²⁰ Mural da associação de Ex-Combatentes do Recife.

- Ataques e destruição de submarinos:
 - a) positivos (confirmados): 46
 - b) duvidosos: 123
 - c) afundamentos homologados: 18
- Recolhimento de Náufragos em Alto Mar: 654
- Patrulha Oceânica:
 - a) duração: 12 -> 14 dias
 - b) em 24 h, batiam-se (percorriam-se) áreas de 700 ou 200 milhas
- Mortos: 946
- Navios afundados: 34

A Segunda Guerra Mundial foi um evento marcante para todos os povos que participaram dela e o Brasil não era exceção. É premente, então resgatar esse momento na história do Recife, cidade que, como já afirmamos exerceu um importante papel no teatro de operações do conflito. Modris Eksteins no seu livro *A Sagração da Primavera* elabora a idéia que nos serve para perceber o Recife dessa época. A noção de “Espírito de uma era” nos remete a idéia de que a guerra não é apenas uma luta para angariar território, a guerra pode ser vista como uma luta de afirmação das nações através da cultura. É a sociedade e a cultura produzida num determinado contexto histórico que explicam as motivações desses conflitos beligerantes. A guerra para Modris deve ser entendida como a produção das contradições e afirmações culturais das nações. Isso nos remete ao Recife quando percebemos que os jovens participarão ativamente das manifestações pedindo a guerra porque estão imbuídos desse “Espírito de uma era”. Eles estão aptos a absorver um discurso de nacionalidade de defesa da sua cultura, da sua nação e pátria.

Em Recife o movimento aumentava cada vez mais. Era a sede dos grandes comandos pela segurança do nordeste e do Atlântico Sul. Os ataques de agosto trouxeram preocupações de toda ordem. Ficou claro a constatação de um despreparo inquietante.¹²¹

A cidade do Recife começou a ser vista e a se ver numa lógica nacional de defesa. Uma cidade dentre tantas outras da costa agora se torna ponto fundamental de apoio ao Estado de Beligerância e se vê ligada à insegurança trazida pela ameaça da

¹²¹ SIQUEIRA, Deoclécio L. de, op cit, p. 187.

guerra. Por outro lado, a guerra modificou as práticas cotidianas dos cidadãos recifenses. Após esta apresentação do modelo de propaganda implementada pelo Estado para preparar e tentar disciplinar a sociedade, que passou a viver o perigo latente de uma guerra, faremos uma explanação do cotidiano e dos fatos desta guerra para o recifense através de eixos que permeavam o dia-a-dia do pernambucano através da imprensa.

**PARTE II: COM QUE ROUPA EU VOU PRA GUERRA QUE VOCÊ
ME CONVOCOU?**

HISTÓRIAS DA PROPAGANDA DE UMA “GUERRA COMO METÁFORA”

“Mas, ter horror à guerra é uma coisa, e cultivar a esperança de evitá-la só com palavras; com ladainhas e invocações em face do perigo é outra bem diferente, que restabelece, na verdade, certas práticas medievais, em que ao incêndio à peste, à seca, se opunham as procissões com imagens santas.”

(Serge Tchakhotine, A mistificação das massas pela Propaganda Política)

*Agora eu vou mudar minha conduta
Eu vou à luta, pois eu quero me aprumar
Vou tratar você com força bruta
Pra poder me reabilitar
Pois essa vida não está sopa, e eu me pergunto com que roupa?
Com que roupa eu vou?
Pro samba que você me convidou....¹²²*

A música *Com que Roupa*, do músico e compositor Noel Rosa marcou a década de 1930 e 1940 no Brasil sendo uma das mais tocadas nos rádios. Seu sucesso veio a popularizar a expressão *Com que Roupa*, que segundo Noel, objetivava mostrar um *Brasil de tanga, pobre e maltrapilho*¹²³. Quando a canção foi feita seus compassos iniciais se assemelhavam com o do hino nacional, que depois foi modificado pelo músico Homero Dornelas. Essa música representa na primeira estrofe um Brasil de eminentes transformações. Em 1931, ano em que foi escrita, fazia um ano que Getúlio Vargas governava o Brasil. Noel Rosa faz uma crítica para dizer que mesmo num período de mudanças continuam os problemas sociais e a pobreza continua a ser uma questão a ser problematizada. Como essa música passou quase 20 anos tocando nas rádios, seria quase inevitável não olharmos para ela no momento em que o Brasil se envolve no conflito beligerante. Mudar a conduta, a primeira idéia da música, é uma proposta que está enquadrada nos moldes ideários estadonovistas. Uma das preocupações do governo federal e das interventorias, é tentar moldar a sociedade para

¹²² ROSA, Noel. *Com que Roupa*. Rio de Janeiro. Parlophon, 13245-a. 1934.

¹²³ SEVERIANO, Jairo; DE MELLO, Zuzi Homem. *A Canção no Tempo: 85 anos de músicas brasileiras. Vol. 1 1901-1957*. São Paulo. 2006. p.105.

os objetivos da construção de uma nação forte e coesa. *Eu vou à luta pois eu quero me aprumar*, é a resposta desse cidadão que cooptado por essa ideologia. Querer se reabilitar por que a vida não está sopa, é um lema a ser seguido em tempos de guerra. Mudar hábitos, reeducar o cidadão para a compreensão de que o mais importante agora é defender a soberania nacional e o Estado precisa da sua cooperação. Nosso objetivo neste capítulo é mostrar como a imprensa, através dos discursos e das imagens, serviu de força auxiliar ao Estado na tentativa de capitular a população para o Esforço de Guerra.

O presente capítulo dividi-se em seis partes. Num primeiro plano abordamos a política estatal de recrutar a juventude através da propaganda, mostrando como a população deveria servir a pátria num momento de dificuldade. No segundo, apontamos como a imprensa trabalhou os ideais do Estado em tempos de guerra para assim atingir seus objetivos. No terceiro mostramos como black-out foi utilizado como instrumento de disciplinarização social durante o Estado de Beligerância. No quarto nos remetemos ao estudo de uma economia de guerra traçada pelo governo estadonovista. No quinto e no sexto momento, trataremos respectivamente do racionamento de gêneros e dos esforços empreendidos pela população e pelo governo para se adequar as intempéries trazidas pela guerra. Nosso objetivo é mostrar como o Regime, apoiado por grande parte da imprensa, tentou disciplinar a sociedade pernambucana para manter-se estável num momento em que uma guerra desestabilizou seus interesses primeiros.

RECRUTAMENTO

Em de maio de 1942, na *Folha da Manhã*, principal veículo de comunicação impressa do Estado, em artigo intitulado “O RESERVISTA”, Agamenon Magalhães mostra a importância do reservista para a nação. Elemento este que em “tempos calmos ou medíocres” é um desconhecido, mas também, um homem que tem predestinação aos grandes feitos. Assim, Agamenon explicita que o país necessita de sua presença para assegurar a soberania nacional. O esforço feito pelo reservista não é individual, mas coletivo em prol da nação. O reservista passa a ser elemento presente nas matérias e chamadas do jornal de maior circulação do estado diante do perigo eminente de uma guerra. “É o sacrifício de cada um dos reservistas, de cada um dos soldados para que a pátria sobreviva, na memória e nos feitos dos que souberam morrer por ela ou defendê-la com bravura”¹²⁴. Não se trata aqui de entender o recrutamento como um modelo *suus generis* de propaganda, mas mostra que neste momento funciona como um dispositivo de chamada da nação para cumprir seu dever com a pátria. A propaganda será um dos meios encontrados pelo Estado para reforçar a importância do alistamento militar.

No mês seguinte tronam-se regulares as chamadas direcionadas aos reservistas. Essas chamadas apelam ao patriotismo, aguçando este sentimento cada vez mais trabalhado pelo Estado Novo. “Reservista! Aproxima-se o momento de pores a’ prova o teu patriotismo! O Brasil e o exército precisam dos teus serviços! Prepara-te, pois, para atender ao primeiro chamado!”¹²⁵.

Em 20 de junho de 1942 será realizada a primeira convocação aos reservistas. A tentativa de criar uma atmosfera auspiciosa à conscrição militar buscava deslegitimar a idéia de que esse era um momento de “apreensões e incertezas”. Em sua coluna o interventor argumenta que “Essa geração que está sendo chamada para as fileiras do exército, é a nossa sementeira de heróis. O seu destino é o destino do Brasil”¹²⁶. Esse discurso transfere a responsabilidade pelo futuro da nação ao reservista, confunde-o com a nação. O soldado torna-se o próprio país, sua vitória transforma-se em vitória da nação.¹²⁷ Esse artigo, de repercussão nacional, mereceu atenção especial do Gal.

¹²⁴ MAGALHÃES, Agamenon. O Reservista. *Folha da Manhã*. 22/05/1942. Ed. Matutina. p.03.

¹²⁵ *Folha da Manhã*. 14/06/1942. Ed. Matutina. p. 05.

¹²⁶ MAGALHÃES, Agamenon. Convocação dos Reservistas. *Folha da Manhã*. 20/06/1942. Ed. Matutina. p. 03.

¹²⁷ Em *Nação e Consciência Nacional*, Benedict Anderson examina o nacionalismo como fenômeno composto por ordenamentos culturais e conjuntos de relações que podem sofrer alterações históricas a ponto de redefinir as construções de alteridades nacionais e até mesmo redimensionar a própria motivação

Mascarenhas de Moraes, que, através de telegrama, parabenizou Magalhães por cumprir exemplarmente o fundamental objetivo de “convencer e orientar a nossa brava gente na defesa do Brasil”¹²⁸.

Arnóbio Vanderlei, no artigo “CONVOCAÇÃO”, entende que

A atual geração de brasileiros tem o privilégio de viver numa época na qual as palavras se ligam aos fatos. As palavras querem realizar-se. Não se contentam no embalo da inseqüência que era o deleite das gerações passadas. [...] A convocação que se está fazendo, não é para nós apenas um dever. É mais que isso. É uma oportunidade. A oportunidade de darmos toda a medida de nós mesmos.

Percebe-se na fala do articulista o que Bourdieu chamou de “garantia de delegação”, ou seja, sua fala é legitimada a partir do momento em que assume afinidade com o discurso estatal. Através do “poder delegado”¹²⁹ sua narração assume o caráter testemunhal. Um testemunho dentre tantos outros que se articula aos ideais do Estado.

Em 1943 foi aberta no Brasil a convocação para o voluntariado militar. Brasileiros de 21 à 26 anos de idade estavam convocados a cumprirem com o “esforço patriótico”. O discurso governamental apontava para uma ligação entre o esforço econômico e militar para mostrar a importância do reservista que deveria se apresentar como voluntário.

O dever de servir é hoje o maior dos deveres. [...]Ninguém tenha medo de servir. A indiferença, o comodismo e a inércia, nessa hora, são crimes contra o Brasil. Acima de todos os interesses e contingências estão as necessidades de segurança nacional. É mister que todos sintam e propaguem essa verdade.

O exército não é só uma escola de armas. É uma escola de educação física, de educação, de saúde, enfim, do corpo e da alma. A disciplina tem hoje outro sentido¹³⁰.

O exército não só possuía importância em períodos de beligerância, mas suas Escolas Militares contribuíam para “construir e consolidar a imagem das forças armadas como “guardiãs da Pátria”, incorruptíveis e, sobretudo com fiel da balança”¹³¹.

de criação de um “outro”. Esse aguçamento do nacionalismo e a necessidade de criação de um “outro” como inimigo da pátria, serão utilizados para despertar o dever da sociedade em defender o país. Para uma maior discussão das definições de nacionalismo ver: ANDERSON, Benedict, *Nação e Consciência Nacional*, São Paulo: Ática, 1991. p. 12.

¹²⁸ *Folha da Manhã*. 21/06/1942. Ed. Matutina. Capa. p.01.

¹²⁹ BOURDIEU, Pierre. *O Que Falar quer dizer: a economia das trocas lingüísticas*. Miraflores/Portugal. Difel. 1998. p.95.

“O poder das palavras é apenas o *poder delegado* do porta-voz e de suas palavras – quer dizer, indissociavelmente, a matéria do seu discurso e a sua maneira de falar são, quando muito um testemunho e um testemunho entre outros, da *garantia de delegação* de que está investido.”

¹³⁰ Voluntariado Militar. *Folha da Manhã*. 22/06/1943. Ed. Matutina. p.03.

O Estado getulista procurou mostrar a juventude que era importante viver e morrer pela pátria, fazendo com que muitos jovens abdicassem dos seus desejos prementes para atender ao apelo da nação. Um exemplo disso é o pracinha Ayrton Viana Guimarães que em suas memórias relata seu desejo de ser cantor e ator, mas acaba no *front* de batalha¹³².

Na cartilha da juventude no Estado Novo encontramos um jovem cortando com um machadinho o próprio braço e com uma espada encravada no pé direito dizendo:

De mim dou-vos a mais absoluta certeza de não faltar à vocação da minha vida, que é servir a Pátria, dia por dia, hora por hora, de minuto a minuto. Não há hesitações no meu espírito. Prefiro ser eliminado, trucidado; pela ferocidade humana, a ceder, uma linha sequer, na execução do programa de reconstrução moral e material do Brasil, dentro dos postulados de sadio-nacionalismo que constituem a estrutura do Estado Novo¹³³.

¹³¹ SANTOS, Miriam de Oliveira. *Berços de Heróis: o papel das escolas militares na formação de “salvadores da pátria”*. São Paulo. Anna Blume. 2004. p. 12.

¹³² Ver: GUIMARÃES, Ayrton Viana. *Do Teatro ao Teatro de Guerra: caminhos e descaminhos de um pracinha na Segunda Guerra Mundial*. Pernambuco. Edição Independente.

¹³³ Fundação Getulio Vargas/ CPDOC. A Juventude no Estado Novo. p.19.



134

Nesse momento constrói-se a propaganda que transformará o soldado num *herói*, que depois será desconstruída pela historiografia nos anos que sucederam a guerra. Neste momento o mais importante era manter a população unida e coesa em prol do Estado.

Samuel P. Huntington em seu clássico livro *O Soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares*, nos mostra como

Na Segunda Guerra Mundial, o poder dos líderes militares profissionais alcançou culturas sem precedentes. Mas eles só galgaram esses costumes porque sacrificaram sua perspectiva militar e aceitaram os valores nacionais.¹³⁵

Esse ideal, explicitado por Huntington, trará, por exemplo, muitos jovens para o exército. Além de ter outra perspectiva de vida, a juventude estará se doando em prol da

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ HUNTINGTON, Samuel P. *O Soldado e o Estado: teoria e políticas das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 1996.p. 338.

nacionalidade, defendendo seu país de um perigo eminente. Mesmo, às vezes, sacrificando a própria vida pela pátria.

Em artigo intitulado “Contando os Milhões de Patriotas...”, no *Jornal Folha da Manhã*, encontramos o discurso que procura mostrar a população que o alistamento militar é algo bom e tranquilo porque as pessoas tem gosto de fazê-lo graças ao cunho patriótico. Segundo a matéria, as pessoas antigamente chegavam até a “inventar defeitos físicos nas mãos para não se alistar”¹³⁶. (Folha da Manhã Contando milhões de patriotas...) O discurso apela para o nacionalismo e patriotismo dos brasileiros exaltando a figura do presidente e mostrando que cada brasileiro deve cumprir seu dever:

O povo tem fé no seu Presidente e trabalha. O país é um exemplo de ordem e disciplina, e não se deixa impressionar fanaticamente pelos acontecimentos. Cada pessoa faz os seus planos para o Carnaval, espera passar um São João feliz e pensa na Páscoa, nas suas pescarias e nos seus momentos de fé. Cada um, entretanto, compreende perfeitamente o seu dever. É por isso que as juntas de alistamento estão cheias. Cada brasileiro que se apresenta é um patriota que vai dar a pátria uma idéia de quantos filhos pode o Brasil contar, quantos milhões de brasileiros se erguerão para defendê-la, se um dia isso se fizer preciso. Os brasileiros que, atualmente, mas do que nunca, têm uma idéia exata de pátria e de honra, sabem que o alistamento militar é apenas isto: O Brasil está contando os seus milhões de filhos que se aprestarão a defendê-lo se uma oportunidade para tal se apresentar como imperativo de honra e defesa da pátria.¹³⁷

A propaganda foi um dos instrumentos utilizados pelo governo para mostrar a necessidade de cooperação em tempos de guerra. O alistamento militar utilizou-se de técnicas da propaganda política para melhor convencimento das obrigações do povo para com o país. A guerra, e suas interfaces, foi um instrumento utilizado pelo Estado para tentativa de convencimento da sociedade a seus interesses.

¹³⁶ Contando Milhões de Patriotas. *Folha da Manhã*. 21/06/1942. Ed. Matutina. Capa. p. 01 cont. p. 04.

¹³⁷ Idem.

IMPrensa E GUERRA

“Não sabendo como as palavras se posicionam no papel perco a noção de sua velocidade e coesão, da sua compatibilidade... toda arte é simbólica, mas não seria preferível, mais simbólico, escrever sobre pessoas se matando?”

Rubem Fonseca, Pierrô da Caverna, p258-9.

A propaganda do Estado Novo inspirou-se no nazi-fascismo, dando novo sentido ao adaptar-se as conjunturas brasileiras.¹³⁸ A forma de como o Estado Novo se apropriou dos meios de comunicação cooptando-os para seus fins mostram a singularidade dos estudos da propaganda e a relação imprensa – Estado nesse período. Segundo o antropólogo político Georges Balandier “o poder potencializado da mídia, torna ainda mais forte o processo de teatralização do poder político”¹³⁹. Justificando a utilização dos meios de comunicação pelo Estado a fim de atingir seus objetivos de manutenção da ordem social¹⁴⁰.

O Estado Novo exerceu forte censura sobre os meios de comunicação. Os jornais precisavam de uma licença estatal para poder circular. A partir de 1940, 420 jornais e 346 revistas não conseguiram registro no DIP.¹⁴¹ O Departamento de Imprensa e Propaganda, dirigido por Lourival Fontes¹⁴², foi uma tentativa de ampliar o controle do Estado sobre os meios de comunicação. Segundo Maria Helena Caplato “No varguismo, o esforço de politização, de eliminação de vozes discordantes e de penetração em todos os setores realizou-se, sobretudo através da imprensa periódica e, em menor medida, através do rádio”.¹⁴³ Mostrando a importância da imprensa na propagação dos ideais esadonovista.

¹³⁸ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo, Campinas. FAPESP/Papirus. 1998. p.19.

¹³⁹ BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Brasília. Ed. Universidade de Brasília. 1982. p.42.

¹⁴⁰ Utilizamos o teórico Jean Marie-Domenach para tratar da importância da propaganda e publicidade. Esse teórico defende a idéia de que o sentido está na produção da propaganda já a categoria do interdiscurso, que também nos serve de ferramenta para explicação das produções de sentido pela propaganda vê o sentido na relação dizer-ouvir, nas suas possibilidades de ser dito e ouvido nu certo contexto. Por isso, não descartamos uma análise e prol da outra, mas, enxergamos campos de dizibilidade nas duas, pois, tanto a propaganda agrega sentido quando é produzida quanto se legitima socialmente através do dizer-ouvir.

¹⁴¹ CAPELATO, Maria Helena Rolim. Op. Cit. p.164/165.

¹⁴² Lourival Fontes, diretor do DIP, que controlava os meios de comunicação e cultura, sendo também responsável pela produção e divulgação da propaganda estadonovista.

¹⁴³ Idem, p.165.

O teórico Balandier nos intenta para a idéia de que o poder estabelecido unicamente sobre a força ou sobre a violência não controlada teria uma existência constantemente ameaçada; poder exposto debaixo da iluminação exclusiva da razão teria pouca credibilidade¹⁴⁴, por isso a utilização dos meios de comunicação se tornam de suma importância para angariar adeptos às necessidades estatais.

Por isso, imprensa e propaganda foram armas recorrentes que o Estado utilizou para facilitar, em larga escala, o funcionamento de suas instituições. As duas principais armas da propaganda são impressionar e convencer. A propaganda autoritária tem nas suas características a fusão das ideologias com a política, de uma política em movimento, uma constante vontade de conversão das massas¹⁴⁵.

Em carta à imprensa pernambucana, divulgada pelo jornal Folha da Manhã, o general Mascarenhas de Moraes parabeniza a imprensa local afirmando ter aqui encontrado lugar propício para cooperação com o patriotismo nacional, refletido ao apoio cedido às comemorações militares quando solicitado pela Sétima Região Militar. Mascarenhas de Moraes não hesita em qualificar a imprensa pernambucana como um exemplo a ser seguido¹⁴⁶. Não mostrando, por exemplo, que mesmo a censura estando presente, alguma parte da imprensa conseguia fazer críticas ao governo e suas decisões.

A Seção de Estatística Militar tratou de ampliar suas informações sobre a população através de questionários. Esses subsídios viriam compor o banco de dados necessário ao desenvolvimento dos planos de defesa civil. Seja em jornais ou através da Rádio Clube, os órgãos do Estado tentaram nortear o procedimento adequando à nova situação. “Patriota! Uma pequena demora em responder um questionário da seção de estatística militar poderá constituir um grande entrave à organização de nossa defesa”, publicava a *Folha da Manhã* em início de 1943¹⁴⁷.

Em abril de 1942, o Parque 13 de Maio foi palco do desfile da Ala Moto-mecanizada da 7ª Região Militar, observamos a construção de uma apoteose figurada sobre o patriotismo e nacionalismo brasileiro. O desfile tenta apresentar à população pernambucana o “potencial bélico” e “poderio militar” nacional. O desfile cívico é uma oportunidade do Estado de trabalhar emoções previamente efervercidas pela propaganda

¹⁴⁴ BALANDIER, Georges. Op. Cit. p.42.

¹⁴⁵ DOMENACH, Jean M. *A Propaganda Política*. São Paulo. Difusão Européia do Livro. 1955. p.23.

¹⁴⁶ Identificação da Imprensa do Recife com o Exército Nacional. *Folha da Manhã*. 01/01/1942. Ed. Matutina. p.12.

¹⁴⁷ Patriota! *Folha da Manhã*. 01/01/1943. Ed. Matutina. p. 07. Quando exaltava a imprensa pernambucana como um *exemplo a ser seguido*, se referia a *Folha da Manhã*. Por ser considerado o porta-voz estadonovista.

do regime, é a materialização do discurso patriótico. A ordem dos carros, as alas estrategicamente distribuídas, o hino nacional, o sincopado do som da marcha, os espaços, tudo colabora para a “hipnose coletiva”¹⁴⁸. Para o teórico da propaganda J. M. Domenach, um desfile deve ter uma preocupação com a duração e o ritmo para poder criar o “delírio da multidão”¹⁴⁹. O desfile foi ainda alvo do artigo “Defesa Nacional”, de Agamenon Magalhães, onde o interventor ressalta a importância de ter-se conhecimento do potencial bélico do país, para evitar surpresas, medos e consolidando a confiança, que é “fator moral decisivo para a vitória”¹⁵⁰.

A estreita relação entre a imprensa e Estado, seja durante a entrada do Brasil na Segunda Guerra ou mesmo no momento que antecipa este ingresso, é singularmente expresso pela *Folha da Manhã*, que em 1942 declarava que

por dois anos os jornalistas brasileiros seguindo o exemplo e a orientação do presidente Vargas, disseminou, numa campanha diuturna, o espírito continentalista, êsse mesmo espírito que, agora ferido pela agressão aos Estados Unidos, desperta e reage em bloco sem discrepâncias como o fez nas grandiosas manifestações populares prestadas aos delegados americanos, na abertura da Terceira Reunião de Consulta. E depois da agressão quando o Brasil ‘deixa de ser neutro’, a imprensa continua com o Brasil, atendendo, por antecipação àquele apêlo do presidente Vargas (...) ‘Não permita (a imprensa) que se lance a desconfiança entre brasileiros, não consista se estabeleça por momento sequer a dúvida de que seja um deles capaz de faltar o cumprimento do dever’¹⁵¹.

A Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo manteve-se presente no rádio e na imprensa da capital lembrando o momento vivenciado pela cidade e o adequado comportamento para tal situação. Este órgão pôde contar com a coluna “*o minuto da cidade e do pôrto do Recife*”, publicado pela *Folha da Manhã*, para expor suas orientações. Em fins de 1942 sugeria o governo maior “plasticidade” da população recifense para reinventar formas de continuar seus habituais divertimentos. É através da invenção de um cotidiano de guerra, imerso nos exercícios de defesa, na ebulição das emoções, que se procura encontrar um “espírito esportivo”, cúmplice, necessariamente, dos interesses do Estado nacional.

¹⁴⁸ Desfile da ala moto-mecanizada do Recife. *Folha da Manhã*. 09/09/1942. Ed. Matutina. p.01 cont. p.02.

¹⁴⁹ DOMENACH, Jean M. *A Propaganda Política*. São Paulo. Difusão Européia do Livro. 1955. p. 80.

¹⁵⁰ MAGALHÃES, Agamenon. Defesa Nacional. *Folha da Manhã*. 30/12/1942. Ed. Matutina. p. 03.

¹⁵¹ O discurso do Presidente Getúlio Vargas na Associação Brasileira de Imprensa. *Folha da Manhã*. 20/01/1942. Ed. Matutina. p.05.

Este nosso burgo terá de adaptar-se as circunstancias. Por isso, já começamos a pensar em “blackout” e construção de abrigos anti-aéreos. (...) Agora precisamos pensar na guerra. De momento para outro ela pode vir. São cousas da vida. E si a guerra vier, que ao menos nos encontre preparados. É uma honra para os pernambucanos que o Recife seja hoje, como no século 17, a fronteira estratégica da pátria. Por isso façamos o nosso “blackout” com espírito esportivo; e com o mesmo vamos construir os nossos primeiros abrigos anti – aéreos¹⁵².

Parece de certa forma irônico pensar que a construção de abrigos anti-aéreos deva ser realizada com “espírito esportista”. Ora, se a edificação destas construções objetiva evitar mortes em casos de ataques aéreos, como encarar essa presença da morte com “espírito esportivo”? Os discursos do interventor se fizeram penetrar nos lares de grande parte da população pernambucana através dos meios de comunicação. Uma palavra de conforto, de afirmação da identidade, de força e, é claro, seu raciocínio verossímil tentando apaziguar os transtornos com as transformações que o momento exige ecoaram pelos mais distantes municípios do estado.

A guerra, como tema, penetrou nas mais diversas variantes do desdobramento da vida do Recife. Os produtos comerciais, não obstante, incorporaram os valores em voga produzidos e reproduzidos pelo povo. É assim que o Sr. Kilowatt, personagem criado pela publicidade da *Pernambuco Tramways & Power Co. LTDA* – companhia de eletricidade na capital –, comanda campanha para “conscientizar” a população sobre as “obrigações de guerra”.

¹⁵² Cousas da cidade (O Recife e a Guerra). *Diario de Pernambuco*. 21/02/1942. Ed. Matutina. p. 04.

"TIVEMOS UM DIA TÃO DIVERTIDO!"

"MAS NÓS NÃO TIVEMOS"

Gaste menos e compre OBRIGAÇÕES DE GUERRA

PERNAMBUCO TRAMWAYS & POWER CO. LTD.
Rua 1.º de Março n.º 107 — Tel. 6723 — RECIFE

153

A atmosfera produzida pelas contínuas campanhas de engajamento da população à guerra possibilitou que companhias estrangeiras, norte-americanas e inglesas, vale dizer, como a *Texaco*, se valessem do espírito de cooperação do momento vivido, tentando angariar simpatia da população ao mesmo tempo em que agregava valores aos seus produtos. Valores esses produzidos sobre circunstância de uma guerra como metáfora¹⁵⁴. Na propaganda da *Texaco* em 1944 vemos o deslocamento do ponto referencial onde se constrói os valores a agregar-se ao produto. A guerra é o novo referencial valorativo. É em relação a ela que se posiciona o produto. “Nessas manobras, o combustível que está faltando ao seu automóvel, movimenta milhares de aviões, tanks, tratores e caminhões. Demandando os máximos de seus esforços na guerra”¹⁵⁵. O mesmo acontece com a propaganda da Phillips onde o ideal de liberdade,

¹⁵³ Gaste menos e compre obrigações de guerra. *Folha da Manhã*. 21/02/1943. Ed. Matutina. p.09.

¹⁵⁴ Estas Bombas tem um destinatário. *Folha da Manhã*. 30/01/1944. Ed. Matutina. p. 07.

¹⁵⁵ Esta é uma guerra de mobilidade. *Folha da Manhã*. 20/02/1944. Ed. Matutina. p. 08.

tomado muitas vezes pelo Estado em seu discurso, será utilizado pela empresa como seu referencial para venda dos produtos: “Feliz é quem pode chamar um revendedor Phillips, quando seu rádio ou aparelhagem Phillips, necessitam de serviços técnicos e eficientes, para mantê-los em perfeito funcionamento. [...] Desfrute a sua liberdade de ouvir”¹⁵⁶.

Em propaganda intitulada “Nossa Missão de guerra” a empresa *Texaco* mostra a responsabilidade de cada brasileiro com o esforço coletivo trazido pela guerra para os países aliados:

Nesta guerra, cada pessoa, cada indústria, cada país tem sua missão a cumprir. A missão de Texaco é suprir de petróleo a máquina bélica das nações unidas, bem como as indústrias que travam a batalha da produção. As linhas de frente estão sendo abastecidas e o Brasil recebe sua quota de gasolina e lubrificantes. No cumprimento de sua missão, Texaco tem sofrido perdas de homens e navios-tanques; mas, arrostando todos os perigos, continua entregando seus suprimentos às nações amigas. Na guerra como na paz, Texaco é sempre um símbolo de serviço eficiente e boa qualidade¹⁵⁷.



A *Texaco* não hesita em se apropriar do discurso estatal, incorporando em sua propaganda a guerra e suas implicações. A empresa atrela sua propaganda ao momento de guerra vivido pelas nações americanas. O discurso emitido é de que todos trabalham em prol da vitória dos países aliados. O Brasil é visto pela propaganda como uma das

¹⁵⁶ Feliz de quem tem a liberdade de ouvir. *Folha da Manhã*. 29/02/1944. Ed. Matutina. p. 06.

¹⁵⁷ Nossa Missão de Guerra. *Folha da Manhã*. 19/03/1944. Ed. Matutina. p. 07.

¹⁵⁸ Bilhete de Resposta. *Folha da Manhã*. 28/03/1944. Ed. Matutina. p. 07.

nações livres que apóiam as democracias. “Nesta guerra, que é uma guerra do Brasil porque é uma guerra de todos os povos livres, temos o privilegio de colaborar com as forças das democracias, lubrificando ferrovias e linhas vitais para a Vitória da Liberdade Humana”¹⁵⁹.

As relações internacionais também foram acompanhadas pelos principais jornais da capital. No artigo “A Defesa do Continente”, Agamenon parabeniza o então presidente chileno, Juan Antonio Rios, pelo posicionamento diante do conflito internacional. O continente americano possui, sob a percepção do interventor, uma cultura de fraternidade “que nos serve de imunização contra o vírus das ideologias deformadoras do conceito das liberdades essenciais à personalidade humana”¹⁶⁰. A Guerra, para Agamenon, reflete uma crise da civilização, onde “muito dos conceitos econômicos e sociais têm que ser substituídos”. O Brasil, nesta perspectiva, é sujeito paciente – mas não inerte – de uma beligerância alheia.

É essa cultura que venho defendendo há cinco anos, pela imprensa e pelas atitudes, como um dos postulados do Estado Novo, que foi e continua a ser uma definição do Brasil deante do conflito das culturas no velho mundo e que terminaria por nos envolver¹⁶¹.

A alteração do cotidiano citadino a partir da guerra reforçou seu vínculo às manobras do Estado. A atmosfera criada pela nova conjuntura circunstancial forçou o sobreaviso permanente do cidadão. O Serviço de Recrutamento e Propaganda, através do anúncio abaixo, revela um momento de percepção do Estado de uma suposta afinção entre o povo e guerra: “a Diretoria Regional dos Serviços de Defesa Passiva Anti-aérea está avisando a população que hoje a meia noite, por ocasião do encerramento da festa de Santo Amaro, serão queimados vários fogos de artifício”¹⁶².

A imprensa foi instrumento fundamental na criação da atmosfera de guerra. Foi a responsável por criar a imagem do Estado Novo. O Estado Novo criou um discurso que legitimou a necessidade de se propagandar o governo.¹⁶³ O inimigo interno foi tema de diversas matérias nos periódicos de maior circulação. Na coluna “Cousas da Cidade” argumentava o *Diário de Pernambuco*:

¹⁵⁹ Estamos trabalhando pelo Brasil. *Folha da Manhã*. 17/10/1943. Ed. Matutina. p. 12.

¹⁶⁰ MAGALHÃES, Agamenon. A Defesa do Continente. *Folha da Manhã*. 23/01/1943. Ed. Matutina. p.03.

¹⁶¹ Idem, p.03.

¹⁶² Aviso à população! *Folha da Manhã*. 17/01/1943. Ed. Matutina. p. 03.

¹⁶³ VELLOSO, Mônica Pimeta. *Uma configuração do campo intelectual*. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org). Estado Novo Ideologia e poder. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 1982. p.72.

Não acreditamos que haja aqui brasileiros bastante vis que queiram sabotar a obra de defesa ou cooperar com o inimigo, pela indiferença do derrotismo ou pela hostilidade surda e política de colaboração americana. [...] Si existem, são piores que os corsários que estão afundando os nossos navios e massacrando nossas tripulações em alto mar.¹⁶⁴

Em matéria intitulada “Indignação e revolta do povo pernambucano contra o afundamento de navios nacionais”, lê-se que

(...) Todas as categorias sociais, em fim, numa unanimidade que orgulhava, tomaram parte nas patrióticas manifestações. Os bondes superlotados, as ruas repletas, em tudo se refletiu o impulso de indignação em face do atentado cometido pelos povos bárbaros de idade madura contra a vida de centenas de brasileiros, entre os quais numerosas crianças e mulheres indefesas e alheios ao conflito que ensangüenta a Europa.

De manhã, tiveram lugar passeatas de protesto, que percorreram as ruas centrais da cidade. Ao passar diante das casas comerciais pertencentes a nacionais do Eixo, o povo arrancava as placas e letreiros, procurando destruir aquelas lembranças sinistras, apedrejando algumas vezes os prédios.

Mas nenhum atentado pessoal foi cometido, tudo se desenrolando dentro da serenidade e ordens necessárias.

Justa e patriótica foi a reação de nosso povo que soube manter, entre tanto, um cunho de conduta que só elogios merece.¹⁶⁵

A matéria forja uma idéia de unanimidade, de coesão entre a população, pois “todas as categorias sociais tomaram parte nas patrióticas manifestações” sobre os afundamentos dos navios brasileiros. Ainda na matéria, pode-se observar, num primeiro momento paradoxalmente, uma “ordem sem ordem”. O povo arrancava as placas e letreiros, apedrejando prédios de pessoas de nacionalidade do Eixo. Essa atitude foi considerada pela imprensa uma “justa e patriótica reação do povo”, tendo tudo se desenrolado “dentro da serenidade e ordens necessárias.” A idéia de ordem expressa no artigo demonstra um conceito reelaborado e particularmente inserido no contexto da guerra. O patriotismo é a nova ordem, não importando o que necessário fosse fazer para mantê-lo. A propaganda estadonovista é uma conquista constante da opinião pública. Ela substituiu a guerra, transformou-se na guerra levada a cabo por outros meios¹⁶⁶.

A ênfase nos navios afundados produz um sobreexercício na massa, um estímulo que reporta o acontecimento aos ideais trabalhados anteriormente pelo Estado, como nos atenta Jean Marie Domenach. O que o Estado, ou o discurso estatal, procura fazer é

¹⁶⁴ Cousas da Cidade – Defesa. *Diario de Pernambuco*. 21/02/1942. Ed. Matutina. p.04.

¹⁶⁵ Indignação e revolta do povo pernambucano contra o afundamento de navios nacionais. *Folha da Manhã*. 19/08/1942. Ed. Matutina. p.01 Cont. p.05.

¹⁶⁶ DOMENACH, Jean M. Op. Cit. p. 23.

reativar e dilatar na população um “ódio” que já estava sendo criado contra o Eixo, “inimigo da pátria”. O povo indo às ruas é uma resposta aos estímulos propagandísticos suscitados pela imprensa. A produção de um sentido imediato que remete ao afundamento dos navios associa-se ao patriotismo brasileiro. Para Domenach, o povo e a emissão de suas opiniões e seus atos “são determinados muito mais pela impressão produzida nos sentidos que pela reflexão pura.” É o predomínio do que o autor chamou de “sensível brutal” sobre “o racional”¹⁶⁷. Não é só a repetição da propaganda do afundamento dos navios e do ultraje à bandeira nacional que inibem os “reflexos normais” dos indivíduos, mas também a intensidade gerada por essa propaganda. Foi através das respostas dada pela população aos estímulos da propaganda de guerra – como o povo indo às ruas pedindo guerra – que permitiu o Estado se apresentar como um instrumento realizador da vontade do povo.

A imprensa pernambucana apresentou a guerra de variadas formas. O teórico da propaganda política, Domenach, explicita que isso é a maior qualidade de qualquer campanha propagandística, a permanência do tema aplicado a variedade de apresentação. Com a guerra, com a propaganda de guerra vemos o que o autor chamou de orquestração propagandística. O tema – a guerra – será repetido por todos os órgãos de propaganda nas formas adaptadas aos diversos públicos e tão variada quanto possível¹⁶⁸.

A *Folha da Manhã* procurou transmitir a idéia de unanimidade quanto à satisfação do envio de tropas brasileiras à Europa. A imprensa não hesitou, por exemplo, em destacar o que chamou de “demonstrações de entusiasmo em todo o país” ou “manifestações cívicas pela chegada das forças brasileiras a Nápoles”¹⁶⁹.

É desta forma que se pode afirmar que a imprensa, seja ela coligada ao governo ou não, ofereceu meios para a propagação dos ideais do Estado. A propaganda comercial, com seus *slogans* produziu “ecos” dessa “guerra como metáfora”, assim como o mesmo *Jornal Pequeno*, através de suas matérias mais críticas ao novo cotidiano da cidade, colaborou para que a guerra como tema permanecesse no centro dos debates.

¹⁶⁷ Idem, p. 40/41.

¹⁶⁸ Ibidem, p.63/64.

¹⁶⁹ Participação direta do Brasil na Guerra. *Folha da Manhã*. 21/07/1944. Ed. Matutina. p.07.

“A informação é o que é possível e o que é legítimo mostrar, mas também o que devemos saber, o que está marcado para ser percebido”¹⁷⁰. Esta afirmação do teórico Maurice Mouilland mostra que a notícia criada pela imprensa é responsável pelo que a população deve ler e fazer. A propaganda estadonovista, através da imprensa e dos meios de comunicação, tentou construir os campos de visibilidade possíveis para o cidadão pernambucano.

Segundo Mônica Velloso

No projeto político estado-novista, a dimensão ideológica adquire peso fundamental, na medida em que se constitui uma doutrina de “obrigação política” para a sociedade civil. A cidadania é redimensionada por essa doutrina, que busca envolver os diversos setores sociais na política do Estado. Sabemos que o regime tem como uma de suas maiores preocupações construir uma nova estratégia político-ideológica, capaz de legitimá-lo frente à opinião pública.¹⁷¹

A forma que o Estado encontrou para reconstruir conceitos e fomentar sua doutrina foi a imprensa e a propaganda política. Valorizar o estudo da imprensa e da utilização dela feita pelo estado não é desmerecer outros meios de comunicação que foram de sua importância para o Estado e seus fins, mas alertar que em seu conjunto ¹⁷²os meios de comunicação têm sua matriz na imprensa escrita. E através dela foram propagandeados os outros eixos componentes desta “guerra como metáfora” como economia e guerra, racionamento e esforço de guerra.

ECONOMIA E GUERRA

O teórico Benedicto Heloiz Nascimento nos mostra as modificações no plano econômico do Estado brasileiro. “(...) nos anos 1930 e principalmente no seu último lustro, procurou-se livrar a economia brasileira da necessidade de importações, política decorrente da escassez de divisas advinda da crise dos anos 1929/30 e também do conflito que se anunciava.”¹⁷³

A economia, inserida no contexto da guerra, tomou aspectos particulares, seja pela política do regime ou pelos espaços criados na economia local. Os Estados Unidos, de certo, foram o principal alvo das investidas governamentais de aliança econômica.

¹⁷⁰ MOUILLAND, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell. (Orgs). *O Jornal: da forma ao sentido*. Brasília. UNB. 2002. p.38.

¹⁷¹ VELOSSO, Mônica. Op. Cit. p.71.

¹⁷² Idem. p.73.

¹⁷³ NASCIMENTO, Benedicto Heloiz. *A Ordem Nacionalista Brasileira*. São Paulo. Humanitas/USP. 2002. p.160

“Por outro lado, até o começo da guerra, viveu-se numa busca de equilíbrio com as grandes potências. Através dele procurava-se tirar o maior proveito no relacionamento com cada uma, em termos principalmente econômicos.”¹⁷⁴

Em viagem a Washington em março de 1942, o ministro da fazenda, Artur de Souza Costa, revela que seu objetivo “foi articular a nova economia do Brasil (...) com a economia continental, assentando de forma definitiva a nova fisionomia de nossa estrutura econômica e coordenando as possibilidades dos mercados para produções novas ou abandonadas”¹⁷⁵. O desenvolvimento econômico aparece como um dos *fronts* a que o conflito se associa, é parte da defesa nacional. Os acordos assinados, como revela matéria da *Folha da Manhã*, efetuam-se “na base de empréstimos e arrendamentos, permitindo uma eficiência necessária para enfrentarmos as dificuldades que poderão surgir”¹⁷⁶.

De certo, o governo brasileiro não pretendia ter os norte-americanos como simples credores. A possibilidade de penetrar em novos mercados, ou de intensificar a exploração daqueles já conquistados, acenava cada vez mais próxima com o desenvolvimento do conflito. O Estado Novo bem saberia aproveitar este momento delicado.

A economia de guerra é esboçada por Agamenon através de sua dinâmica peculiar, deixando para trás os empecilhos que por hora a vinham retardando. O esforço da população, superando as dificuldades e aumentando a produção, era o novo elemento para ampliação da geração de riquezas. O momento de beligerância internacional era a oportunidade que o Brasil necessitava para assegurar a posição de fornecedor na América, revelando a incoerente “política de buscar em alheias terras o que o solo americano produz”¹⁷⁷. O Brasil, para o interventor pernambucano, “é um celeiro inesgotável”¹⁷⁸.

A economia de guerra atreleou-se de tal modo ao imaginário social que a companhia de eletricidade local, *Pernambuco Tramways & Power Co. LTDA*, utilizou a idéia de economia como valor agregado. O esforço que a empresa faz para auxiliar o país num momento de racionamento aparece como qualidade que deve ser contada na

¹⁷⁴ Idem, p.119.

¹⁷⁵ Desenvolvimento do nosso potencial econômico e fortalecimento da nossa defesa. *Folha da Manhã*. 20/03/1942. Ed. Matutina. p. 01. Cont. p. 05.

¹⁷⁶ Idem.

¹⁷⁷ As grandes soluções. *Folha da Manhã*. 06/03/1942. Ed. Matutina. p. 03.

¹⁷⁸ Idem.

hora de pensar a companhia de eletricidade. Mas as circunstâncias que acenam novas possibilidades à economia nacional levam a sociedade brasileira também a caminhos tortuosos¹⁷⁹: os racionamentos e a inflação.

Com o advento da Guerra, o Governo reforçaria as medidas econômicas de emergência para garantir o suprimento regular e o controle de preços de mercadorias de primeira necessidade para a população. Foi criada a Comissão de Abastecimento, diretamente subordinada ao Ministro da Agricultura, para fazer levantamento de estoques comerciáveis dessas utilidades, fixar preços máximos de venda, adquirir, requisitar e distribuir esses produtos.¹⁸⁰

A falta de gêneros alimentícios e sua conseqüente carestia foi sendo cada vez mais sentida no Recife ao longo do prolongamento do conflito. A crise, que em 1943 já assolava a economia nacional, teve uma lógica otimista através dos artigos do interventor. Segundo Agamenon, as crises

são resultante de um aumento de consumo, o que traduz progresso e crescimento das populações. Outra vantagem das crises é obrigar as coletividades a estudar as soluções, a pensar na melhor maneira de resolver os problemas, a fazer esforço e tomar iniciativas. A crise é um fato que todos sentem e contra o qual todos reagem. A opinião fica inquieta e deseja esclarecimentos, atitude e ação¹⁸¹.

Em um outro artigo, com o mesmo tema, Agamenon conclui que inflação e guerra são faces da mesma moeda. “O que nos cumpre é adaptar a economia e a vida a esses dois fatos. E isso depende de nós. É uma questão de inteligência e ação. Nada mais”¹⁸².

Os artigos do interventor federal publicados pela *Folha da Manhã* buscam reproduzir um particular sentido a crise, onde suas conseqüências não eram integralmente más. O cooperativismo foi assim uma das pretendidas minimizações do efeito da guerra. “Daí resultam programas como o da construção e reformas de navios e aeronaves, planos de fabricação e utilização de carvão mineral nacional, álcool-motor, do gasogênio.”¹⁸³ A crise dos transportes e do abastecimento aparece, para Agamenon, como motivo pelo qual se teve acelerada a compreensão quanto à necessidade do cooperativismo. “Por quanto não estariam os preços das verduras, do leite e dos ovos se não fossem as cooperativas, com o aumento vertiginoso do nosso comércio?”¹⁸⁴, questiona Agamenon Magalhães.

¹⁷⁹ Ver: MAGALHÃES, Agamenon. Crises. *Folha da Manhã*. 09/01/1943. Ed. Matutina. p. 03.

¹⁸⁰ NASCIMENTO, Benedicto Heloiz. Op. Cit. p.80.

¹⁸¹ Idem.

¹⁸² MAGALHÃES, Agamenon. Guerra e Inflação. *Folha da Manhã*. 06/07/1943. Ed. Matutina. p. 03.

¹⁸³ NASCIMENTO, Benedicto Heloiz. Op. Cit. p.160.

¹⁸⁴ Idem.

A crise econômica trazida pela guerra, forçou o governo a aumentar os salários, afim que pudessem subsistir à inflação. Agamenon não poupou de suas críticas o “mal empresariado pernambucano”. Aqueles que resistiram em beneficiar seus funcionários e, com isso, favorecendo-se ao descartar a concorrência, sofreu as duras observações do interventor.

Ninguém pense que poderá fugir do seu dever. Ninguém pense também que afastará o govêrno de seu dever. O momento atual é de lealdade, de correção, de cavalheirismo e de justiça em todos os atos. O homem de negócios ou os chefes de emprêsa não são mais homens á parte ou distantes do Estado¹⁸⁵.

Segundo Benedicto Nascimento mais tarde em 1943 “seria criado o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, CNPIC. Sua finalidade era a de preparar o país para a economia do após-guerra.”¹⁸⁶ P.91. Isso reforça a tese da teórica Ângela de Castro Gomes quando fala que após 1942 começa no Brasil uma transição para a democracia.¹⁸⁷

Em 1944 as medidas contra a especulação assumem o rigor da lei e os grupos empresariais que, ainda por ocasião da situação, se aventurarem em “lucros excessivos” deverão ser taxados sob forma de títulos ou empréstimos ao Estado, “destinando-se o seu resgate ao equipamento da própria indústria após a guerra”¹⁸⁸.

Como representante maior do Estado Novo em Pernambuco, Agamenon Magalhães procurou imprimir, além do que lhe induzia sua personalidade, as orientações do novo regime. Ao tratar da crise econômica pela qual passava o país, alertou para o perigo de “esquecermos a defesa de nossa cultura”. Para tanto, posiciona-se bem claramente quanto ao reduto dessa cultura, afirmando que “a defesa das elites culturais é a melhor forma de resistência contra a volta da humanidade à barbária, hoje tecnizada”¹⁸⁹. Ao passo que identifica o uso da ciência e da técnica pelo imperialismo opressor, do desespero e do crime, finda por ligar todos esses males aos riscos “comum a que pesam sobre essa parte do mundo”¹⁹⁰. O “inimigo vermelho” não só foi justificativa para implantação do novo regime como também legitimou a necessidade de perpetuar uma ordem cultural encabeçada pelas elites. Ao entender de Mônica Velloso:

¹⁸⁵ MAGALHÃES, Agamenon. Ordem econômica. *Folha da Manhã*. 28/06/1942. Ed. Matutina. p. 03.

¹⁸⁶ NASCIMENTO, Benedicto Helois. Op. Cit. p.91.

¹⁸⁷ Ver: GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas. 2005.

¹⁸⁸ MAGALHÃES, Agamenon. Lucros de Guerra. *Folha da Manhã*. 13/01/1944. Ed. Matutina. p. 03.

¹⁸⁹ MAGALHÃES, Agamenon. Cultura. *Folha da Manhã*. 22/09/1942. Ed. Matutina. p. 03.

¹⁹⁰ Idem.

“A questão da cultura passa a ser concebida em termos de organização política, ou seja, o Estado cria aparatos culturais próprios, destinados a produzir e a difundir sua concepção de mundo para o conjunto da sociedade.”¹⁹¹

As obrigações de guerra entraram no cotidiano por diversas portas, a econômica, talvez, seja a mais sensível para alguns grupos. As contribuições obrigatórias, contudo, não se fez prolongar por todo o tecido social. Foram isentos das obrigações de guerra:

funcionários públicos, extra-numerais, contratados ou mensalistas, diaristas ou tarefeiros, federais, estaduais, municipais e associados de institutos e caixas de pensões e aposentadoria que forem contribuintes de imposto de renda e também toda pessoa que receba remuneração inferior a 250 cruzeiros mensais¹⁹².

A economia de guerra representou as ações governamentais no sentido de tentar disciplinarizar a sociedade pernambucana para aumentar a produção e enfrentar as restrições geradas pelo estado de guerra. Segundo Roney Cytrynowicz, um exército em guerra exige “uma retaguarda industrial de cinco a vinte industriários para cada soldado na frente de batalha”¹⁹³. Cria-se uma relação entre a batalha da produção e a batalha no *front* como sendo inevitáveis para o esforço de guerra. A população foi obrigada, pela conjuntura da guerra, a disciplinarizar seus hábitos para se adequar às novas práticas exigidas. A guerra modificou não só o cotidiano populacional, mas, também, o governo teve que modificar suas ações, principalmente no que tange o âmbito da propaganda, para se adequar ao que o momento exigia. A propaganda da economia em estado de guerra esteve presente não só nas casas dos recifenses, mas também nas instituições que permeavam esta sociedade.

¹⁹¹ VELLOSO, Mônica. Op. Cit. p.72.

¹⁹² *Folha da Manhã*. 30/01/1943. Ed. Matutina. Capa. p. 01.

¹⁹³ CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem Guerra. A mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo. Geração Editorial/Edusp. 2000. p. 199.

RACIONAMENTO

Para os cidadãos recifenses a guerra não se apresentou apenas através das mortes e destruições. A preparação esperando sua possível chegada construiu para o Recife além do Roney Cytrynowicz observou em São Paulo como “a guerra sem guerra”,¹⁹⁴ mas, a “guerra como metáfora”. A “A preparação para a guerra, é, por isso, muito extensa. Atinge a todas as classes, sexo e idade. Até as crianças precisam saber qual o seu lugar ou a sua atitude de defesa diante dos perigos da guerra total”¹⁹⁵. Foram as transformações trazidas por um conflito inexistente, no que tange as batalhas campais, no âmbito interno, que fez a guerra ser sentida pela população. Para que uma guerra possa ser vista, para que ela passe de sua esfera do dia a dia e se torne algo de relevância deve representar exceções. Isto está ligado a como a guerra será construída socialmente.

A guerra transformou o cotidiano da população pernambucana. Seus efeitos econômicos, motivados pela alteração no rumo de produção logo são percebidos. Racionamentos de diversos gêneros, especulação, inflação galopante são fantasmas que assustaram os cidadãos ainda distantes da realidade da extensão da guerra, que a cada dia que se passava penetrava com maior violência na intimidade do lar.

Um dos exemplos mais vistos, em Recife, deste racionamento, através da propaganda será o da gasolina que se iniciou em (no dia anterior a matéria). O governo lançou um programa de cotas do produto, onde, a partir da profissão do proprietário do veículo, foi entregue uma caderneta. O abastecimento do veículo só pode ser feito mediante a apresentação desta caderneta, sendo regulado a partir de um limite pré-estabelecido a cada indivíduo. O racionamento do combustível atingiu também os veículos governamentais. De acordo com a determinação do Conselho Nacional do Petróleo, o tráfego de veículos particulares e oficiais ficou proibido a partir de (dia anterior a matéria). Os carros de aluguel, por sua vez, ficam proibidos de fazerem contratos com pessoa física ou jurídica para que sejam utilizados em caráter permanente.

¹⁹⁴ Para Roney Cytrynowicz a “guerra sem guerra” consisti em tornar a guerra uma experiência coletiva, que deveria unir todos os brasileiros, independentemente de distinções sociais, para organizar a sociedade nos moldes estadonovista, mesmo sem os bombardeios, nem os *fronts* de batalhas foram as transformações do cotidiano social trazidas pela expectativa de uma guerra que a tornou visível e sentida pela população brasileira. Ver: CYTRYNOWICZ, Roney. Op. Cit. p.24-25.

¹⁹⁵ MAGALHÃES, Agamenon. Preparação. 02/06/42. Ed. Matutina. p. 03.

Durante a guerra, foi implantado o racionamento de combustíveis. Proibiu-se o tráfego de caminhões aos domingos, reduziram-se as quotas daqueles dedicados ao transporte de mercadorias essenciais. Em 1942, caminhões e táxis tiveram seu consumo limitado a 70% daquele ano anterior. Carros particulares foram privados de gasolina e álcool-motor. A saída encontrada foi o gasogênio, aparelho também instalado em outros tipos de veículos de transporte urbano e rodoviário.¹⁹⁶

Em seu livro, *O Recife e a II Guerra Mundial*, o médico Rostand Paraíso retrata as suas memórias no período da guerra e relembra em sua juventude do que representou o racionamento de gasolina:

A Standard Oil divulgava uma série de conselhos sobre o que fazer com os carros parados nas garagens, como o desligamento dos cabos da bateria, a retirada da água do radiador, para evitar ferrugem, etc, etc. Era solicitada, por alguns interessados, permissão para a circulação de cabriolés e nós já começávamos a vislumbrar a volta, às nossas ruas, dos cavalos e das românticas carruagens... Como grande atração, nossas ruas se enchiam de bicicletas, outra alternativa para a crise de combustível, e nos divertíamos vendo pessoas ilustres, como Gilberto Osório e Valdemar e Dirá de Oliveira, se dirigindo para o trabalho montados em suas bicicletas¹⁹⁷.

Eram as modificações nos hábitos do recifense trazidas pelo conflito europeu.

Além da gasolina racionada o álcool também causou preocupações aos consumidores do produto. Ainda em 1942, o álcool motor sofreu reajuste de cem réis em seu preço. O controle do álcool, seja ele álcool-motor ou álcool-gasolina, teve seu consumo moderado. O uso das caderneta, instrumento de controle para o consumo da gasolina, também se estendeu ao álcool.

A crise no abastecimento da gasolina chegou ao ponto de que a costumeira diluição de pequena quantidade de álcool ao combustível sofreu a inversão da concentração na mistura, a gasolina agora era diluída em álcool. A concentração fixou-se em 90% de álcool e 10% de gasolina¹⁹⁸. O racionamento de combustíveis trouxe diversas reclamações de municípios do agreste e sertão do estado acerca do carburante álcool-motor. Apenas em 1943 a situação do estoque do álcool-motor permitiu ampliar as quotas reservadas aos caminhões e carros particulares.

O controle do consumo de produtos essenciais ao país foi alvo de matéria na *Folha da Manhã*, onde noticia a apreensão de 150 litros de gasolina, que teria sido adquirido

¹⁹⁶ NASCIMENTO, Benedicto Heloiz. Op. Cit. p.148/149.

¹⁹⁷ PARAÍSO, Rostand. *O Recife e a II Guerra Mundial*. Recife. Edições Bagaço. 2003. p.191/192.

¹⁹⁸ Comissão de Controle de Consumo de Combustível. *Folha da Manhã*. 18/11/1943. Ed. Matutina. p. 02.

através da Empresa de Ônibus Santo Antônio, excedendo sua cota do produto. A Comissão de Controle de Consumo de Combustível chegou a abrir inquérito para apuração do caso¹⁹⁹. O racionamento trouxe novas alternativas de consumo. As empresas privadas também tiveram que fazer suas adaptações para o redirecionamento econômico trazido pela guerra. Não bastava apenas que o produto fosse moderno, luxuoso, para ser apreciado, desejado. Ele tinha que está dentro dos padrões de consumo do país. Esses padrões estavam voltados para contenção, economia. Um exemplo disso é a propaganda do carro movido a gasogêneo da General Motors.

A atual crise de transportes exige solução. E esta cabe ao gasogêneo. Porisso a General Motors dedicou todo o potencial de sua organização – seu moderníssimo aparelhamento, seus técnicos e sua experiência – à construção de um bom aparelho. Êste esforço culminou na realização do GMB cujos característicos exclusivos, frutos de longos e acurados estudos e experiências, lhe conferem qualidades especiais de simplicidade, facilidade de manejo e conforto realmente surpreendentes. Conheça mais êste produto General Motors!²⁰⁰

Este carro apresentado a população pela General Motors, *a priori*, não será bem aceito. Seu formato era do carro comum com adaptações para o gasogênio²⁰¹. O que dava a seu formato um ar de estranheza eram os dois cilindros colocados na parte traseira do veículo. Apenas com a maciça campanha que ligava o veículo ao esforço de guerra, ela passou a ser mais aceito pelo consumidor.

Na coluna “O Minuto da Cidade: o esforço de guerra” foram divulgados os trabalhos de Osvaldo Gonçalves de Lima e Hervásio de Carvalho, que, em colaboração com a 7ª Região Militar trabalharam na obtenção de combustíveis superiores partindo da fermentação de amido de milho e de outros cereais, pelo *Clostridium/Acetobutylicum* – microorganismo este, cedido ao Recife pela bacteriologista americana Mc. Coy. Essa matéria mostra que os químicos pernambucanos lutam pela ciência e pela técnica, mas, sobretudo “pela vitória, pelo futuro da pátria”²⁰².

¹⁹⁹ Comissão de Controle de Consumo de Combustível. *Folha da Manhã*. 26/04/1944. Ed. Matutina. p. 04.

²⁰⁰ Nesta moderníssima fábrica é feito o Gasogêneo G. M. B. *Folha da Manhã*. 11/07/1943. Ed. Matutina. p.07.

²⁰¹ “Gasogênio – aparelho individual, estacionário ou montado em automóvel, caminhão ou ônibus, máquina que permitia produzir um gás pobre, através da combustão parcial da lenha ou carvão vegetal.” Ver: NASCIMENTO, Benedicto Heloiz. Op. Cit. p.138.

²⁰² O minuto da cidade e do Pôrto do Recife: esforço de guerra. *Folha da Manhã*. 06/01/1943. Ed. Matutina. p.04.

No artigo “Economia de Guerra”, Agamenon Magalhães reconhece que a população pernambucana vive um estado de guerra mesmo sem vivenciar as destruições progressivas que assolavam a Europa. O racionamento de diversos gêneros, a substituição de produtos do consumo diário, a mudança do hábito cotidiano fez o interventor afirmar que mesmo “sem estarmos em guerra, temos que adotar uma economia de guerra”. Sobre essas novas práticas, exigidas pela circunstância, diz Agamenon:

A economia de guerra exige um esforço de organização de todas as atividades. Esse esforço é uma solicitação constante à inteligência, ao poder de iniciativa e ao patriotismo de todos os brasileiros. Pense cada um no que deve fazer e adote na economia doméstica ou privada as medidas mais urgentes. Toda restrição que fôr feita será em benefício próprio e do bem comum.²⁰³

A casa comercial “A Popular”, que trabalhava com venda de tecidos, através de anúncio realizado pela *Folha da Manhã*, destacou o aspecto “agitado” das ruas do Recife, sobretudo a Rua Nova. A perspectiva lançada pela chamada publicitária sobre a capital pretende contrariar aquela apresentada por Agamenon na qual apresenta uma cidade alterada pela guerra. A propaganda alega que “A cidade do Recife, apesar da crise resultante da guerra continua com o mesmo ritmo de vida, não perdendo, por isto, a sua posição de cidade adiantada”²⁰⁴.

Embora o racionamento fosse tema constante nos artigos do interventor pernambucano, publicados pela *Folha da Manhã*, os conselhos de racionamento apareciam atrelados a uma confiança inabalável no regime. Repetindo as palavras do presidente Getúlio Vargas, Agamenon enfatiza a nova ordem: “Trabalhar e produzir o mais possível para que não falem gêneros alimentícios, nem matéria-prima para nossas indústrias”²⁰⁵, ao mesmo tempo em que reafirma o controle da situação dizendo que “Todos sentem que há um comando, um chefe, uma disciplina, um novo estilo na vida nacional. O povo não deseja, nem outro chefe, nem outro regime”²⁰⁶. Aqui, o regime pretende falar pelo povo, exalta a confiança no próprio governo e forja uma legitimidade através do que diz o que o povo diz.

A fiscalização da circulação dos gêneros de primeira necessidade no Recife aproximou o cidadão comum à situação de racionamento. A falta de carne para os

²⁰³ MAGALHÃES, Agamenon. Economia de Guerra. *Folha da Manhã*. 29/04/1942. Ed. Matutina. p.03.

²⁰⁴ Um estabelecimento que merece a preferência do público. *Folha da Manhã*. 09/08/1942 Ed. Matutina. p.08.

²⁰⁵ MAGALHÃES, Agamenon. Conselho do Presidente Getúlio Vargas. 06/01/1942 Ed. Matutina. p.03.

²⁰⁶ Idem.

festejos de final de ano foi preocupação do governo mesmo no primeiro ano de inclusão do Brasil no conflito, 1942.

Para fiscalizar os preços num momento de irrefreável aceleração inflacionária foi criada a Comissão de Tabelação, responsável pelo controle dos preços dos gêneros de primeira necessidade. Foi freqüente a adoção de multas aos comerciantes infratores. A relação dos nomes dos multados e o valor a ser pago pelo delito foi, não raro, divulgado pelo *Jornal Pequeno*.

O preço da carne bovina na capital pernambucana sofreu forte ascensão durante o período conflituoso. A sua indiferença ao tabelação forçou o presidente da Comissão de Tabelação, que também era o diretor de Estatísticas, Propaganda e Turismo, a enviar telegramas ao interior do estado afim de que fosse apurada as condições de baixar o valor deste gênero, que cada vez mais se ausentava na dieta dos grupos de frágil poder aquisitivo. O valor de alguns gêneros, de acordo com o tabelação, pôde ser acompanhado pela população através do *Jornal Pequeno*.

Feijão

mulatinho safra nova do Estado

grosso.....até 60\$000

varejo.....até 1\$100²⁰⁷

A Comissão de Tabelação apelou ainda para o auxílio da população na fiscalização dos preços, podendo para isso comunicar à chefia de fiscalização da Prefeitura. Até os sindicatos estavam preocupados com o descontrole existente sobre os preços de determinados produtos.

Os sindicatos pediram ao governo para controlar os preços, uma vez que “a guerra criou situações de emergências dignas de atenção; entre elas o encarecimento insuportável e assustados dos gêneros de primeira necessidade [...] em virtude da ação dos açambarcadores, atacadistas e intermediários em geral, na ganância desenfreada dos lucros cada vez maiores à custa do sacrifício do povo.”²⁰⁸

Outro problema foi a crise energética que não tardou a ser sentida com a turbulência da guerra. O Conselho Nacional de Petróleo, tendo em vista a ausência de energia por fornecimento hidráulico, deu preferência ao abastecimento de óleo a *Pernambuco Tramways*, considerando ainda que 90% das indústrias da capital compram energia a tal empresa. Como solução para a crise do abastecimento elétrico nas

²⁰⁷ Comissão de Tabelação de Preços e Gêneros Alimentícios. *Jornal Pequeno*. 17/06/1942. p.03.

²⁰⁸ CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem Guerra: mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo. Geração Editorial/Edusp. 2000. p. 213.

indústrias, sugere Agamenon o uso da lenha, o “combustível nacional”. “Cada empresa, pois, que tome as suas providências. Cada consumidor de luz que se acautele, poupando o que puder poupar, limitando-se ao absolutamente necessário”²⁰⁹.

A Comissão de Controle foi um órgão que se permitiu penetrar nas moradias mais reclusas. Além dos gêneros alimentícios, fiscalizou a redução do consumo de energia elétrica, previsto para 33%, na iluminação pública e residencial. Para as casas comerciais ficou proibido o uso de anúncios luminosos e iluminação de vitrines. Exigiu-se ainda destas a redução de 30% de sua iluminação interna e externa. Inclui-se também aqui cinemas, teatros, dancings e outras casas de diversão. Sobre a iluminação pública, 33% dos gastos devem ser eliminados nas cidades de Recife, Olinda e Jaboatão. Para as residências a redução deve ser de 30%, incluindo aqui hotéis, pensões, colégios, conventos e abrigos. Estão excluídos os hospitais e sanatórios. Os infratores estavam passíveis de cortes em suas instalações que só poderiam ser religados mediante autorização. Com essa medida o governo esperou superar as dificuldades iniciais surgidas com a falta de óleo combustível²¹⁰.

Como medida corroborativa ao racionamento de energia elétrica, o adiantamento dos relógios em uma hora foi medida governamental. Em setembro de 1942, o tradicional Restaurante Leite anunciava a seus clientes seu novo horário de funcionamento: “O ‘RESTAURANTE LEITE’ avisa à sua distinta clientela que em face do RACIONAMENTO DE FÔRÇA iniciará os seus jantares às 17 horas e fechará o estabelecimento às 20 horas”²¹¹.

A especulação dos preços de artigos de primeira necessidade deu margem para constantes notas do governo publicadas nos jornais do estado alertando contra os prejuízos daquela infração. As casas comerciais foram obrigadas a fazer declarações de seus estoques. O controle do querosene levou o interventor a estipular uma cota de ½ garrafa por comprador. O preço para tal gênero também ficou fixo, em 600 réis²¹².

A Comissão Estadual de Abastecimento procurou notificar que o abastecimento de trigo já estava normalizado. A farinha de trigo também foi artigo incluído em quotas de consumo. O governo propagandeou que o esforço para a normalização do abastecimento do produto deve-se a tentativa de evitar a paralisação das padarias e a demissão de inúmeros operários. Além do que, as dificuldades da importação do trigo,

²⁰⁹ MAGALHÃES, Agamenon. Combustível. *Folha da Manhã*. 07/08/1942. Ed. Matutina. p.03.

²¹⁰ Racionamento de energia elétrica. *Jornal Pequeno*. 18/08/1942. p. 03.

²¹¹ Aviso! *Folha da Manhã*. 01/09/1942 Ed. Vespertina. p.06.

²¹² Ver: Distribuição de querosene na Capital. *Jornal Pequeno*. 08/09/1942. p. 02.

que vinha da Argentina, somavam-se as constantes fiscalizações aos estoques clandestinos. A questão do trigo fez com que o preço do pão subisse o que acarretou restrições na dieta do trabalhador pernambucano. O historiador Roney Cytrynowicz observou, em São Paulo, que não foi a guerra que provocou a falta relativa de pão durante a Segunda Guerra Mundial. “Foi a falta de pão e as filas que trouxeram a sensação de guerra, o efeito de guerra, ao cotidiano de São Paulo”²¹³. Em Recife ocorre algo semelhante, guardada suas devidas especificidades. A necessidade de poupar gêneros para auxiliar a nação num momento delicado, deixou a guerra mais próxima dos cidadãos pernambucanos.

Sob o título “O almoço e o jantar, fóra de casa...”, o *Jornal Pequeno* adverte quanto ao aumento de preço da refeição. “O filé, o bife, a carne assada, diminuem de tamanho... Em compensação, aumentam de preço!” Fazendo uma imprensa mais ácida, na medida das possibilidades do período político, este jornal enfatiza a prática comercial que se dá na cidade.

O hoteleiro, cuja classe prospera a olhos vistos (e que Deus a conserve assim) e que, por outro lado, aumenta também em qualidade (abrem-se hotéis novos todos os dias, na cidade) é um ente privilegiado, a concorrer, no preço e na quantidade e qualidade, com o habitante anônimo dos bairros e subúrbios.

O açougueiro abre-lhe as portas de par em par. Vende-lhe com gratificação as melhores peças do gado e guarda, para o público, os ossos e a parte ruiminha do vitelo. O merceeiro, também cabe que o dono do hotel é camarada e, mesmo na qualidade de retalhista, vende-lhe em grosso.

A freguesia do hotel, para o macarrão, para a feijoada, para o ‘café’, coitado, é que paga tudo e cuja algibeira tem de gemer até o mais profundo dos sena recessos.²¹⁴

O *Jornal Pequeno* não teve, como a *Folha da Manhã*, qualquer preocupação em amenizar ou camuflar a situação de crise pela qual passou a população do estado no período da guerra. No artigo “O povo que se previna...”, o jornal mostra que o tabelamento de preços não foi respeitado, o carvão, gênero de primeira necessidade, estava sendo vendido em “pequenas rações” e a manteiga estava sendo adulterada, misturada com outras substâncias “que atentam contra a saúde do povo”. Ou seja, “manteiga que não é manteiga”²¹⁵.

²¹³ CYTRYNOWICZ, Roney. Op. Cit. p. 66.

²¹⁴ O almoço e o jantar fóra de casa... *Jornal Pequeno*. 29/01/1943. p.02.

²¹⁵ O povo que se previna... *Jornal Pequeno*. 11/03/1943. p.03.

Se a situação social não era confortável, Agamenon tentou fazer entender o contrário. “A situação incomparável que desfrutamos de ordem, trabalho, autoridade, confiança e prosperidade, devemos certamente a esse entendimento entre o govêrno e todas as classes do Estado”²¹⁶. A incompatibilidade entre o artigo do *Jornal Pequeno* e o discurso do interventor mostra a tentativa governamental de angariar confiança e simpatia num momento de crise e que, mais uma vez, a fala através do povo supõe uma legitimidade.

As dificuldades sobre o abastecimento do trigo e sua inexorável conseqüência sobre o pão, não escapou as observações do *Jornal Pequeno* que anunciava “Nem só de pão vive o homem... mas, sem pão, o homem não vive bem...” chegando a conclusão de que “O racionamento prossegue e o pão continua a diminuir de tamanho, talvez até confundir-se com um comprimido farmacêutico”²¹⁷. Outra lei de fundamental na propaganda política de massas é a da ampliação, que se resume como a ampliação exagerada da notícia. Jamais o Estado deve comunicar algo de forma bruta²¹⁸. Por isso uma propaganda como essa não poderia ser vista, por exemplo, no jornal *Folha da Manhã*, que tentava apaziguar esses problemas muito mais que os trazer a tona.

O preço do leite também sofreu reajuste desconfortante ao consumidor no período de crise. A Cooperativa de Laticínios do Recife preveniu a população contra as fraudes constatadas na distribuição do leite. De igual forma ao leite, carvão e outros gêneros, o feijão também alcançou preços inimagináveis, fugindo ao controle pretendido pelo tabelamento. Como se não fossem suficientes os problemas de abastecimentos de diversos gêneros da indústria, a água também aparece como artigo de racionamento, uma vez que seu desperdício tem sido constatado em diversas residências.

Diante do problema com o abastecimento, Agamenon põe em relevo a importância da participação popular ao socorro dos aflitos, pois “o homem do Nordeste é o mais humano dos homens, porque conhece tôdas as adversidades da terra sêca”. E tudo isto para destacar que “produzir é um compromisso de honra dos que estão na retaguarda”²¹⁹.

Pode-se dizer que as circunstâncias do cotidiano fomentaram uma cultura particularmente engajada. Em 17 de dezembro de 1943, o Teatro de Santa Isabel exibiu

²¹⁶MAGALHÃES, Agamenon. Abastecimento. *Folha da Manhã*. 09/02/1943. Ed. Matutina. p. 03.

²¹⁷ Nem só de pão vive o homem... *Jornal Pequeno*. 21/05/1943. p. 03.

²¹⁸ LEÃO, Karl. S. V. *La Propagand Politique: ensaio sobre a obra de Jean Marie-Domenach*. Rio de Janeiro. Boletim do Tempo Presente. 2008. p.4. Disponível em www.temppresente.org

²¹⁹ MAGALHÃES, Agamenon. O primeiro problema. *Folha da Manhã*. 03/01/1945. Ed. Matutina. p.03.

a peça “Teatro de Guerra”, um espetáculo “dedicado aos soldados e operários que trabalham nas bases, empenhados em nossos esforços de guerra”²²⁰. Era uma cultura que estava se comprometendo com o que Modris Eksteins intitulou de “amor heroicizado”²²¹, onde a população constrói seus laços afetivos com a nação através dos símbolos, dos heróis construídos pela pátria. Em tempos de guerra esses heróis serão os soldados e operários, aqueles que trabalham para manter a ordem e a harmonia entre a população. A arte como expressão da sensibilidade social foi alterada pela vivência da guerra em Pernambuco. A sociedade pernambucana construiu seus próprios “sentos de prioridade” em tempos de guerra. “Balé, filmes e literatura, carros e cruzeiros podem fornecer indícios importantes dessas prioridades, mas estas últimas serão encontradas mais abundantemente na resposta social a estes símbolos”²²². São os sentos de prioridade vinculados a guerra que constroem o que Eksteins chamou de “espírito de uma era”. Em Pernambuco este “espírito” terá como reflexo o esforço cívico e militar, daí a importância de eventos como a peça “Teatro de Guerra”, reafirmando o discurso do Estado.

A propaganda do racionamento não ficou restrita apenas aos jornais, ela circulou de várias formas para atingir o maior número de pernambucanos possível. Através do rádio, do teatro, de cartazes, várias foram as formas que o Estado e algumas empresas encontraram para se aproximar da população a fim de atingir seus objetivos. O racionamento trouxe uma outra configuração a paisagem pernambucana. Viam-se mais pessoas transitando pelas ruas a pé, de bicicleta. Na mesa as refeições foram modificadas por causa da carestia de alguns alimentos. Duarte Lima publicou matéria intitulada “Cozinha de Guerra”, explicando ao cidadão pernambucano que a guerra exige “sacrifícios de todos”. O problema da alimentação fazia parte do cotidiano recifense em tempos de guerra. “O problema da alimentação torna-se assim dia a dia mais angustiante, principalmente para as populações nordestinas, privadas dos suprimentos do sul”²²³. Duarte Lima mostra a urgência de se organizar uma “cozinha de guerra”, com “cardápios de emergência” adaptados à produção regional. Um exemplo dado por Lima é o da carne que estava em racionamento desde o ano de 1942. “Um rebanho não se faz em menos de cinco anos, principalmente quando a matança de vacas

²²⁰ Com a Prata de Casa. *Folha da Manhã*. 17/12/1943 Ed. Matutina. p.04.

²²¹ EKSTEINS, Modris. *A Sagração da Primavera*. Rio de Janeiro. Rocco. 1991. p.114.

²²² Idem, p. 12/13.

²²³ LIMA, Duarte. Cozinha de Guerra. *Folha da Manhã*. 28/03/1943. Ed. Matutina. p.02.

e de bezerras está sendo feita indistintamente numa furia de destruição nunca vista”²²⁴. Sua opinião era de que o problema da carne iria perdurar por muitos anos, por isso, deveríamos criar outras possibilidades que eliminassem dos nossos cardápios generos que estivessem em racionamento.

“A América do Norte já adotou o racionamento da carne, da manteiga, do toucinho e das conservas. Não sei porque nós também não o fazemos, quando é certo que as nossas reservas desses produtos são ainda menores do que as dos nossos aliados”.

A solução apontada não é impedir que cada indivíduo adquira a quantidade de carne necessária para sua alimentação normal, mas impedir que os que possuem maior capacidade aquisitiva comprem mais do que necessitam. “Entre nós há favorecidos da fortuna que continuam comprando carne para os seus cachorros, enquanto nos açougues esse alimento falta muitas vezes para muitas criaturas humanas”²²⁵.

A Batalha da Produção deveria ser a responsável para a abundante produção vegetal.

“Uma cozinha na qual os vegetais entrassem numa proporção de 90 por cento seria uma eficiente preparação para o novo consumo. E com isso não perderiam a saúde e o vigor físico de nossa gente. Ao contrário, creio que ganhariam em alta escala. Saber comer é uma arte difícil. Os que mais comem são paradoxalmente os que peor se alimentam. Não é questão de quantidade, mas puramente de qualidade”²²⁶.

Duarte Lima nos fala que a população rural do Brasil come mal mais por falta de conhecimento do que por problemas econômicos. Por isso, diz que “uma elite pensante e deliberante deveria assumir a tarefa de organização e de iniciativa para que o grande rebanho acompanhe sem constrangimento”²²⁷. A *Pernambuco Tramways* quer mostrar, em sua propaganda, que a guerra modifica até a saúde dos indivíduos, afetada pelo racionamento.

²²⁴ Idem.

²²⁵ Idem.

²²⁶ Idem.

²²⁷ Idem.



228

Em outra chamada publicitária da mesma companhia, lê-se:

Kilowatts no armazem? Que grande massada seria se, como acontece com o feijão, ovos, arroz e outras mercadorias, os “kilowatts-hora” tivessem de ser adquiridos no armazem e, diariamente, levados á casa. Mas, não é só neste particular que é a eletricidade diferente das outras mercadorias de uso cotidiano. Não há necessidade de se fazer estoque, pois ninguém gasta mais do que o necessário, não havendo perigo, portanto, de se desperdiçar – diz “Seu Kilowatt, o criado elétrico”²²⁹.

Essa propaganda da *Pernambuco Tramways & Power Co. Ltda.* mostra como a empresa anunciava à população que todo o esforço que vinha sendo pedido através dos jornais pela companhia estava sendo atendido. Nessa propaganda a *Tramways* pretende demonstrar que logrou êxito no seu objetivo de reeducação da população pernambucana para o esforço de guerra.

²²⁸ Sub-alimentado. *Folha da Manhã*. 19/01/1945. Ed. Matutina. p. 06.

²²⁹ Kilowatts no armazém? *Folha da Manhã*. 09/07/1943. Ed. Matutina. p. 06.

A economia de guerra auxiliou na construção de uma cidade metafórica através das práticas do espaço, das maneiras de fazer, construída pelos cidadãos pernambucanos em tempos de guerra.

ESFORÇO DE GUERRA

A economia de guerra esteve quase sempre atrelada, no que diz respeito a propaganda, ao esforço de guerra. O esforço de guerra não era apenas educar a sociedade para racionar gêneros, mas disciplinar o povo para a produção. “Os trabalhadores deviam ser sempre ‘soldados da produção’. Soldados da produção, eis o conceito chave que definia o engajamento dos trabalhadores no Estado Novo, como se uma guerra permanente estivesse a exigir permanente mobilização”²³⁰. O intuito era mobilizar a sociedade para atingir os ideais do Estado. Produzir e racionar eram os principais verbos do Estado Novo. A população não podia esquecer um só minuto que vivia o latente perigo de uma guerra. Por isso, ordem e disciplina eram fundamentais para ajudar o país a vencer essa batalha. Segundo Celso Branco

(...) mais importante que estar participando da guerra era preservar e afirmar a nossa identidade nacional perante a iminência de uma nova ordem política e econômica mundial. Enquanto a guerra permanecesse fora do nosso território não haveria como ou porque se furtar a essa necessidade.²³¹ P10.

Em artigo intitulado “Trabalho”, Agamenon vem lembrar à sociedade pernambucana que “é preciso não esquecer um instante que estamos em guerra e que o estado de beligerância exige um esforço sempre crescente”²³². Tudo que o indivíduo possuísse deveria ser posto a serviço da pátria e da vitória. Agamenon intenta que a maior e melhor forma de cooperação do Brasil para com os países aliados é fornecer matérias primas para as indústrias a serviço da “vitória”. “É produzir”. Para que isso fosse posto em prática era necessário o combate sistemático às “forças desagregadoras” ou “desnacionalizantes” é o combate aqueles que forão considerados “inimigos do

²³⁰ CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem Guerra. A mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo. Geração Editorial: Editora da Universidade de São Paulo. 2000. p.217.- Alcir Lenharo diz que se tratava de criar “um novo conceito de trabalho e trabalhador, uma contrapartida do que já se praticava no setor urbano-industrial: o forjamento do trabalhador despolitizado, disciplinado e produtivo”. Ver: LENHARO, Alcir. *A Sacralização da Política*. Campinas/São Paulo. Editora da Unicamp/Papirus. 1986. p.15.

²³¹ BRANCO, Celso. *O Brasil entrou na guerra. Vai ou não ter carnaval?* Rio de Janeiro. Revista Eletrônica Boletim do Tempo. Ano 2. nº 35. 2008.

²³² MAGALHÃES, Agamenon. Trabalho. *Folha da Manhã*. 08/01/1943. Ed. Matutuna. P.03.

Brasil”. O interventor via a guerra como uma grande oportunidade para a “afirmação das virtudes nacionais”. Seu discurso era unificador. O trabalho como cooperação nacional será um objetivo a ser buscado pelos ideais estadonovista.

Trabalho, pois, é o exemplo que estamos dando. Trabalho é o que pedimos a todos os brasileiros. Se cada um der, no setor da sua atividade, o máximo de produção e rendimento, e o máximo de patriotismo e confiança na vitória, os sacrifícios serão distribuídos igualmente e o nosso esforço de guerra alcançará o êxito que as nações unidas esperam do Brasil. Temos que exceder todas as expectativas e dar ao mundo o exemplo de um país, sem ódios, sem sectarismo, nem divisões internas e solidário com as grandes causas da humanidade, que almeja a paz e a justiça. Temos que dar ao mundo o exemplo de trabalho e organização interna, de fraternidade e confiança, de respeito e honra, de fidelidade aos compromissos e de colaboração americana²³³.

Se os esforços voltados para ampliar a produção, evitar o colapso econômico e aproveitar o momento auspicioso foram a tônica inicial nas indústrias e no campo, as campanhas de arrecadação de fundos foram logo incorporados ao esforço de guerra.

Em busca de donativos para a campanha pró-aquisição de mais uma lanchar-torpedeira para a Marinha de guerra, saiu de Recife uma comissão para o interior do estado, angariando fundos entre os comerciantes e industriais das cidades. Segundo o jornal *Folha da Manhã*, a campanha obteve maior êxito na cidade de Timbauba, partindo dali para a Paraíba, onde continuaria a “patriótica missão”²³⁴. Essas campanhas se tornarão comuns durante o período da guerra, como nos lembra Rostand Praíso:

Era lançada na Associação Comercial de Pernambuco, uma campanha para angariar metais para a nossa Marinha, com pontos de recolhimento em vários pontos da cidade, um deles ficando na pracinha do Diário. E, numa época de exarcebado sentimento de patriotismo, todo mundo se apressava em contribuir para aquele esforço de guerra, levando toda sorte de metais (alianças, pulseiras, anéis e até bisnagas vazias de pastas de dentes) e os lançando naquelas pirâmides – assim ficaram conhecidas por conta do formato que iam adquirindo - que iriam, de alguma forma, ajudar na reconstrução de nossos navios.²³⁵

As demonstrações de civismo em resposta aos estímulos provocados não demoraram a surgir. Contribuir com o país é uma demonstração de civismo, é inserir-se em um

²³³ Idem.

²³⁴ Campanha de Pró-Aquisição de Mais uma Lancha – Torpedeira. *Folha da Manhã*. 09/09/1942. p.06.

²³⁵ PARAÍSO, Rostand. Op. Cit. p.198.

respeitado grupo de colaboradores da pátria, é ganhar uma identidade virtuosa, desejando que todos assim o vejam.

No dia 17 de dezembro de 1943 foi criada a Comissão Estadual da Legião Brasileira de Assistência sob o comando de Antonieta Magalhães, esposa do interventor do estado. Esta Legião, que no âmbito nacional, estava sob a presidência da senhora Vargas, esposa do presidente da República, tinha como objetivo auxiliar o Estado brasileiro no “esforço de guerra”. Uma das cartas de apoio ao movimento foi publicada na *Folha da Manhã*, e mostrava como um pai de família incorporou essa atmosfera de patriotismo refletida na mobilização:

Sinto-me verdadeiramente empolgado pela idéia de serem congregadas as forças femininas para a altruística iniciativa de confeccionar roupas para os hospitais e tenho orgulho em pôr à disposição de v. excia. Minhas três filhas: Nelsa, Odete e Nair Cavalcanti de Andrade. Desejo que as habilidades de minhas filhas, como costureiras, sejam também aproveitadas em prol da defesa de nossa querida pátria e estou certo de que, oferecendo-as à Legião Brasileira de Assistência, cumpro com o meu dever e dou, às minhas filhas, um exemplo de patriotismo que as honrará²³⁶.

As filhas do senhor Herculano Cavalcanti de Andrade vão se tornar um exemplo a ser seguidos pelas demais famílias pernambucanas. Não se deve pensar no esforço, nas horas de trabalho sem remuneração. Deve-se pensar que essa atitude do senhor Herculano é uma atitude patriótica. O Brasil precisa de pessoas que saibam cumprir o seu dever e a família Cavalcanti é o exemplo que o Estado brasileiro precisa para chamar mais famílias para esse “patriótico dever”.

As formas de contribuir para o êxito do país foram as mais diversas, a Rádio Clube de Pernambuco, rádio de maior popularidade do estado, onde o interventor Agamenon Magalhães possuía um programa diário, publicou em nota na *Folha da Manhã* a sua contribuição no iniciado “esforço de guerra”. A nota, em nome de Oscar Moreira Pinto, superintendente da emissora, se direcionava a Antonieta Magalhães e versava sobre a Orquestra de Concertos que estaria à disposição da Legião de Assistência para realização da “Festa da Vitória”, a qual ocorreria em prol da “Campanha para Aquisição do Avião Carlos Chagas”.

Como observou o general Mascarenhas de Moraes, a mobilização pode ser resumida como: “todos os valores humanos, econômicos e morais a serviço de uma só

²³⁶ Legião Brasileira de Assistência. *Folha da Manhã*. 23/09/1942. Ed. Matutina. Capa. p.01 Cont. p.06.

causa a causa suprema da defesa nacional”²³⁷. A sociedade pernambucana foi mobilizada para atender ao “chamado da pátria”. O cumprimento das ordens do Estado seria mais uma prova de “civismo” da população para com o país. Como apontou Agamenon Magalhães:

Estamos em guerra e guerra é organização, disciplina, balanço de todos os recursos, seriação dos problemas e das necessidades mais urgentes, vigilância, planos cuidadosamente elaborados, ação imediata, todos em seus postos, comando, obediência, confiança e decisão de servir.²³⁸

O interventor abordava em seu artigo a necessidade da população auxiliar o Estado num momento de beligerância. Para ele, a sociedade deve aceitar quaisquer tipos de privações e fazer qualquer sacrifício. Isso, segundo Magalhães, é um dever para com a pátria, “que nos tem dado tudo até agora sem nada pedir”²³⁹. Agamenon enxerga o apelo feito pelo general Mascarenhas de Moraes como o início da mobilização para o “esforço de guerra”. Era preciso considerar, ainda segundo o interventor, que o Brasil está sob ameaças e que o inimigo “(...) está em nossas costas perturbando a vida nacional”²⁴⁰. Como o Nordeste era a região mais exposta ao perigo da guerra deveria ser a região de maior resistência. Portanto, era natural que a propaganda sobre o “esforço de guerra” e a “mobilização” fosse tão latente na região.

Todos nós somos soldados da Sétima Região Militar e devemos ouvir os conselhos prudentes do seu grande chefe, que cuida de tudo, identificando-se com os problemas de ordem civil e econômica, coordenando e agindo com inteligência e elevação patriótica²⁴¹.

Colaborar com o regime, indissociável em sua propaganda com a nação, não era mais uma questão de desejo ou simpatia, mas uma obrigação... e uma “obrigação de guerra”! A cobrança de taxas para auxiliar o custeio dos gastos com a guerra fez parte do que se chamou obrigações de guerra. Na matéria intitulada “Esforço de Guerra”, publicada no jornal *Folha da Manhã*, o chefe da 2ª Seção da Alfandega dirigiu uma carta ao inspetor do Estado na qual discute as providências que devem ser tomadas quanto ao recebimento das obrigações de guerra, à vista que no início do tal serviço, não se pensou na deficiência de pessoal da Tesouraria, o que gerou problemas no

²³⁷ MAGALHÃES, Agamenon. A Mobilização. *Folha da Manhã*. 20/09/1942. Ed. Matutina. p. 03.

²³⁸ Idem.

²³⁹ Idem.

²⁴⁰ Idem.

²⁴¹ Idem.

recebimento deixando boa parte dos contribuintes sem realizar o devido pagamento. Outro agravante é que tinha sido observado que alguns dias marcados para pagamentos eram feriados ou domingos, o que acarretou superlotação da Alfândega nos dias seguintes. A instituição, segundo o chefe da 2ª Seção, não suportou o recebimento ao mesmo tempo dos impostos aduaneiros, internos e das obrigações de guerra. Para Oswaldo Santos não era justo e legal que apliquem multa de 10 por cento de mora ao contribuinte, desde que, não fora sua culpa o retardamento do pagamento referido. Não é muito comum vermos nos jornais algo tão interno da administração estatal tornado público. Não é apenas uma instituição estatal saindo em defesa da sociedade, mas o estado apontando para a população, de forma propagandística, que a sociedade era preocupada em honrar seus compromissos, auxiliando o país na defesa da pátria, por isso, muito mais do que críticas ao precário sistema de atendimento, Oswaldo Santos traz as soluções necessárias para que o contribuinte não volte para casa sem realizar seu dever cívico.

Além das obrigações, o cidadão que desejasse estender sua contribuição poderia fazê-la através de doações ou comprando o “bônus de guerra”, uma espécie de título de capitalização oferecido pelo Estado. Em matéria intitulada “Bônus de Guerra”, Agamenon Magalhães trata da importância patriótica que é a compra do bônus de guerra para auxiliar a estrutura de defesa do Brasil. Segundo o coronel Orozimbo Pereira (já citado por sua cartilha escrita em 1942, o *Alerta! Catecismo da Defesa Passiva Civil Anti-Aérea*), Pernambuco foi onde ele encontrou “esses serviços melhor organizados”²⁴². Para Agamenon, há aqui preparação, entusiasmo, consciência do perigo. Desejo de enfrentar o perigo. “O nosso esforço de guerra é também o mais profundo e extenso. A nossa economia agrícola e industrial está mobilizada”²⁴³. O governo estava acelerando o fomento agrícola para a batalha da produção. Em 1943 entrou em vigor a lei contra os latifúndios improdutivos. O governo não permitiria ninguém de braços cruzados. Por isso um combate sistemático a improdutividade.

As nossas indústrias realizam um esforço de adaptação às condições de guerra cada vez mais notável. Esse esforço caracteriza-se pela substituição da matéria prima estrangeira, intensificando-se as pesquisas e experimentação das matérias primas nacionais²⁴⁴.

²⁴² MAGALHÃES, Agamenon. Bônus de Guerra. *Folha da Manhã*. 04/05/1943. Ed. Matutina.p.03.

²⁴³ Idem

²⁴⁴ Ibidem.

Pernambuco, sob a ótica de Agamenon Magalhães, era um exemplo de unidade. Era uma só frente contra o inimigo. “O Quinta-coluna, em Pernambuco, não tem ambiente. Não respira. O sentimento de solidariedade americana é aqui muito vivo. Muito agudo. Todos ajudam a guerra. Todos trabalham pela vitória”²⁴⁵. Foi com essas palavras que o interventor dialogou com Assiz Chateaubriand sobre a colaboração de Pernambuco em prol da campanha dos bônus de guerra. Magalhães acreditava que a subscrição do bônus de guerra deve ter um caráter acentuadamente popular. “Não é o vulto da importância que nos interessa. O que nos interessa é a colaboração, é que todos tenham a oportunidade de prestar o seu concurso, de ter a consciência de que estão fazendo alguma coisa para ajudar o Brasil”²⁴⁶. É mostrar à população o seu dever para com a nação. O consumo como base da economia deveria ser evitado pois a população deveria poupar. Poupar e estaremos ajudando o país a enfrentar momentos tão delicados para a economia nacional.

A economia de guerra é uma economia de consumo. Não se deve comprar se não o necessário. Em todos os orçamentos domésticos devem haver sobras e essas sobras devem ser aplicadas no esforço de guerra. Essa é uma das formas de combate à inflação e aos preços. O governo nacional, com a emissão dos bônus de guerra, oferece ao povo uma forma de capitalização e de defesa contra os excessos de consumo. Contra o que é desperdício. Contra o que é superfluo ou o que pode ser adiado²⁴⁷.

Comprar o bônus de guerra não só auxilia o país no esforço de guerra, como também educa a população a viver em tempos difíceis.

No dia que antecede uma das mais importantes comemorações cívicas do Estado Novo, o Dia do Trabalho, a propaganda para a compra de “obrigações de guerra”, sugida aqui através da publicidade da *Tamways*, estava relacionada a batalha da produção, incentivando a população a continuar com esse esforço cívico:

Ao comemorarmos, amanhã mais uma passagem do Dia do Trabalho, não devemos esquecer o grandioso programa traçado pelo Governo para aumentar a produção. É dever nosso produzir febrilmente, para que o Brasil honrando seus compromissos, acelere a VITÓRIA das Nações Unidas e se torne cada vez mais forte e respeitado. As classes trabalhistas têm, nesta guerra, papel indiscutivelmente formidável! – diz “Seu” Kilowatt, o criado elétrico²⁴⁸.

²⁴⁵ Ibidem.

²⁴⁶ Ibidem.

²⁴⁷ Ibidem.

²⁴⁸ O Trabalho e a guerra. *Folha da Manhã*. 30/04/1943. Ed. Matutina. p.06.

Na propaganda observamos a produção como condição para que o país seja forte e respeitado. Colocando a responsabilidade da credibilidade do país na mão dos trabalhadores.

Artigos e chamadas sobre a batalha da produção se tornarão constantes no decorrer da segunda metade do ano de 1942 até o fim da guerra. “Trabalhar era a palavra de ordem do presidente Vargas”, por isso ensinar a população a economizar e a empreender maior esforço no labor era necessário para lograr os objetivos do Estado. “Produzir mais e melhor tem sido um grito de renovação e de energia que, há um lustro, vem estimulando o progresso geral da economia pernambucana”²⁴⁹. Para o governo, o padrão de trabalho e de organização social que foi implementado no Estado, constitui uma segurança de que “todas as classes produtoras saberão compreender o sentido em que se inspiram as campanhas que têm por escôpo a mobilização dos nossos recursos econômicos”²⁵⁰. As instituições estatais deveriam passar para a população que todas as atividades do país deveriam se concentrar num fim único: a defesa do país.

Diante do esforço de guerra, o discurso do interventor procurava anular as contradições sociais, criar uma homogeneidade social em prol da nação, reduzir as hierarquias econômicas a um grande sentimento unânime de amor a pátria.

Todas as profissões estão mobilizadas para um grande dever. O de servir antes de tudo e acima de tudo à nação. É preciso afastar desde logo, em qualquer atividade, a preocupação utilitária, o interesse particularista. Que valem bens, conforto, fortuna, ambição pessoal, quando a pátria está ameaçada, quando a segurança nacional está em perigo?²⁵¹

Mobilizar, produzir são as ordens do momento. Produção e hierarquia social também é tema do jornal *Folha da Manhã*, através de matéria de Otávio Pinto. Aqui, o autor considera que um dos problemas de guerra que mais tem preocupado o governo do Estado é o do abastecimento. “Esse problema é um dos mais complexos para nós, que quase tudo importamos do sul do país. Assim, quando sentimos às vezes os efeitos da falta de determinados produtos, verificamos que as causas não estão ao nosso alcance”²⁵². As palavras de Otávio Pinto além de dizer a a população pernambucana que a falta de gêneros no Estado não é culpa do governo, pois é algo que transfere a sua esfera, mostra também que a população de veria se empenhar cada vez mais para

²⁴⁹ Batalha da produção. *Folha da Manhã*. 06/04/1943. Ed. Matutina. p. 05.

²⁵⁰ Idem

²⁵¹ Foto 0168/0169 fm42set/dez

²⁵² MAGALHÃES, Agamenon. Contra os Aproveitadores. *Folha da Manhã*. 03/09/1942. Ed. Vespertina. p.03.

minimizar o racionamento trazido pela crise no abastecimento. O consumo de todos os gêneros alimentícios, em Recife, cresceu de modo extraordinário. Com o crescimento rápido de uma população adventícia, das numerosas forças militares aqui presentes, das tripulações dos navios e dos mercantes que aqui permaneciam em números cada vez mais expressivos. Recife era considerada a “cabeça da região”, no que concerne ao esforço de guerra, por isso tinha a obrigação de enviar mantimentos aos Estados vizinhos. Otávio Pinto faz uma severa crítica ao Recife pela falta de produção.

O município do Recife, coberto de alagados e onde os miseráveis mocambos proliferaram como cogumelos, não produz nada. Tudo vem do interior, desde o leite, até as verduras e frutas. O consumo de carne de boi na capital que era de 475.360 quilos em março, atingiu em março deste ano (1943) a 830.312 quilos, o que não deixa de ser bastante expressivo e eloquente²⁵³.

Além de ver na pobreza trazida pelos mocambos um entrave para a batalha da produção, Otávio Pinto, aponta que boa parte da população ainda não está suficientemente educada aos sacrifícios e restrições impostas pela guerra. Deste modo, abastecer em tempo de guerra não seria somente alimentar o povo. “É também instruir, educar, disciplinar os espíritos e, sobretudo, mostrar que todos devem colaborar com as medidas de racionamento adotadas pelo governo, que só visam o bem estar coletivo”²⁵⁴. Por isso, Pinto elucida que se não fosse a figura e o prestígio do interventor Agamenon Magalhães, não sabe o que seria da população pernambucana. Mostra um exemplo que dignifica e afirma as entusiasmadas palavras que proferiu a figura do interventor:

Agora mesmo com a dificuldade de transporte marítimo, o nosso estoque de trigo ficou bastante reduzido, ameaçando a paralização da indústria panificadora e o desemprego de centenas de operários. Passámos dias amargurados, vendo a cada momento a cidade sem pão, que é o alimento do pobre. As providências, porém, do chefe do governo do Estado foram rápidas assim, antes do estoque se acabar, o trigo chegou. Vencemos mais esta crise, que foi uma das mais difíceis.²⁵⁵

Veja que esse discurso não se apresenta em sintonia com o discurso, logo acima, apresentado pelo mesmo Otávio Pinto. Tratou em sua primeira fala do problema que o pobre do mocambo, das ruas, traz ao governo pela sua improdutividade. No entanto, intenta que o governo estava preocupado com o abastecimento do trigo porque ia faltar

²⁵³ Idem.

²⁵⁴ Ibidem.

²⁵⁵ Ibidem.

o pão, alimento do pobre. Contradições evidentes num governo que tenta galgar as massas pela propaganda política.

Uma das preocupações da população em tempos de guerra deve ser a preocupação de servir. Essa era a opinião do interventor Agamenon Magalhães em matéria “A Preocupação de Servir”. Para ele a situação em que se encontrava a economia do Estado exigia, por parte da população, esforços maiores. Todos deveriam colaborar ou pelo menos não criar obstáculos. A luta contra aqueles que tentam sabotar a pátria deveria ser uma luta constante. “O governo está dando o exemplo, cabe ao povo segui-lo”²⁵⁶. O governo apresentou-se, segundo Agamenon como um governo de autoridade, lutando para manter os ideais do país.

ATLETAS
PERNAMBUCO
GÁVEA ESTARÃO, UEBEC" E "ANAJÁ"
 como das vezes anteriores. Os demais tocará a Jara Club com a apresentação prima selecionado.

equilite o programa de correr apresentação:
AREO — 1.200 METROS
 do Farrista — Prêmios:
 Cr\$ 1.200,00 e 80,00
 f... .. 50 quilos
 48 "
 52 "
 48 "
AREO — 1.500 METROS
 Marapara — Prêmios:
 Cr\$ 1.500,00 e 70,00
 51 quilos
 54 "
 48 "
 52 "
AREO — 1.100 METROS
 do Revide — Prêmios:
 Cr\$ 1.200,00 e 80,00
 51 quilos
 52 "
 58 "
 50 "
AREO — 1.700 METROS
 do Anis — Prêmios:
 Cr\$ 1.500,00 e 70,00
 48 quilos
 52 "
 58 "
 50 "
AREO — 1.600 METROS
 Pescadora — Prêmios:
 Cr\$ 1.500,00 e 80,00
 51 quilos
 47 "
 54 "
 51 "
AREO — 1.500 METROS
 do Raw — Prêmios:
 Cr\$ 1.200,00 e 60,00
 50 quilos
 54 "
 48 "
 48 "

“DAR TUDO”
 — Na gíria esportiva “dar tudo” representa o esforço máximo despendido pelo atleta, palmilhando a vitória.
 — Muito mais significativa ainda, é a Vitória que necessita obter o Brasil, denotando o nazismo. Cumpra, portanto, é cada brasileiro de retaguarda “dar tudo” quanto ao esforço de guerra, para que nada fulte às forças que defendem a soberania da Pátria—diz “Seu” Kilowatt, o crido elétrico.

PERNAMBUCO TRAMWAYS & POWER CO. LTD.
 RUA 1.º DE MARÇO 105 — TELEFONE 6750 — RECIFE
 (4.1783)
USINA MARIA DAS MERCES, S.A.

257

Na propaganda da *Tramways*, a empresa utiliza-se da expressão esportiva “dar tudo” para aludir que o cidadão brasileiro deveria dar tudo em prol da vitória do país contra os

²⁵⁶MAGALHÃES, Agamenon. A preocupação de servir. *Folha da Manhã*. 01/07/1944. Ed. Matutina. p.03.
²⁵⁷ Dar tudo. *Folha da Manhã*. 17/03/1944. Ed. Matutina. p.06.

países do Eixo. “Cumprer portanto, à cada brasileiro da retaguarda ‘dar tudo’ quanto ao esforço de guerra, para que nada falte às forças que defendem a soberania da Pátria”²⁵⁸. Essa propaganda resume bem o ideal propagado pelo Estado para a construção do esforço de guerra, onde a sociedade deveria se doar integralmente para atender ao chamado da Pátria.

Em outra propaganda trazendo o “criado elétrico” – o Seu Kilowatt –, a *Pernambuco Tramways* chama a população mais uma vez a participar do esforço de guerra. A própria chamada da propaganda é “Tudo mais é adiável”, dando a entender que o cidadão deveria abandonar o que estivesse fazendo e seguir para apoiar o país nesse sacrifício que representa a guerra. “É para que as Nações Unidas tenham navios para vencer a guerra, que nos vemos privados de certos artigos a que estamos habituados. Poderá haver sacrifício mais nobilitante e patriótico?”²⁵⁹

O “Seu Kilowatt” representará uma importante figura na política de esforço de guerra pois, as propagandas anunciadas pelo “criado elétrico” serão as mais difundidas no Estado Novo Pernambucano devido a sua frequência nos periódicos locais. O “Seu Kilowatt” também tinha como função a reeducação da sociedade pernambucana, ensinando os indivíduos como se portar em momentos de crise. Veja, por exemplo, como ele mostra à dona de casa a necessidade de poupar gêneros.

Tome cuidado minha senhora com o que possui. Poupar o que temos significa mais canhões, mais navios, aviões em maior número, armamentos e munições em profusão. Certas coisas parecem de somenos importância, mas, realmente, apressam a VITÓRIA! Não se colocando, por exemplo, alimentos quentes ao refrigerador, este durará muito mais. Dê vida longa aos seus aparelhos elétricos, dispensando-lhes cuidados maiores.²⁶⁰

Na imagem vê-se o “Seu Kilowatt” preocupado, pois a dona de casa está fazendo errado, colocar comida quente no refrigerador é diminuir sua durabilidade da comida o que em tempos de guerra deve ser evitado já que “economizar” deve ser o verbo de todas as senhoras do lar.

²⁵⁸ Idem.

²⁵⁹ Tudo mais é adiável. *Folha da Manhã*. 23/07/1943. Ed. Matutina. p.06.

²⁶⁰ Poupe para o bem da humanidade. *Folha da Manhã*. 12/05/1944. Ed Matutina. p.06.

...	Cré	8,00
...	Cré	4,15
...	Cré	1,20
...	Cré	1,00
...	Cré	0,20
...	Cré	4,7
...	Cré	6,1
...	Cré	1,2
...	Cré	1,2
...	Cré	0,90
...	Cré	8,00
...	Cré	2,7
...	Cré	4,7
...	Cré	0,31
...	Cré	6,2
...	Cré	10,00
...	Cré	8,0
...	Cré	8,70
...	Cré	4,7
...	Cré	6,20
...	Cré	6,85
...	Cré	0,35
...	Cré	1,77
...	Cré	1,7
...	Cré	0
...	Cré	0,6
...	Cré	2,30
...	Cré	4,80

POUPE PARA O BEM DA HUMANIDADE

— Tome cuidado, minha senhora, com o que possui. Poupar o que temos significa mais canhões, mais navios, aviões em maior número, armamentos e munições em profusão.

— Certas coisas parecem de tomos insignificância, mas, realmente, apressam a VITÓRIA. Não colocando, por exemplo, alimentos quentes no refrigerador, este durará muito mais. De vida mais longa aos seus aparelhos elétricos, dispensando-lhes cuidados maiores — economize "Seu" Kilowatt, o criado elétrico.

A. S. A.
FONE 9602

REDONTE DAS FERRAS SA!
COMENDAS (5-804)

PERNAMBUCO TRAMWAYS & POWER CO. LTD.
Rua 1.º de Março 106 — Telefone 6750

261

O esforço de guerra, tido como atitude patriótica, foi logo incorporado como valor agregado a diversas marcas comerciais. Assim, além da *Tramways*, pode ser visto: “ESFORÇO DE GUERRA – A Farmácia e Drogaria Fernandes está agora preparada para servir aos seus freguezes com a MÁXIMA RAPIDEZ POSSÍVEL”²⁶².

O momento vivido exigiu a “conscientização” de um cidadão solícito, pronto a ajudar o Estado em suas investidas no conflito. As diversas campanhas que surgiram apontam a necessidade de doação integral a causa. O cidadão brasileiro civil é levado ao *front* por outros meios, luta com outras armas, mas o inimigo é o mesmo. Como

²⁶¹ Idem.

²⁶² Esforço de guerra. *Folha da Manhã*. 02/09/1942. Ed. Vespertina. p.05.

exemplo das campanhas de guerra pode-se citar a Campanha do agasalho para o expedicionário; Campanha do cigarro para o soldado; Campanha para aquisição de aviões, lanchas e torpedeiros; Campanha do tostão; Campanha do metal e Campanha da borracha e Campanha da borracha usada.

Num dos cartazes publicados na *Folha da Manhã*, já em 1943, temos o próprio Getúlio Vargas falando à população sobre a importância de participar da campanha da borracha. Vargas apresenta a riqueza do Brasil, e a responsabilidade que o povo deve ter para com a guerra. Segundo o presidente, não nos faltam seringueiras, maniçobas e mangabeiras, o que nos falta é a sua extração.

Todo brasileiro que procura extrair o “latex” da maniçoba, da Mangabeira ou da Seringueira, sabe que está trabalhando, decisivamente, pela nossa Vitória final, em nome de nossa honra e de nossa liberdade! Mas, além, disso, está aproveitando uma oportunidade excepcional para fortalecer seus haveres e aumentar o valor econômico do Brasil²⁶³.

A propaganda da borracha trará o ideal de que sem ela é impossível vencer a guerra. Consonante ao discurso do presidente, Agamenon Magalhães escreve para a *Folha da Manhã*, o artigo “Borracha”. O interventor afirma que o êxito da extração da borracha em Pernambuco depende da propaganda de instrução técnica e de procura e preço para a compra do látex. Intentou para a não existência da seringueira e da maniçoba em terras pernambucanas, mas alertou para a manguabeira, planta litorânea.

Seu fruto é um dos mais apreciados. Vende-se nas épocas de colheitas em todas as estações da linha sul. Da mangabeira escorre um leite que é borracha de primeira qualidade. Temos também ainda em nossas matas o visqueiro, que dá sombra e leite. Se êsse latex for aproveitado, estamos certos de que será igual á borracha.²⁶⁴

Magalhães utiliza dos seus conhecimentos de geógrafo para mostrar que mesmo sem as principais plantas de extração da borracha, Pernambuco tem como auxiliar o Brasil em mais uma campanha em defesa da pátria. O que o interventor quer mostrar é que a população local tem receptividade muito aguda para com as campanhas nacionais. Ele

²⁶³ Na defesa de nossa liberdade, precisamos de mais borracha! *Folha da Manhã*. 01/06/1943 Ed. Matutina. p.05.

²⁶⁴ MAGALHÃES, Agamenon. Borracha. *Folha da Manhã*. 03/06/1943. Ed. Matutina. p. 03.

termina a matéria com palavras que entoam o discurso da propaganda de Getúlio sobre a borracha: “Sem borracha não podemos ganhar a guerra”²⁶⁵.

A Legião Brasileira de Assistência auxiliou o Estado na arrecadação durante a campanha da borracha. O governo encarava a campanha da borracha como um movimento de “alcance patriótico” e que buscou despertar a comoção de toda a sociedade. Segundo nota divulgada à imprensa pela Legião Estadual de Assistência, “Em Pernambuco, a campanha da borracha alcançará o mais expressivo desenvolvimento e será uma firmação das nossas atividades em prol da defesa nacional”²⁶⁶.

A Legião Brasileira com a colaboração dos governos estaduais, das prefeituras, do Departamento de Educação, e os Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda, foi encarregada de promover a campanha de coleta de borracha usada. No Recife esta campanha teve início no dia 01 de julho de 1943 às 17 horas na Praça da Independência. Nesta capital a coleta foi feita por intermédio de alunos de escolas e em postos públicos. Os produtos (como pneus, câmaras de ar, etc.) eram adquiridos a preços bem abaixo do que se conseguiria vender em outras circunstâncias, porém a propaganda do governo alertava para que o feito fosse encarado com uma “contribuição à campanha da vitória, nesse momento em que o país está como os demais países das nações unidas, empenhado na campanha de fornecimento de matérias primas á luta contra o inimigo comum”²⁶⁷.

O governo pernambucano prezava pela reeducação do cidadão. A *Pernambuco Tramways*, que atrelou toda a sua propaganda, no decorrer do Estado Novo, ao governo mostrou seus agradecimentos em 1944 ao que chamou de “heróis anônimos”, o povo, pela sua participação e cooperação no esforço de guerra.

Merecem, simbolicamente, honrosa condecoração, todos aqueles que, na retaguarda, desta ou daquela maneira, direta ou indiretamente – se sacrificaram ajudando o Brasil a vencer! Êsses heróis anônimos sabem que a Pátria lhes agradece tudo quanto fizeram, no que se relaciona com o êsforço de guerra – diz “Seu” Kilowatt, o criado elétrico.²⁶⁸

A propaganda mostra como o povo atendeu ao chamado do país num momento de necessidade. Quer mostrar ao cidadão que ele tem feito a sua parte e por isso a guerra se

²⁶⁵ Idem.

²⁶⁶ Legião Brasileira de Assistência. *Folha da Manhã*. 01/07/1943. Ed. Matutina. Capa. p. 01 Cont. p. 03.

²⁶⁷ Idem.

²⁶⁸ Heróis Anônimos. *Folha da Manhã*. 24/11/1944. Ed. Matutina. p.10.

torna mais próxima do fim. A guerra que um dia atrapalhara tudo e tirara o país de sua “rota natural”, obrigando os reajustes na política nacional, antes impensados, estava chegando ao fim e o brasileiro voltaria a ter paz e o seu cotidiano, que fora abalado pelo conflito, seria normalizado. Mas, os efeitos da “guerra sem guerra” não desapareceriam juntamente com o Estado de Beligerância.

PARTE III: POLÍTICA, PROPAGANDA E MEMÓRIA

PROPAGANDA E POLÍTICA: A PROPAGANDA COMERCIAL ESTRANGEIRA EM TEMPOS DE GUERRA

O estudo da propaganda política foi alvo de particular interesse da historiografia no pós-guerra. Ao tomar a propaganda comercial estrangeira durante a Segunda Guerra no Brasil, busca-se uma melhor compreensão de um período cortado por discursos transversais, partindo da hipótese de que o elemento político foi parte integrante do dizer publicitário como forma de angariar um maior desejo do indivíduo para com o produto confundindo o mesmo com a conjuntura.

Entre política, guerra e propaganda...

“A perfeição do produto é um auxílio seguro para a potência das alas fascistas”²⁶⁹. Assim anunciava a propaganda dos produtos *Magneti Marelli* (empresa italiana voltada para o fornecimento de peças automobilísticas) na Itália de Benito Mussolini. A harmonia da campanha publicitária com o regime fascista exemplifica o carregado teor político de produtos como pneus, gasolina, têxteis e tantos outros que, em tempos de guerra, levaram o *front* para dentro dos lares.

Comunicação e política são conceitos distintos, mas também esferas que se entrelaçam em períodos específicos. Ainda na década de 1920, os anúncios publicitários eram objetos de aperfeiçoamento constante. Quando o americano C. Hopkins acreditou ter descoberto as leis de uma “publicidade científica”, após medir a influência da sugestão publicitária através do caso particular das vendas por correspondência, I. Lee propunha um novo formato de *publicity*, denominado *Relações Públicas*.

O objetivo dos métodos *relacionistas* é manter um diálogo entre o emissor e seus diferentes públicos de modo favorável ao emissor da publicidade. Assim, distintamente do reclamo tradicional, as relações públicas não pretendem, a partir de textos cuidadosamente trabalhados, produzir um resultado imediato, repudiando

ostensivamente todo e qualquer objetivo mercantil, afirmando pelo contrário sua generosidade, apregoam sua fé nas virtudes do diálogo, da boa vontade, da compreensão e da sinceridade mútuas entre anunciantes e opinião pública. Atuando como virtuosos da dialética publicitária entre a realidade da troca e a aparência da dádiva, os relacionistas trabalham para suscitar, manter e aprimorar as imagens

²⁶⁹ PIGNOTTI, Lamberto. *La Super-Nada: Ideologia y Lenguaje de la Publicidad*. Valência. Fernando Torres Editor. 1976.p.112.

coletivas de marcas, instituições ou personalidades cuja fortuna e cujo poderio dependem em maior ou menor escala de sua reputação²⁷⁰.

Dessa forma não parece estranha a influência da publicidade comercial norte-americana sobre a propaganda nazista, salientada por Hannah Arendt, mesmo quando a autora aponta particularidades na versão alemã, como insinuações diretas e ameaçadoras, simplificação das idéias para atingir as massas incultas, apelos emocionais, repetições, promessas materiais, promessas de unificação e fortalecimento nacional²⁷¹.

Tanto a publicidade comercial quanto a propaganda política estatal repousam sobre o campo do imaginário, que se vai solidificando como um espaço de confronto. São ainda sob os termos desta construção imagético-discursiva que Marcondes Filho justifica o malogro do *Deutscher Komunist Partei*:

O trabalho ideológico do DKP foi tão pouco convincente, do ponto de vista da convicção, do amadurecimento e da autonomia, que não foi preciso um empenho extraordinário para que as massas operárias se deixassem conduzir pelo discurso aparentemente socialista dos fascistas²⁷².

O Ministro da Propaganda do regime nazista, Joseph Goebbels, sabia que muito do sucesso do III Reich se vincularia à imagem do regime sugerida ao povo germânico. “Para nós, a imprensa é a propaganda com meios jornalísticos”²⁷³.

O aumento da população nos grandes centros fez com que pela primeira vez os líderes ocidentais, do início do século XX, levassem em consideração a “opinião pública”. O papel dos meios de comunicação de massa sobrepujou-se sobremaneira forçando o aprendizado no trato com milhares de espectadores ao mesmo tempo. O rádio, por exemplo, já havia sido utilizado na Inglaterra de Elizabeth I, onde comunicados em forma de baladas permitiam que fossem acompanhados com música²⁷⁴. E o aperfeiçoamento das técnicas de comunicação britânicas permitiu que o trabalho do Ministério da Propaganda na Inglaterra, sob o comando do Lord Northcliffe, trouxesse o aumento das deserções no lado alemão. O alto comando do III Reich, por

²⁷⁰ LANGNEAU, Gérard. *A Sociologia da Publicidade*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1981.p.20/21.

²⁷¹ In: CAPELATO, Maria Helena R. *Multidões em Cena – Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo*. Campinas, Ed. Papirus, 1998.p.66.

²⁷² FILHO, Ciro Marcondes (Org). *A Linguagem da Sedução: A conquista das consciências pela fantasia*. São Paulo, Com-Arte, 1985.p.09.

²⁷³ GOEBBELS, Apud: FILHO, Ciro Marcondes (Org.). Op. Cit. p.11.

²⁷⁴ SOUZA NETO, José maria Gomes de. *Engenho de Sons, Imagens e Palavras – Ditadura e Propaganda na primeira Metade do Século XX*. Dissertação de Mestrado. Recife, UFPE/CFCH. 2000. p.46/47.

sua vez, soube analisar o sucesso inglês e as falhas na propaganda germânica para lapidar seus próprios métodos publicitários²⁷⁵.

O Brasil não ficou às margens deste processo de aproximação Estado-comunicação de massa. O DIP, Departamento de Informações e Publicidade, criado em 1931, colocou a imprensa sob a órbita do Estado getulista. Durante o Estado Novo (1937-1945), O DIP procurou legitimar o ideal de unidade nacional, harmonia social, intervencionismo econômico e centralização política. Para que o povo se reconhecesse num governo que não escolheu, difundir as idéias e cativar as consciências era fundamental²⁷⁶. O ingresso no contexto belicoso da Segunda Guerra, contudo, não fazia parte do planejamento dos representantes do regime estadonovista. A Declaração de Guerra ao Eixo, em 1942, foi acompanhada pelo redirecionamento da política de propaganda do Estado Novo. A guerra passou a ser o novo foco.

Nesse momento a publicidade (que segundo Jean-Marie Domenach tem cunho comercial) e a propaganda (segundo o mesmo autor de cunho político) se entrelaçam. As empresas privadas utilizam-se do momento vivido pelo país para atingir seus objetivos econômicos. Era cada vez mais comum ver propagandas de carros, óleos para motores, eletrodomésticos, remédios, voltadas para o contexto da guerra. Era o discurso estatal sendo utilizado para fins comerciais. A propaganda no Brasil durante o período da Segunda Guerra Mundial criou metáforas, produziu sentidos, disciplinou corpos, alterou o cotidiano da nação.

Enquanto centenas de soldados brasileiros morriam em combate na Europa, cidades como São Paulo, Recife, Rio de Janeiro e Natal viviam o cotidiano do *front* trazido por revistas, jornais e rádios. A realidade construída pelos discursos alargou as fronteiras do político. O racionamento de gêneros de primeira necessidade, os exercícios de defesa passiva antiaérea, o convívio com militares estrangeiros, tudo colaborava para lembrar que o Brasil vivia a eminência de um ataque e sua população deveria estar preparada. Poupar era o principal lema da propaganda estatal.

Os discursos do capital privado internacional, representados aqui por propagandas de companhias como *Texaco*, *Esso*, *Tramways*, *Ford*, *Republic Steel Corporation* e *W. M. Jackson Editores* contribuíram para a propagação de valores enfatizados agora pela circunstância de guerra. Permitiram ainda a constante atualização da sensibilidade política, que não é um estado fixo, mas resultado de mensagens e

²⁷⁵ Idem, p.51.

²⁷⁶ Ibidem, p.152.

dramatizações que mantêm ou modificam os sentimentos coletivos diariamente²⁷⁷. Os pilares desta propaganda comercial foram os métodos *relacionistas*, forjando uma imagem receptiva da marca através de suas ligações com as Nações Unidas e a ênfase no desejo de “liberdade”. “Es oportuno repetir que la propaganda comercial no vende ‘productos’ sino ‘deseos’, y que si el deseo no existe, entonces se inventa, dado que según la sabia formulación Del doctor Dichter, todo deseo es artificial”²⁷⁸. O conceito de “liberdade” certamente deveria ser cuidadosamente polido no Brasil, uma vez que a conjuntura política de uma “democracia autoritária”, usando o termo de Capelato, poderia fazê-lo entrar em conflito com o contexto restritivo pelo qual passava o país.

Se entre os anos de 1934 e 1938 verifica-se uma maior dinâmica nas relações comerciais entre o Brasil e a Alemanha, a partir de 1939 esse fluxo bilateral sofre constante desaceleração até ser por fim interrompido em 1942, com a Guerra. A partir de então, os Estados Unidos consolidaram a posição de importante parceiro comercial



A *Standard Oil Company of Brazil*, através do “Repórter Esso”, trouxe diariamente as últimas notícias da Guerra aos lares brasileiros.

do Brasil, afastando a ameaça alemã da política brasileira. Como grande fornecedor de matéria-prima e de grande influência no Cone Sul, o alinhamento do Brasil à órbita dos Aliados era visto como fator de vital importância. Longe da mera passividade, o Estado Novo associava-se aos norte-americanos por uma política não menos oportunista do presidente Vargas. Retomar o discurso forjador de uma identidade continental, e em alguns casos Ocidental, permitia ao empresariado estrangeiro maior dinamização do mercado nacional. Operava-se a dilatação do campo político. “Enriqueça sua biblioteca”, assim inicia a *W. M. Jackson Editores* o

anúncio da sua mais nova coleção de livros – 14 volumes – sobre o continente. “História de América: uma obra que corresponde ao ideal de solidariedade continental.”²⁷⁹

²⁷⁷ CAPELATO, Maria Helena Rolim. Op. Cit. p.64.

²⁷⁸ PIGNOTTI, Lamberto. Op. Cit. p.22.

²⁷⁹ “*Enriqueça sua biblioteca*” in: *Diário de Pernambuco*, 12.05.42. p.5. Centro de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco/Recife/PE.

O engajamento aos esforços de guerra passou a espelhar valor agregado ao produto. A propaganda comercial de empresas estrangeiras, por meio dos métodos relacionistas, trabalhou a imagem da marca através de suas ligações com a Guerra.

A Organização Esso, descobridora da fórmula do toluol sintético, extraído do petróleo, deu aos exércitos das Nações Unidas mais uma fonte vital de suprimento. E hoje, quando sabemos que 3 de cada 5 bombas que os nossos soldados atiram sobre o inimigo são preparadas com toluol sintético, sentimo-nos naturalmente satisfeitos por essa nova colaboração prestada aos defensores da nossa civilização.²⁸⁰ (*grifos nossos*)

Pode-se ler, a partir, da propaganda acima, que não apenas os soldados brasileiros compõem os exércitos das Nações Unidas, como também defendem uma “civilização”, que é tanto dos brasileiros como do emissor da propaganda.

Os discursos do capital estrangeiro não são homogêneos. A campanha da *Ford* dá bom exemplo dessa polissemia:

(...) nós que vivemos no Hemisfério Ocidental, podemos dizer aos nossos filhos: ‘As Américas estimulam a ambição; todo cidadão tem oportunidade de desenvolver ao máximo sua habilidade e seu talento’
(...) é por isso que Ford está contribuindo com sua parte para assegurar o amanhã melhor e aprazível para todos os povos livres...²⁸¹

O Ocidente é aqui a referência da construção da identidade, que tem a liberdade como característica de seus povos. As fronteiras dessa identidade se estabelecem pelo aquilo que o texto sugere que o não-ocidental não é: livre. Apenas no Ocidente “todo cidadão tem oportunidade de desenvolver ao máximo sua habilidade e seu talento”. Se as forças do Eixo subtraem a liberdade dos povos subjugados, o discurso trabalha ainda a memória de outros dizeres. A suposta ameaça comunista, como justificativa para implantação do Estado Novo, percorre a memória da propaganda. O outro, o não-ocidental, não está claramente identificado no texto, podendo ser tanto o nazi-fascista quanto o comunista. É assim que o discurso se sustenta por meio de outros dizeres, recorrendo à memória. O discurso como uma produção histórica.



A ameaça ainda rondava o Brasil, e o inimigo poderia estar dentro do território nacional. Em Pernambuco, a companhia inglesa de distribuição de energia elétrica, a

²⁸⁰ “*Enquanto Lutamos na Guerra*” in: *Diário de Pernambuco*, 12.12.42. p.3. Centro de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco/Recife/PE.

²⁸¹ “*Quem não gostaria de usar estes sapatinhos*” in: *Diário de Pernambuco*, 15.10.44. p.2. Centro de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco/Recife/PE.

Pernambuco Tramways & Power Company Limited, alertava: “Cuidado com o que vê, ouve e fala. A quinta coluna trabalha contra o Brasil.”²⁸² O cotidiano de guerra forneceu oportunidade excepcional para aproximar a propaganda privada dos esforços do Estado, tornando-a, muitas vezes, pota-voz de campanhas governamentais. Com o título “Ambos trabalham para a vitória!”, a *Texaco* anunciava: “os que ficam à retaguarda pódem auxiliar os que lutam na linha de frente, mediante cooperação com as autoridades e produção eficiente e econômica.”²⁸³

A liberdade, no entanto, foi o conceito escolhido para “unir os povos” contra os “inimigos da liberdade humana”²⁸⁴. A Esso mais uma vez investia na idéia de identidade continental.

Por ora, silenciemos em proveito dos que se batem por nós e empregamos coração, cérebro e músculos na tarefa imensa de salvar o que Washington, José Bonifácio, Bolívar, O’Hyggins, Sarmiento, Toussaint Louverture e Juarez nos legaram: as patrias livres, deste livre Novo Mundo.²⁸⁵

A abstração do conceito de liberdade possibilita de certo entendimentos múltiplos. Mas, que liberdade é esta pela qual as Américas devem se unir? Que liberdade justificaria a morte de milhares de soldados e a alteração tão radical no cotidiano civil? A *Republic Steel Corporation* parece indicar uma luz para a resposta das questões colocadas.

Melhor aço para geladeiras, fogões, máquinas de lavar roupa, ar condicionado para as casas particulares, melhor equipamento de aço para escritórios, fábricas, agriculturas, transporte! Estes são os produtos que contribuirão para tornar mais rica e abundante a liberdade pela qual estamos lutando!²⁸⁶

Liberdade, dessa forma, toma feições no próprio produto. Ela é mais um artigo na prateleira, acessível a quem possui recursos. E se bens materiais representantes do “progresso” desta civilização são símbolos da liberdade, resta aos desafortunados a ilusão de crer que “todo cidadão tem a oportunidade de desenvolver ao máximo sua habilidade e seu talento”.

²⁸² “*Cuidado com o que vê, ouve e fala*” in: *Diario de Pernambuco*, 16.10.42. p.2. Centro de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco/Recife/PE.

²⁸³ “*Ambos trabalham para a Vitória*” in: *Diario de Pernambuco*, 15.11.45. p.5. Centro de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco/Recife/PE.

²⁸⁴ “*Na guerra e na paz*” in: *Diario de Pernambuco*, 05.09.1943. p.5. Centro de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco/Recife/PE.

²⁸⁵ “*Américas. Máquina do Progresso e da Liberdade.*” in: *Diário de Pernambuco*, 26.09.43. p.5 . Centro de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco/Recife/PE.

²⁸⁶ “*Para seu Lar da Vitória, Minha Senhora*” in: *Diário de Pernambuco*, 07.09.43. p.3. Centro de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco/Recife/PE.

As esferas do privado foram, nas grandes cidades brasileiras, absorvidas pelo político durante o período de beligerância vivido pelo Brasil entre 1942-1945. O cotidiano nestes centros foi marcado pelos discursos transversais onipresentes, que trouxeram a Guerra para dentro dos lares, através de jornais, revistas, rádios e produtos em geral associados ao conflito. A modernização urbana brasileira da primeira metade do século XX, autoritarismo do Estado Novo e a Segunda Guerra Mundial foram as condições de produção do discurso propagandístico do capital estrangeiro que possibilitaram os “efeitos de sentido” aqui analisados. A publicidade comercial, portanto, responde a um contexto histórico, refletindo parte da sociedade em que circula.

POLÍTICA E MEMÓRIA: A SEGUNDA GUERRA POR UM PRACINHA

Este epílogo parte de uma análise biográfica onde memória e política contornam um cotidiano especificamente datado. A pesquisadora Marly da Silva Motta nos legitima nesse estudo a partir de tal pressuposto:

Das autobiografias e memórias, em boa parte elaboradas ao sabor das lembranças solitárias, passou-se aos depoimentos autobiográficos provocados a partir do diálogo entre o informante e o pesquisador, entre o entrevistado e o entrevistador. O resultado desse empreendimento foi a produção intencional de um determinado tipo de fonte histórica que apresenta tanto afinidades quanto especificidades em relação a outra espécie de documentação. A singular participação do pesquisador na construção da fonte, através do cuidadoso processo de indagar, de reconstituir, de rememorar, o torna parceiro do seu entrevistado. Compartilhando a narrativa e alargando o âmbito do relato autobiográfico, entrevistador e entrevistado envolvem-se no objetivo de compor um discurso comum.²⁸⁷

Mesmo sem tratar especificamente de um caso entre entrevistador e entrevistado, pois tratamos aqui de uma autobiografia, a memória e sua relação com o tempo presente são pressupostos que validam tal proposição.

Embora o desenvolvimento da História Econômica ou Social se tenha feito em detrimento da História Política Tradicional – circunstancial, factual, *événementielle*, certa de que as vontades pessoais dirigem o curso das coisas, que desconhece as causas ocultas –, o político nunca desapareceu por completo da historiografia²⁸⁸. O reavivamento da História Política incorporando novas temáticas como a opinião pública, a mídia, as eleições, a biografia, os intelectuais, demonstra que o político não pode ser tomado separadamente, mas que constitui uma modalidade da prática social.

O retorno da história factual junto ao político nas últimas décadas permitiu a recomposição dos estudos biográficos. A renovada biografia localiza-se entre o particular e o coletivo, é a identificação de um indivíduo no meio, ela analisa o “sentido adquirido por uma educação distribuída a outros segundo os mesmos modelos”²⁸⁹. Se a opção da análise biográfica recai aqui sobre a figura de um pracinha da segunda Guerra,

²⁸⁷ MOTTA, Marly da Silva. *O relato biográfico como fonte para a história*. Vidya, Santa Maria (RS), nº 34, p.101-122, jul./dez. 2000. p. 11

²⁸⁸ RÉMOND, René. Op. Cit. p.13/18

²⁸⁹ LEVILLAN; In: REMOND, René. Op. Cit. p.165.

é importante salientar que a história das pessoas comuns não está dissociada do poder social, e ignorar tal fato seria levar a História a uma tendência fragmentária.²⁹⁰

Por fim, a memória aparece como elemento base da abordagem para entender como um pracinha viu e vivenciou o período da guerra. Não é ela (a memória) a própria História, mas uma fonte, um recorte, que requer tratamento específico. Memória é trabalho, é construção, não é reviver, mas refazer com imagens e idéias da atualidade.²⁹¹ Quando o narrador conta algo de sua experiência evoca a lembrança não só do que presenciou, mas também do que ouviu falar, de sua percepção dos fatos. O caráter social da memória também pode ser atestado por sua forma de transmissão, a linguagem. Halbwachs, como outros discípulos de Durkheim, talvez tenha enfatizado excessivamente a natureza coletiva da consciência social, diminuindo o sujeito aos desejos coletivos interiorizados. É por tal que utilizamos a noção de memória social – no lugar de “memória coletiva” –, assim como fez Arruda²⁹², evitando a confusão com o “incosciente coletivo” de Jung.

É desta forma, portanto, que o diálogo entre biografia, memória e política pretende iluminar, mesmo que parcialmente, parte de uma realidade ainda sob estado de penumbra.

1. Sonhos: do trabalho ao teatro, do teatro ao Exército.

A vida do pracinha Ayrton Vianna Alves Guimarães, parafraseando Hannah Arendt, pode ser entendida como o relato de *Homens em Tempos Sombrios*:

Quando pensamos nos tempos sombrios e nas pessoas que neles viveram e se moveram, temos de levar em consideração também essa camuflagem que emanava e se difundia a partir do ‘establishment’ – ou do ‘sistema’, como então se chamava.²⁹³

A década de 1920 configura uma instabilidade política e econômica emitente. Com a crise financeira mundial, que ainda sofria seu mais duro golpe com a Crise da Bolsa de New York em 1929, as sociedades americanas e européias terão suas estruturas sociais abaladas. Isso explica, por exemplo, as dificuldades financeiras sofridas pela

²⁹⁰ SHARPE, Jim. In: BURKE, Peter. *A Escrita da História*. São Paulo. Unesp. 1992. p.54/55.

²⁹¹ BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo. Companhia das Letras. 2006. p.55.

²⁹² ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões: Entre a História e a Memória*. São Paulo. EDUSC. 2000. p.50/51.

²⁹³ ARENDT, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo. Companhia das Letras. 1989. p.08.

família Guimarães, em Recife, que trará conseqüências inesquecíveis para a vida do jovem Ayrton:

Devido à situação financeira do meu pai, não conseguia estabilidade nos colégios. Conseqüentemente, os meus estudos eram sempre sacrificados pela situação financeira. Ora eu estava em colégio particular, ora ia para um grupo escolar público ou até mesmo estudava, apenas, com professores particulares.²⁹⁴

Isso era apenas o começo de uma crise econômica que se agravaria. Se a renda da família estivesse muito comprometida, o filho mais velho teria que trabalhar para ajudar nos custos da casa. O pai de Ayrton era auditor da *Pernambuco Tramways*, uma multinacional que controlava o fornecimento de energia no estado de Pernambuco e que, posteriormente, com o aval do governo, será uma das empresas mais participativas na propaganda do esforço de guerra.

Conta Ayrton que:

Não melhorando a situação financeira, meu pai tomou uma decisão que me condenou pra o resto da vida. Disse-me ele: ‘Você terá que trabalhar e estudar. Vários colegas meus vêm fazendo assim e conseguiram resolver problema. Trabalho e estudo não mata ninguém e o meu procedimento será assim também’.²⁹⁵

Assim, sem opção, tornou-se empregado de uma empresa pertencente a *Pernambuco Tramways*, a *Companhia Telefônica de Pernambuco*. Ao mesmo tempo em que iniciava no trabalho, aos 15 anos, conheceu Heronildes Silva, responsável por um grupo de teatro nas proximidades do bairro onde morava. A tática utilizada por Hirolindes para atrair o jovem Ayrton era de que tinha um papel ideal para seu biótipo: bonito, de bom físico, simpático e desembaraçado.²⁹⁶ Nesse momento o jovem Ayrton Guimarães esqueceu as dificuldades de relacionamento que falara outrora por conta das contínuas mudanças de escola, para afirmar que o teatro e o rádio eram sua vida, seu sonho.

Logo Ayrton realizaria mais um grande sonho, que era cantar na rádio. Ele estréia na Rádio Clube, no programa *Hora Azul das Senhorinhas*, cantando a música *Diga-me*. Sua carreira artística teria, no entanto, vida breve. Quando seu pai descobriu suas apresentações no teatro e na rádio não tardou em pressioná-lo para que abandonasse “essa vida”, a qual, sob a ótica do senhor Guimarães, era indigna.

²⁹⁴ GUIMARÃES, Ayrton. Op. Cit. p.18.

²⁹⁵ Idem, p.18.

²⁹⁶ Idem, p. 19.

Depois de Ayrton perder o emprego na *Companhia Telefônica de Pernambuco*, começou a trabalhar como vendedor numa loja de tecidos no Recife. Um de seus melhores clientes era um Coronel do Exército que lhe dizia:

Menino, porque você não deixa isso ai e vai ser um militar? Você entra como soldado e logo chega a ser um oficial. Você é um rapaz fino, simpático e de bom físico. Quando quiser é só me procurar que você ingressa no Exército. É de mais futuro e logo você será um oficial.²⁹⁷

Depois da conversa com o Coronel não tirou da cabeça a possibilidade de mudar de vida através da carreira militar. Numa parada de 7 de setembro viu o militar montado num cavalo com toda pompa e luxo. Era o início da construção do *herói a serviço da pátria*, que se tornaria mais um símbolo da construção feita pelo Estado Novo para o alistamento militar tempos depois.

Sendo demitido da loja de tecidos onde trabalhava, Ayrton pensou em deixar o Recife. Vagou pelas ruas da cidade até o cais, onde avistou um navio com militares do exército. A partir de então solidificavam-se as 'ilusões' de um jovem através da vida militar; nela construiria uma nova e auspiciosa realidade, diferente da vida difícil que vivia até então, tendo que muitas vezes fazer o percurso de volta para casa a pé.

É nas ilusões que uma época alimenta a respeito de si própria que ela manifesta e esconde, ao mesmo tempo, a sua 'verdade', bem como o lugar que lhe cabe na lógica da história.²⁹⁸

O Estado Novo quebrou uma noção contratualista de Estado se instituindo como poder soberano da nação pela constituição de 1937. Isso fez com que o Estado fosse visto pela população como o único capaz de resolver as problemáticas sociais do país. A juventude é, quase sempre, alvo desses modelos de sistema autoritário para poder legar sua continuidade. Forjar o espírito de uma era e mostrar da possibilidade de uma outra sociedade, agora trabalhista, foi um dos legados estadonovista. Segundo a historiadora Lucia Lippi

A doutrina do Estado Novo propõe todo o poder necessário ao Estado, visto como única instituição capaz de garantir a coesão nacional e de realizar o bem público, para além dos interesses reais, mas mesquinhos e dos indivíduos e dos grupos. Desenvolve, também, a crença no homem excepcional, portador de *virtú*, como o único capaz de expressar e de construir a nova ordem.²⁹⁹

²⁹⁷ Ibidem, 23.

²⁹⁸ BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. In Enciclopédia Einaudi. Vol.5 Antropos-Homem. Portugal. Imprensa Nacional Casa da Moeda. 1985. p.303.

²⁹⁹ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Introdução [ao] livro "*Estado Novo: ideologia e poder*." In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982. p.24.

Os jornais também veicularam ideologias do regime: “Aproxima-se o momento de pores à prova teu patriotismo! O Brasil e o exército precisam dos teus serviços! Prepara-te, pois, para atender ao primeiro chamado!”³⁰⁰ Isso é o início da propaganda que transformará o soldado num *herói*, que só depois será desconstruída pela historiografia nos anos que sucedem a guerra. Essas são ilusões trazidas por uma época onde o mais importante é manter a população unida e coesa em prol do Estado.

Esse ideal trará, por exemplo, muitos jovens para o exército: além de ter uma ‘nova’ perspectiva de vida, eles estão se doando em prol da nacionalidade, defendendo seu país de um perigo eminente. Mesmo, às vezes, sacrificando a própria vida pela pátria.

Em 1941 os alemães iniciam sua ofensiva contra o Norte da África. As pressões norte-americanas se intensificam para a conclusão das obras nos aeroportos e bases sul-americanas. No Brasil chegam às primeiras tropas e técnicos americanos nas bases de Natal e Recife. É o início, em terras brasileiras, da estrutura de defesa do saliente nordestino.

Aspirando a melhores condições de vida, Ayrton conclui o curso para Cabo do Exército. Durante o ano de 1941 ele aprendera a se acostumar com a vida militar e suas exigências.

1.1 Nesse mundo só se vence com muita Diplomacia...

1942 marca o período de afundamento dos navios brasileiros pelas forças do Eixo. As constantes chamadas nos jornais alertando sobre o desrespeito a soberania nacional funcionaram como um dispositivo para aflorar um sentimento pré-existente que era o de declarar guerra as potências do Eixo. 22 de agosto maracá a entrada do Brasil oficialmente na guerra, mas as relações Brasil – Potências do Eixo já haviam sido cortadas desde a Conferência dos Chanceleres no início daquele ano.

Nesse momento a juventude brasileira, em nome dos reservistas, foi convocada para ajudar o país dentro do esforço de guerra. Muitos foram pegos de surpresa. A guerra começara trazendo para o Brasil um clima de insegurança e incerteza. A propaganda do Estado era sempre forte e relutante em dizer que o Brasil estava pronto para lutar conjuntamente com as democracias americanas, mas, como veremos através das

³⁰⁰ Reservista! *Folha da Manhã*. Edição Matutina. 21/03/1942. Edição Matutina. p.05.

memórias do agora soldado Guimarães nesta guerra, nem tudo estava em tão perfeita ordem.

Quando Ayrton Guimarães foi convocado, inesperadamente, para embarcar a bordo do navio *Bandeirantes*, seguindo rumo a Fernando de Noronha, onde também se aguardava um ataque do Eixo, a sociedade brasileira já se preparava para um ataque alemão em sua costa, seja pelo mar ou pelo ar.

No contexto da Segunda guerra, os aspectos do regime nos meios de comunicação, o racionamento, os exercícios de defesa, tudo trazia a Guerra ao cotidiano da cidade. A sensibilidade do recifense alterava-se constantemente. O político não tem fronteiras fixas, ora se retrai, ora se dilata, absorvendo a esfera da vida privada – traço das sociedades totalitárias.³⁰¹ Com a entrada do Brasil, em 1942, no conflito internacional, o que ainda não era político?

1.4 – No Teatro de Guerra a Cobra Fumou...

A viagem para Fernando de Noronha foi à primeira das várias feitas pelo soldado Guimarães no exército brasileiro. Ele servia no Quartel das Cinco Pontas, em Recife, quando foi convocado para a tropa que iria fazer a guarda de Fernando de Noronha. Sua partida vem no ano em que o Brasil declara guerra às potências do Eixo.

[...] eu não me achava muito ligado à situação do mundo em guerra e, muito menos, à possibilidade do Brasil participar da mesma. Vi muitos quebra-quebras nas ruas da cidade, em locais onde se estabeleciam estrangeiros, como japoneses, alemães, italianos, entre outros, “inimigos” e “aliados”. Eram muitas as confusões e culminavam com um amontoado de coisas quebradas, em frente ao Diário de Pernambuco. Alegavam os Brasileiros que eles, os estrangeiros, eram os culpados pelas sabotagens que estavam acontecendo no Brasil³⁰².

A cidade do Recife vivia a eminência de uma guerra. A preparação da estrutura de defesa pelo Estado caminhava a largos passos. A criação dos cursos de Bombeiro e Cirurgião de Guerra, o Blackout, o racionamentos de gêneros, tudo colaborava para o “esforço de guerra” montado pelo Estado Novo, com o fim de manter a ordem e assegurar a soberania nacional.

Para Ayrton a possibilidade de conhecer novos lugares, novas pessoas, tinha chegado. Era a tão sonhada viagem. “Ingenuamente pensei: ôba, olha aí a minha viagem marítima sendo realizada. Não pensei no pior, naquele instante, e sim, unicamente, no

³⁰¹ REMOND, René. Op. Cit. p. 442/443.

³⁰² GUIMARÃES, Ayrton. Op. Cit. p.33.

meu sonho, que não era outro senão o de viajar, o de sair de Pernambuco, o de conhecer mundos diferentes”³⁰³. A Viagem foi feita num navio cargueiro: o Bandeirantes. Guimarães relata que os soldados dormiam no navio apreciando a lua e o mar, misturados com material de construção, alimentos, armas, munições, gado, cabras, carneiros, bodes... A Viagem durou dois dias e meio. Como a maioria dos soldados era de primeira viagem, muitos passaram mal a bordo do navio por conta das precárias condições de viagem: “O cheiro da maresia, misturado com o esterco dos animais e mais o cheiro do óleo davam um odor indescritível. Muita gente botou a boca no mundo a vomitar”.³⁰⁴

Observamos nas memórias de Ayrton Guimarães o que Bergson chamou de “imagens-lembranças”. As “imagens-lembranças” referem-se a uma situação definida, individualizada. Isso pode ser exemplificado quando o soldado Guimarães se recorda de que certo dia quando transitava pelas ruas de Fernando de Noronha, escutou falatórios, gargalhadas, como em uma festa. Chegando mais perto, observou junto com colegas que se tratava de oficiais saboreando cervejas e outras bebidas. O que torna este episódio uma “imagem-lembrança” é a importância que ele adquiriu o destaque do evento nas lembranças do pracinha. Embora Ayrton conte que seu desejo, e de seus colegas, era o de participar da “farra” dos oficiais, da descontração e, acima de tudo, da fartura apresentada na festa em tempos de racionamento, a saída para explicar a não-revolta dos soldados com a “festa dos oficiais” foi de que os combatentes estavam atendendo ao “chamado da Pátria” e que eram não-oficiais, conseqüentemente, sem regalias.

A passagem de Guimarães pela ilha foi curta, mas ficou lembrada em suas memórias como um dos momentos mais difíceis de sua vida, pois “tudo era escasso e a alimentação horrível. As verduras não existiam e a alimentação básica era feijão preto, arroz e farinha. Plantávamos tomate e colhíamos ainda verdes, para tentar suportar a péssima comida que recebíamos”.³⁰⁵

Com o término do curso de sargento, cursado durante sua estadia na ilha, expediu-se um encaminhamento pedindo a transferência dos formados para o Espírito Santo. Não era obrigatório seguir viagem, mas, como o desejo de Ayrton era conhecer outros lugares, aceitou prontamente.

³⁰³ Idem, p.35.

³⁰⁴ Ibidem, p. 35.

³⁰⁵ Ibidem, p.09.

Voltando ao Recife para arrumar as malas e seguir viagem, o pracinha tomou conhecimento de que “quem ficasse no Recife iria para um lugar chamado Aldeia, que era a concentração dos praças que iriam para à guerra, na Itália, e que havia feito muito bem ter escolhido seguir viagem”, pois esperava ansiosamente a partida para o Espírito Santo, onde “Sempre imaginávamos tranquilidade, festas, alegria e nunca beligerância”.³⁰⁶ Na perspectiva da nossa personagem, se quisesse melhorar de vida teria que deixar a casa dos pais e seguir caminho a fora.

Ayrton viajou num navio guarnecido por um comboio até o Espírito Santo. Relata que “Chegando ao Espírito Santo, tivemos que agradecer ao Senhor do Bonfim, pela graça de estarmos sãos e salvos da fúria dos inimigos, que não pouparam as outras embarcações brasileiras, ceifando a vida de centenas de irmãos nossos”³⁰⁷. A viagem não fora tranquila. Vários navios foram afundados pelos submarinos do Eixo. A primeira vitória do pracinha, na caminhada da guerra, já havia sido conquistada: chegar a salvo ao destino.

Sua temporada em solo capixaba durou pouco. Alistou-se para servir no 9º. Batalhão de Engenharia, localizado na cidade de Entre Rios, que haviam lhe informado que ficava em Pernambuco. Só não contava que tal cidade localiza-se em Minas Gerais. Desta forma, acidentalmente, Ayrton Vianna entrou para o contingente da Força Expedicionária Brasileira.

O destino me fez um susto enorme e me vieram lágrimas aos olhos, pois abaixo da identificação do Batalhão, havia um emblema com a cobra fumando e as iniciais ‘F.E.B’. ‘Meu Deus!’, pensei. Estou indo para a guerra, estou entrando para o contingente expedicionário. Meu Deus! Que risco, que tristeza. [...] eu não tinha a menor idéia do que seria em guerra e me sentia sozinho e despreparado, até mesmo como militar. Achava que não tinha estrutura psicológica para a guerra.³⁰⁸

O sonho de conhecer novos lugares foi substituído pelo medo de morrer no *front*. Indignados pela ida indesejada à guerra, vários soldados “aprontavam” tentando deserdar.³⁰⁹ A maioria dos convocados eram estudantes e não se conformavam em embarcar para a guerra. Ironicamente, foram os estudantes, com passeatas e tumultos em casas comerciais de estrangeiros (italianos, alemães e japoneses), que pressionaram as autoridades brasileiras a declarar guerra às potências do Eixo.

³⁰⁶ Ibidem, p.54.

³⁰⁷ Ibidem, p.61.

³⁰⁸ Ibidem, p.69.

³⁰⁹ Ibidem, p.82.

O treinamento era intenso e não se sabia em que momento embarcariam para à Itália. Inesperadamente, os soldados são obrigados a arrumar seus pertences e embarcarem rumo ao Rio de Janeiro. Chegando à capital, foram encaminhados aos respectivos navios e saudados pela voz do presidente Getúlio Vargas:

Meus pracinhas, não quis em ocasião nenhuma que essa hora fosse chegada. Foi o próprio povo que assim o quis. O povo exigiu que assim o fizesse devido aos brasileiros sacrificados com os torpedeamentos. [...] Que os senhores oficiais utilizem todo o aprendizado das academias militares, pondo em prática tudo que aprenderam, para melhor conduzir e comandar os seus soldados. Deus os abençoe.³¹⁰

Foi através deste discurso de Vargas, das suas frases de alto patriotismo, que fez com que, nas memórias de Ayrton Guimarães, Getúlio fosse lembrado como “o pai de todos os soldados”. Após a fala do presidente, Guimarães refletia sobre a sua responsabilidade de “bem servir a pátria”, motivado, sobretudo, pelas palavras do chefe da nação.

O regimento embarca sob supervisão norte-americana. Como faziam com seus soldados, os E.U.A mandaram distribuir jogos e livros sobre a guerra, armas e técnicas de combate. Chegando à Itália o contingente brasileiro foi incorporado ao 5º. Exército Americano. Nos primeiros dias, os pracinhas receberam uniformes, armamentos e treinamento para auxiliar os americanos na conquista da Itália. “O interessante é que, apesar de estarmos na guerra, ainda parecia-me um turismo dada a maneira displicente como eu e os outros estávamos enfrentando tudo aquilo, até então”.³¹¹

Logo, os bombardeios e as batalhas faziam parte do cotidiano daqueles jovens. Ficou marcado para Ayrton Guimarães o dia em que foram surpreendidos, em quanto almoçavam, por aviões alemães, subtraindo trinta e cinco soldados do contingente brasileiro. A inexperiência do corpo expedicionário brasileiro é exemplificada por Ayrton, através de um tenente que reuniu soldados, logo após um ataque alemão, para revidar a ofensiva germânica com pás, enxadas e picaretas.³¹² A guerra era sentida pelo exército brasileiro, a partir de então, de outra forma. O Exército não mais se preparava para as ações dos exercícios de defesa, mas para defender-se de um ataque que trazia baixas entre os expedicionários.

Naquelas ocasiões, ninguém era preto ou branco. Não havia patentes ou autoridades. Quanto mais a guerra se tornava intensa, mais as

³¹⁰ *Ibidem*, p.80.

³¹¹ *Ibidem*, p.87.

³¹² *Ibidem*, p.85.

peças se sentiam irmãos e gente, e havia muito carinho entre superiores e subordinado. Um elo forte unia a todos, do general ao soldado. Um denominador comum, chamado brasilidade, unia a todos.³¹³

O “elo” percebido por Guimarães parece ignora o fato ocorrido com o próprio pracinha onde depois de uma noite de chuva todas as roupas dos soldados do 5º. Regimento estavam encharcadas, sem condições de uso. Com o sol da manhã seguinte, Ayrton entrou em acordo com o Cabo Arlindo, seu companheiro de barraca. Um ficaria estendendo as roupas e colocando o restante da bagagem ao sol, enquanto o outro iria à instrução sobre minas terrestres. Como Ayrton já havia feito o curso, Cabo Arlindo foi em seu lugar. Não demorou muito para que um Tenente indagasse o que Guimarães fazia no acampamento. Ayrton mostrou-lhe as roupas molhadas tentando explicar a situação. O Tenente, não aceitando as desculpas do soldado, chutou os paus da barraca e pisoteou todas as roupas. “Chamou nossos pertences de porcarias e disse que eu estava preso”.³¹⁴ O soldado não suportando o ocorrido tomou um dos paus da barraca e investiu contra o Tenente. Em campo de batalha qualquer agressão era considerada ação inimiga, tendo o agressor o mesmo tratamento de um preso de guerra. A “salvação” do pracinha foi o Capelão da FEB, o padre Nilo Colle, advogando em sua causa. O ocorrido demonstra que a relação entre oficiais e subordinados nem sempre caminhava sob a mais perfeita harmonia, como sugeriu Ayrton Vianna Guimarães.

1.5 – Enfim, em casa...

A FEB permaneceu na Itália até 03 de junho de 1945 como tropa ocupante, só depois retornando ao Brasil. Ayrton lembra ter escutado que a guerra havia acabado através de um italiano que gritava pelas ruas: “*È finita la guerra!*”. “Foi um delírio total. Buzinas das viaturas, gritos loucos de alegria, sinos repicando, alemães, brasileiros e italianos, misturados num carnaval que nunca se tinha visto”.³¹⁵

³¹³ Ibidem, p.106.

³¹⁴ Ibidem, p.89.

³¹⁵ Ibidem, 107.



CPDOC/FGV – Pasta Agamenon Magalhães - **AGM foto 036 – julho 1945 Recife – PE**

No regresso ao Brasil, Ayrton compôs um samba, onde dizia: “*Quando o navio apitou,/ Adeus Itália,/ Que eu já vou*”.³¹⁶ A volta dos soldados para o Brasil constitui um estudo a parte sobre a memória da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Um dos pontos mais recorrentes em memórias e entrevistas com pracinhas e ex-combatentes é o esquecimento da sociedade para com suas histórias, com seus relatos e experiências de uma guerra que modificou todo o cotidiano de um país. “É triste e decepcionante ver que, após a guerra, tudo foi esquecido. As autoridades e o povo brasileiro esqueceram os seus heróis”.³¹⁷ Vários soldados quando voltaram da guerra não tinham emprego nem formação. Segundo as associações de ex-combatentes criadas logo após o retorno da FEB, o desemprego entre os veteranos brasileiros era contabilizado aos milhares.³¹⁸ Esses brasileiros que voltaram da guerra como “heróis da Pátria” foram esquecidos pela sociedade. Não servia mais ser herói de guerra se não existia mais guerra, não caberia mais servir ao Estado Novo se ele também já não mais existia. As memórias dos pracinhas foram apagadas da historiografia, quando não ridicularizada por livros e documentários que viram a participação do Brasil na Segunda Guerra como algo insignificante. Cada vez que nos lembramos da participação do Brasil na Segunda Guerra, entramos no tempo da memória social onde podemos “re-fazer” o passado de forma diferente, com olhares diferentes, por pessoas diferentes.

³¹⁶ *Ibidem*, 107.

³¹⁷ *Ibidem*, p.106.

³¹⁸ FERRAZ, Francisco César. *Os brasileiros e a segunda guerra mundial*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2005. p.69.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O lugar da produção historiográfica sobre o Estado Novo se dá segundo a professora Ângela de Castro Gomes³¹⁹ três momentos: o primeiro na década de 1980 onde o feixe, o prisma, estava centrado na discussão do autoritarismo, onde percebíamos um claro apontamento para a distinção entre o Estado Novo e o Fascismo. No segundo momento a década de 1990 onde o objeto era o mito político e a discussão do regime varguista como uma *democracia autoritária*, como definiu Maria Helena Capelato. O terceiro prisma é do que permeia as atuais discussões sobre o Estado Novo. A atual historiografia estadonovista está calcada num grande balanço onde se colocam outros olhares sobre as análises presentes do proposto tema. A historiografia que vemos hoje está redesenhando as dimensões do Estado Novo. Com isso tornam-se importantes e surgem nas mais diversas regiões do Brasil estudos sobre as atuações dos Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda e do próprio órgão nacional. Estudos das relações entre o trabalhismo e sua relação com o populismo voltam a ganhar força neste contexto.

Luciana Heymann discute a importância do varguismo para a história nos apresentando o seguinte apontamento: “Em agosto de 2004, a sensação era de que Vargas tornara-se tema obrigatório, pauta jornalística e baliza para os debates da atualidade.” P.06 As discussões estavam voltadas não para o Vargas autoritário, chefe de um governo repressivo e de forte censura. Mas, do Vargas que se apresentava na década de 1950, o Vargas de uma outra memória social.

A partir daí uma sugestão sobre o legado do Estado Novo se desenha. Uma dimensão que parece alimentar o debate em torno da Era Vargas e, assim, o legado a ela associado, repousa, exatamente, na ambigüidade que teria marcado os dezenove anos em que o presidente esteve à frente do governo: por um lado, carregado de um sinal positivo, que remete a conquistas da classe trabalhadora e à industrialização; por outro, carregado de um sinal negativo, que o associa ao pensamento autoritário e a uma intervenção estatal exagerada na vida econômica do país. É nessa perspectiva que o impacto da atuação da Vargas na vida nacional continuou mobilizando estudiosos e inspirando políticos, que ora buscavam

³¹⁹ GOMES, Ângela de Castro. Palestra proferida sobre os 70 anos do Estado Novo. Rio de Janeiro. CPDOC/FGV. 2007. Trabalho apresentado no seminário: “O Estado Novo 70 aos”, realizado no CPDOC/FGV. Rio de Janeiro. 28 de novembro de 2007.

associar a sua própria imagem à herança varguista, ora se posicionavam como os protagonistas da sua derrocada.³²⁰

Outra questão a ser levantada é onde está o papel da política varguista durante a Segunda Guerra nesta memória? Quais as implicações trazidas pela guerra nesta memória? Isto nos leva a pensar que a historiografia sobre a Era Vargas, longe de se esgotar, nos permite pensar em espaços que não serão melhor entendidos se os trabalhos sobre este período não ligarem as ações estatais as respostas sociais a estes estímulos. Pensar o varguismo sob o prisma estatal é uma possibilidade interpretativa que guiou e vem guiando boa parte das produções acadêmicas sobre o período. Porém, a forma de como a população respondeu, agiu, aceitou e resistiu aos ideais estadonovistas ainda é um campo pouco explorado.

Heymann ainda nos alerta para mais um fator fundamental na formação da memória do legado estadonovista:

Um último fator poderia ainda ser mencionado: ao contrário do que ocorreu em outros países, como Portugal e Espanha, a ditadura varguista não foi a última experiência autoritária vivida no Brasil. Aqui, o golpe de 1964 e o regime militar ocuparam, na memória recente, o lugar do período marcado pela repressão política, pela cesura e pelo autoritarismo de estado, tornando-se o objeto privilegiado dos investimentos memoriais ligados seja à análise desse tipo de experiência coletiva, seja à rememoração, seja, ainda, às políticas memoriais que se enquadram no terreno do que vem sendo chamado de “dever de memória”. Se, por um lado, algumas análises sublinharam a continuidade de traços autoritários que teriam persistido, a partir do Estado Novo, na cultura política brasileira, localizando aí uma matriz, por outro, a proximidade do regime militar e seus impactos políticos e sociais parecem ter “deslocado” o foco da ditadura varguista enquanto memória de um período traumático.³²¹

Isso contribuiu, por exemplo, na formação da idéia do varguismo como mito político e de Vargas como a figura do trabalhismo no Brasil.

Nossa intenção neste trabalho foi mostrar outros espaços explicativos para o Estado Novo trazendo a vertente da propaganda política e suas implicações sociais em tempos de guerra. Perceber a montagem da máquina propagandística e sua funcionabilidade neste período compreendeu o foco deste proposto trabalho.

³²⁰ HEYMANN, Luciana. *O legado do Estado Novo*. Rio de Janeiro. CPDOC/FGV. 2007. Trabalho apresentado no seminário: “O Estado Novo 70 aos”, realizado no CPDOC/FGV. Rio de Janeiro. 28 de novembro de 2007. p.07.

³²¹ Idem, p.08/09.

O período que se segue ao fim da guerra e a desestruturação do sistema autoritário pode ser melhor compreendido se entendermos a conjuntura da guerra como desestabilizadora dos ideais primeiros estadonovistas. A guerra trouxe um rearranjo na política nacional forçando o Estado Novo a modificar suas estruturas e adequar-se a ela. Por isso, quando se pensa na reestruturação política que se deu com o fim do Estado Novo e redemocratização política do país não se pode esquecer das conseqüências da guerra neste contexto.

Longe de encerrar as discussões, este trabalho pretende apenas apontar alguns direcionamentos da política estadonovista visando ampliar dos debates sobre o período em questão.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. **A Construção da Verdade Autoritária**. São Paulo. Humanitas/FFLCH/USP. 2001.

ANDERSON, Benedict, **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo. Ática, 1991.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo: Anti-Semitismo, Imperialismo, Totalitarismo**, 1ª reimpressão. São Paulo: Editora Schwarcz, 1990.

_____. **Homens em tempos sombrios**. São Paulo. Companhia das Letras. 1989.

ARAÚJO, Rejane. **DIP. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: C:\Documents and Settings\Karl\Meus documentos\Textos CPDOC\DIP.mht

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões: Entre a História e a Memória**. São Paulo. EDUSC. 2000.

BACZKO, Bronislaw. **Imaginação Social**. In Enciclopédia Enaudi. Vol.5 Antropos-Homem. Portugal. Imprensa Nacional Casa da Moeda. 1985.

BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília. Ed. Universidade de Brasília. 1982.

BARTHES, Roland, **A câmara clara**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

BÈDARIDA, François. **Tempo Presente e Presença da História**. In: *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas. 1996.

_____. **Histoire, critique et responsabilité**. Paris. Editions Complexes/IHTP-CNRS. 2003.

BENJAMIN, Walter. **Teorias do Fascismo Alemão**. In: *Obras Escolhidas: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo. Companhia das Letras. 2006.

BOURDIEU, Pierre. **O Que Falar quer dizer: a economia das trocas lingüísticas**. Miraflores/Portugal. Difel. 1998.

BOUTIER, Jean & JULIA, Dominique. **Passados Recompostos: Campos e Canteiros da História**. Rio de Janeiro: FGV: UFRJ, 1999.

BRASIL: Ministério das Relações Exteriores. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

BRANCO, Celso. **O Brasil entrou na guerra. Vai ou não ter carnaval?** Rio de Janeiro. Revista Eletrônica Boletim do Tempo. Ano 2. nº 35. 2008.

CALMON, Pedro. **História do Brasil. Vol VI**. Rio de Janeiro. José Olímpio. 1963.

CANETTI, Elias. **Massa e Poder**. São Paulo. Companhia das Letras. 2005.

CAPELATO, Maria Helena R. **Multidão em cena – propaganda política no varguismo e no peronismo**. São Paulo: Fapesp, 1998.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: artes de fazer**. Vol. I. Petrópolis. Vozes. 1994.

CHAUVEAU, A.; TÉTARD, PH. (ORG). **Questões para história do presente**. São Paulo. Edusc. 1999.

CHURCHILL, Winston S. **Memórias da Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. São Paulo. Martins Fontes. 1979.

CONN, Stetson; FAIRCHILD, Byron. **A estrutura de defesa do hemisfério ocidental**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.

CORSI, FRANCISCO Luiz. **Estado Novo: política externa e projeto nacional**. São Paulo: Fapesp, 2000.

CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra – a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Edusp, 2000.

DE FELICE, Renzo. **Explicar o Fascismo**. Lisboa: Edições 70, 1978.

DEPOIMENTO de Oficiais da Reserva Sobre a FEB, 3ª edição. Rio de Janeiro: Cobrali, s/d.

DOMENACH, Jean M. **A Propaganda Política**. São Paulo. Difusão Européia do Livro. 1955.

DUARTE, Paulo Q. **Dias de Guerra no Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1981.

_____. **O Nordeste na Segunda Guerra Mundial – Antecedentes e Ocupação**. Rio de Janeiro: Record, 1975.

DURANDIN, Guy. **As mentiras na propaganda e na publicidade**. São Paulo. Ed. JSN. 1997.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**, 9ª edição. São Paulo: Perspectiva, 1992.

EKSTEINS, Modris. **A Sagração da Primavera – A Grande Guerra e o Nascimento da Era Moderna**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

FERRAZ, Francisco César. **Os brasileiros e a segunda guerra mundial**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2005.

FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. **Verdade: uma história**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FERRO, Marc. **A História Vigada**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FEST, Joachim. **Hitler**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1973.

FILHO, Ciro Marcondes (Org). **A Linguagem da Sedução: A conquista das consciências pela fantasia**. São Paulo, Com-Arte, 1985.

FONTANA, Josep. **História dos Homens**. São Paulo. Edusc. 2006.

_____. **História: análise do passado e projeto social**. São Paulo. Edusc. 1998.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

_____. **Vigiar e Punir**. Rio de Janeiro, Petrópolis, 2004.

GARCIA, Nelson J. **Estado Novo: Ideologia e propaganda Política (A Legitimação do Estado Autoritário perante as classes subalternas**. São Paulo: Loyola, 1982.

_____. **Sadismo, Sedução, Silêncio: propaganda e controle ideológico no Brasil (1964-1980)**. Books Brsil.com Disponível em www.ngarcia.org acessado em 05/04/2008as 9hs.

GOEBBELS, Joseph. **Diário (1942 – 1943)**. Rio de Janeiro: Editora A Noite, s/d.

GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas. 2005.

_____. **Palestra proferida sobre os 70 anos do Estado Novo**. Rio de Janeiro. CPDOC/FGV. 2007. Trabalho apresentado no seminário: “O Estado Novo 70 aos”, realizado no CPDOC/FGV. Rio de Janeiro. 28 de novembro de 2007.

GOMINHO, Zélia de O. **Veneza Americana X Mucambópolis – O Estado Novo na Cidade do Recife (Décadas de 30 e 40)**. Recife: CEPE, 1998.

GUIMARÃES, Ayrton Viana. **Do Teatro ao Teatro de Guerra: caminhos e descaminhos de um pracinha na Segunda Guerra Mundial**. Pernambuco. Edição Independente.

HEYMANN, Luciana. **O legado do Estado Novo**. Rio de Janeiro. CPDOC/FGV. 2007. Trabalho apresentado no seminário: “O Estado Novo 70 aos”, realizado no CPDOC/FGV. Rio de Janeiro. 28 de novembro de 2007.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos – O Breve Século XX (1914 – 1991)**, 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNTINGTON, Samuel P. **O Soldado e o Estado: teoria e políticas das relações entre civis e militares**. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 1996.

INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA. **História Geral da Aeronáutica Brasileira**. Belo Horizonte: Itatiaia; Rio de Janeiro: INCAER, 1990.

JOSGRILBERG, Fábio. **Cotidiano e Invenção: os espaços de Michel de Certeau**. São Paulo. Escrituras. 2005.

KEEGAN, John. **Uma história da guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. Rio de Janeiro: Ática, 1989.

LAKOFF, George; JOHNSON, Marky. **Metáforas de la vida cotidiana**. Madrid. Cátedra, Coleção Teorema. 2006.

LANGNEAU, Gérard. **A Sociologia da Publicidade**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

LEONARD, Rogers Shley. **Clausewitz: Trechos de sua Obra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988.

LIMA, Rui M. **Senta a Pua!**, 2ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia; Rio de Janeiro: INCAER, 1989.

LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. **História: Novas Abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

_____. **História: Novos Problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

_____. **História: Novos Objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**, 2ª edição. Campinas: São Paulo: Papyrus, 1986.

LIMA Fº, Antônio de A. **China Gordo: Agamenon Magalhães e Sua Época**. Recife: Editora Universitária, 1976.

MAGALHÃES, Agamenon. **Idéias e Lutas**. Recife: Editora Raiz/FUNDARPE, 1985.

MAINGUENEAU, Dominique; CHARAUDEAU, Patrick. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo. Contexto. 2006.

MENEZES, Albene Miriam. **O Brasil de Vargas, a República de Weimar e a Imprensa. Algumas notas características 1930-1933**. In: Revista Múltipla, Brasília, junho, 2005.

- MOTTA, Marly da Silva. **O relato biográfico como fonte para a história.** *Vidya*, Santa Maria (RS), nº 34, p.101-122, jul./dez. 2000.
- MOTTA, João E. M. **Força Aérea Brasileira (1941 – 1961): Como Eu Vi.** Rio de Janeiro: INCAER, 1992.
- MOUILLAND, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell. (Orgs) **O Jornal: da forma ao sentido.** Brasília, UNB, 2002.
- NASCIMENTO, Benedicto Heloiz. **A Ordem Nacionalista Brasileira.** São Paulo. Humanitas/USP. 2002.
- NOIRIEL, Gerard. **Sur la crise de l’histoire.** Paris. Belin. 1996.
- OLIVEIRA, Lúcia L; VELLOSO, Mônica P. & GOMES, Ângela M. C. **Estado Novo: Ideologia e Poder.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do Discurso.** São Paulo. Pontes. 2005.
- _____. **As Formas do Silêncio.** Campinas, Editora da Unicamp, 1992.
- _____. **A linguagem e seu funcionamento. As formas do discurso.** São Paulo, Brasiliense, 1983.
- PANDOLFI, Dulce C. **Pernambuco de Agamenon Magalhães. Consolidação e Crise de uma Elite Política.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, 1984.
- _____. (org.). **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- PARAÍSO, Rostand. **O Recife e a II Guerra Mundial.** Recife. Edições Bagaço. 2003.
- PARIS, Robert. **As origens do Fascismo.** São Paulo: Perspectiva, 1993.
- PEDREIRA, Flávia de Sá. **Chiclete eu misturo com banana: Carnaval e cotidiano de guerra em Natal – 1920-1945.** Natal. Editora da UFRN. 2005.
- PERAZZO, Priscila Ferreira. **O perigo alemão: a repressão policial no Estado Novo.** São Paulo. Arquivo do Estado. 1999.
- PEREIRA, Nilo. **Agamenon Magalhães. Uma Evocação Pessoal.** Recife: Taperoá, 1972.
- PIGNOTTI, Lamberto. **La Super-Nada: Ideologia y Lenguaje de la Publicidad.** Valência. Fernando Torres Editor. 1976.
- PESAVENTO, Sandra Jathay. **História e História Cultural.** Belo Horizonte. Autentica. 2003.
- PINHEIRO, Letícia. **Política Externa Brasileira (1889-2002).** Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2004.

RÉMOND, Réne (Org). **Por Uma História Política**. Rio de Janeiro. UFRJ/FGV. 1996.

RIOS, Lêda M. R. C. **O Diário de Pernambuco e a II Guerra Mundial – O Conflito Visto por um Jornal de Província**. Dissertação. Recife: UFPE/CFCH/Mestrado em História, 1988.

SACKS, Oliver. **Um antropólogo em Marte**. São Paulo Companhia das Letras. 2006.

SANTOS, Miriam de Oliveira. **Berços de Heróis: o papel das escolas militares na formação de “salvadores da pátria”**. São Paulo. Anna Blume. 2004.

SCHNAIDERMAN, Boris. **Guerra em surdina – histórias do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos: 1930 – 1942 (o processo do envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial)**. São Paulo: Editora Nacional, 1985.

SEVERIANO, Jairo; DE MELLO, Zuza Homem. **A Canção no Tempo: 85 anos de músicas brasileiras. Vol. 1 1901-1957**. São Paulo. 2006.

SHARPE, Jim. In: BURKE, Peter. **A Escrita da História**. São Paulo. Unesp. 1992.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SHIRER, William. **Ascensão e Queda do III Reich**. Vols. I, II, III e IV. São Paulo. Civilização Brasileira. 1963.

SILVA, Adriana Maria P. **Eu, você, Billie Holiday e a(s) História(s): conversas de sala de aula**. *Cadernos de História*. Ano 3, nº 3, set. 2004. Recife: UFPE/CFHC:Ed. Universitária da UFPE, 2005, p.241-268.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; VIANNA, Alexander Martins & MEDEIROS, Sabrina Evangelista (orgs.). **Dicionário Crítico do Pensamento de Direita**. Rio de Janeiro: Faperj/Mauá, 2000.

SILVA, Giselda Brito. **A Lógica da Suspeição contra a Força do Sigma: discursos e polícia na repressão aos integralistas em Pernambuco**. Recife. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco. 2002.

SILVA, Hélio. **A Guerra Inevitável**. São Paulo: Editora Três, 1975.

_____. **1942: A Guerra no Continente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

_____. **1944: O Brasil na Guerra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

SIMILI, Ivana Guilherme. **Mulheres uniformizadas: o estilo das voluntárias da Defesa Passiva Antiaérea na Segunda Guerra Mundial**. Maringá. Editora da Universidade Federal de Maringá.

SIQUEIRA, Deoclécio Lima de. **Fronteiras: A Patrulha Aérea e o Adeus do Arco e Flecha**. Rio de Janeiro: Revista Aeronáutica Editora, s/d.

SOLA, Lourdes. **O Golpe de 37 e o Estado Novo**. IN MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SONTAG, Susan. **Sob o Signo de Saturno**. São Paulo. L&PM. 1986.

_____. **Doença como Metáfora e Aids e suas Metáforas**. São Paulo. Companhia das Letras. 2007.

_____. **Illness as Metaphor and AIDS and its Metaphors**. London. England. Penguin Books. 2002.

_____. **A Doença como Metáfora**. Rio de Janeiro. Graal. 2002.

SOUZA Neto, José Maria Gomes de. **Engenho de sons, imagens e palavras – ditadura e propaganda na primeira metade do século XX**. Dissertação. Recife: UFPE/ CFCH/ Programa de Pós-graduação em História, 2000.

_____. **Sonhos de Nabucodonosor – aspectos da propaganda do Estado Novo pernambucano**. Tese. Recife: UFPE/CFCH, Programa de Pós-Graduação em, História, 2005.

TCHAKHOTINE, Serge. **A Mistificação das Massas pela Propaganda Política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

TUCHMAN, Barbara. **A torre do orgulho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. **A prática da história**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

TOTA, Antonio Pedro. **O Imperialismo Sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras. 2000. p.19.

VIDIGAL, v.a. Armando A. F. **Conflito no Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 1985.

VEYNE, Paul. **Como se Escreve a História e Foucault Revolucionou a História**, 4ª edição revisada. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

WYKES, Alan. **Goebbels. História Ilustrada da Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro. Renes. 1973.

WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso: Ensaio Sobre a Crítica da Cultura**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

Musicografia

GONÇALVES, Henrique. Diplomata. Gênero: Samba. Gravadora: Odeon. Disponível em: http://www.anvfeb.com.br/musicas_da_feb.htm Acessado em: 02/09/07 as 12:25.

MALAGUETA. Cobra não fuma (É só pena que voa). Gravado pelo correspondente de guerra da BBC Francis Haloel, no acampamento do Regimento Sampaio. Disponível em: http://www.anvfeb.com.br/musicas_da_feb.htm Acessado em: 02/09/07 as 12:25.

FRAZÃO, Erástones; NÁSSARA. Sai, Quinta-Coluna!. Interprete. Joel e Gaúcho. Gênero: Marcha. Gravadora: Odeon. Disponível em: http://www.anvfeb.com.br/musicas_da_feb.htm Acessado em: 02/09/07 as 12:25.

FONTES IMPRESSAS

ARQUIVOS: Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano/APEJE

Fundação Joaquim Nabuco/FUNDAJ

Fundação Getúlio Vargas/FGV – Centro de pesquisa e documentação contemporânea/CPDOC

Biblioteca Nacional/BN

Arquivo Pessoal

Jornais:

***Folha da Manhã* – 1942-1945 Edições Matutina e Vespertina – APEJE**

***Jornal Pequeno* – 1942-1945 -APEJE**

***Diario de Pernambuco* – 1942-1945 – FUNDAJ – Microfilmagem**

***A Noite* – 1942-1945 – BN**

Arquivos CPDOC/Fundação Getúlio Vargas

Pastas Individuais:

Getúlio Vargas

Agamenon Magalhães

Eurico Gaspar Dutra

Livro: A Juventude no Estado Novo. CPDOC/FGV.

PEREIRA, Orozimbo Martins. **Alerta! Catecismo da Defesa Passiva Civil Anti-Aerea.** Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1942.

ACHILES, Aristheu. **Aspectos da Ação do DIP.** . Rio de Janeiro. Departamento de Imprensa e Propaganda. 1941. p.26. CPDOC/FGV. Arquivos Getúlio Vargas-GV: 061.1(81)DIP/A656a

ANEXOS

ANEXO IV

MODELO PARA CARTAZ DE PROPAGANDA

O QUE TODOS DEVEM FAZER EM CASO DE ALERTA

A) - EM CASO DE ALERTA DIURNO



A partir do momento em que forem emitidos os sinais de alerta disporá o cidadão de apenas 10 a 15 minutos antes da chegada dos aviões atacantes



1.º - ESTANDO EM CASA

TODOS DEVEM SEM PRECIPITAÇÃO INUTIL:



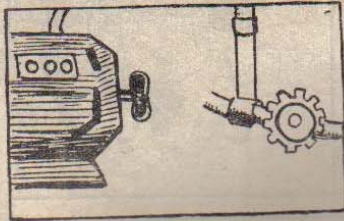
Munir-se de suas máscaras contra gases, bem como dos seus documentos mais importantes (particularmente, carteira de identidade) dinheiro, títulos, livros de cheques, jóias mais valiosas, etc, os quais deverão estar previamente guardados em um mesmo envelope ou em uma valise.



Munir-se de alguns alimentos já preparados (particularmente algumas garrafas d'água e de leite para as crianças).

Munir-se dos necessários agasalhos (capotes, cobertores, etc.).

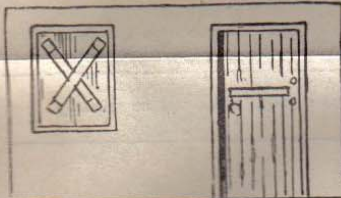
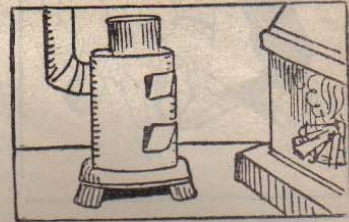
Munir-se de lanternas elétricas das de bolso.



Fechar as chaves do gás.

Fechar as chaves da água.

Apagar todos os fogos que estiverem acesos.



Fechar todas as portas e janelas; correr os reposteiros e cortinas. Não chegar às janelas.



Desligar as chaves dos quadros da luz e, se for o caso, o da força.

Descer para o abrigo privado da casa.

Se a casa não dispuser de um abrigo, encaminhar-se calmamente para o abrigo coletivo público mais próximo.



PEREIRA, Orozimbo Martins. *Alerta! Catecismo da Defesa Passiva Anti Aérea*. Rio de Janeiro.

Imprensa Nacional. 1942. Anexo IV

CONTINUAÇÃO



ASSIM — SIM ASSIM — NÃO

Caso seja surpreendido pelo bombardeio e a casa não dispuser de um abrigo privado colocar-se de preferência, longe das janelas e das portas. Abrigar-se num canto formado pelas paredes mestras da casa ou se o edifício tiver muitos andares descer para o pavimento térreo e abrigar-se sob o vão das escadas.

2.º — ESTANDO NA RUA

Carregai ou não vossa máscara contra gases; em qualquer caso porem:

Dirigi-vos para o abrigo público mais próximo, ou para alguma trincheira abrigo coberta existente nas proximidades.

Caso não conduza a máscara, procurai um abrigo público filtrante.



ASSIM NÃO

Não parai na rua nem formai grupo em palestra.

Obedecei as regras de trânsito (mão).

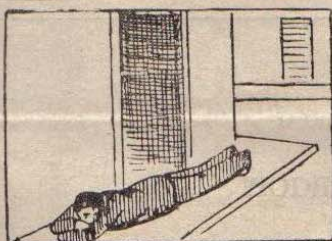
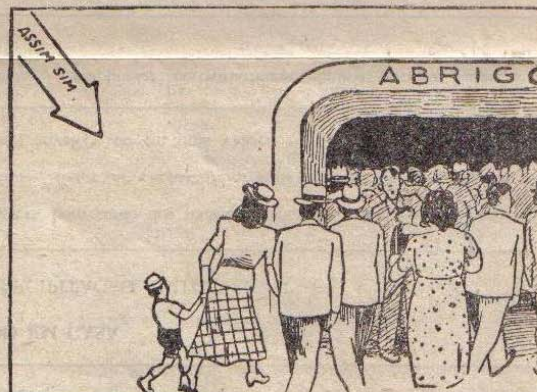


ASSIM NÃO



Não correi.

Portai-vos sempre com a maior calma possível.



ASSIM — SIM

Se fordes surpreendido pelo bombardeio, antes de alcançardes um abrigo, procurai refugiar-vos atrás dos grossos portais dos edifícios de cimento armado ou, no mínimo deitai-vos na calçada, junto ao canto da parede de um edifício nas mesmas condições.

CONTINUAÇÃO

ASSIM — SIM



Se fordes surpreendido por uma nuvem de agressivos químicos: colcai imediatamente a máscara contra gases ou, caso não a conduza tapai o nariz e a boca com um lenço molhado (mesmo com urina).

Se, atingido pelos agressivos: não deveis correr nem fazer qualquer esforço; afastai-vos calmamente do local infectado e deitai-vos na calçada a espera do socorro. Deixai que vos socorram e transportem calmamente.



Afim de afastar-vos o mais cedo possível da nuvem agressiva: andai contra a direção do vento: sobretudo — não correi.



ASSIM — NÃO

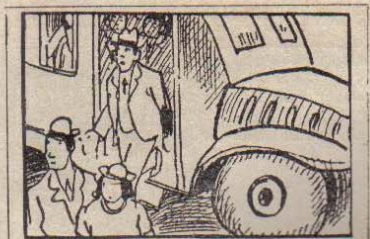


ASSIM — NÃO

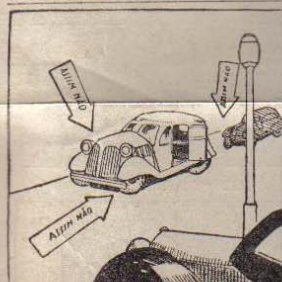
Se fordes alcançado por borrifos de agressivos líquidos (vesicantes): — não toqueis as manchas com as mãos nuas; limpai-as com um pouco de algodão. Lembrai-vos que — o tratamento profilático deve ser efetuado dentro dos 10 minutos que se seguirem imediatamente ao acidente.



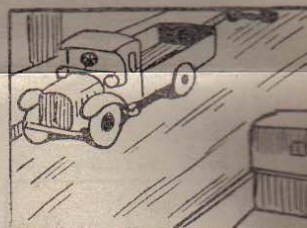
ASSIM — SIM



Se estiverdes num bonde, ônibus, auto etc: desembarcai imediatamente e, calmamente, procurai um abrigo.



Se dirigirdes uma viatura (bonde, ônibus, auto, carroça, etc), na cidade: parai-a imediatamente, em fila, junto ao meio fio, do lado da "mão" e, em seguida, procurai calmamente refugiar-vos no abrigo mais próximo.



ASSIM — SIM



ASSIM — NÃO

Se a viatura for de tração animal tomai, além disso, a precaução de travá-la e atar curtas as rédeas dos animais, afim de evitar que eles disparem.

Se estiverdes no campo; desatrelai os animais e recolhei-os às cocheiras.



ASSIM — SIM

PEREIRA, Orozimbo Martins. *Alerta! Catecismo da Defesa Passiva Anti Aérea*. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1942. Anexo IV

CONTINUAÇÃO



ASSIM — SIM

Em qualquer caso:

Exercitai vosso *altruismo*.

Guijai as *crianças*, os *inválidos*, os *doentes* e os *velhos*.

Dai-lhes precedência, bem como às *mulheres*, especialmente as que estiverem em estado de *gravidez*.



ASSIM SIM

3.º — ESTANDO EM CASAS DE DIVERSÕES

(CINEMAS, TEATROS, ETC.):

A) A casa de diversões dispõe de um abrigo anti-aéreo:



Todos devem *levantar-se calmamente* e, em *ordem*, *penetrar no abrigo*.

Findo o alerta: — a saída deve ser *efetuada*, também *calmamente* e em *ordem*, *sem correrias nem atropelos*, dirigindo-se todos para suas casas ou para seus locais de trabalho.



B) A casa de diversões não dispõe de abrigo anti-aéreo:

Todos devem *levantar-se calmamente* e em *ordem*, *sair da casa de diversões*.

Sua conduta, deste momento em diante, deve ser *idêntica* a do caso em que são *surpreendidos pelos sinais de alerta* quando estão na *rua*.

A *saída* deve ser *efetuada calmamente*, *sem correrias nem atropelos*, afim de que sejam evitados graves acidentes.

B) EM CASO DE ALERTA NOTURNO

1.º ESTANDO EM CASA

Tomai todas as *precauções* indicadas para o caso de *alerta diurno* e, ainda:



ASSIM — SIM

Apagai todas as luzes existentes na casa, no jardim, etc.

2.º ESTANDO NA RUA

Conduzi-vos em condições *idênticas* as indicadas para o caso de *alerta diurno* e, ainda:

Se *dirigis uma viatura*, deveis tomar a *precaução* de, tão logo esteja ela parada junto ao meio fio, do lado da mão *apagar seus faróis*.

3.º ESTANDO EM CASAS DE DIVERSÕES

Procedei de acordo com o que foi indicado para o caso do *alerta diurno*.

A N E X O V

MODELO PARA CARTAZ DE PROPAGANDA

MEDIDAS A PREVER E EXECUTAR PELOS CIDADÃOS EM VISTA DO ESCURECIMENTO ("BLACK-OUT")

1.º É absolutamente necessário impedir ou — no mínimo — dificultar ao inimigo aéreo a identificação dos objetivos terrestres, bem como a utilização de pontos de referência que facilitem a determinação das rotas de acesso que permitam sua chegada até os mesmos.

Para isso:

A) Impedir que os raios luminosos se escoem para o exterior das casas.

Para obter tal resultado:

1. Obturar todas as aberturas que permitam o escoamento da luz para o exterior — para isso:

a) Utilizar reposteiros, cortinas e estores de tecidos escuros e espessos ou, na falta desses — cobertores e colchas escuras, lonas, etc.

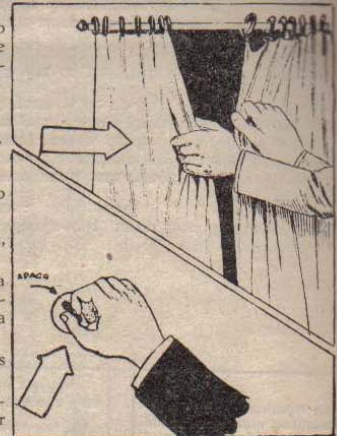
b) Quem não dispuser de reposteiros, cortinas, etc., poderá utilizar para a obturação das vidraças — folhas de papelão de 1 a 1½ milímetros de espessura — aplicando-as de modo que excedam de 1 a 1½ centímetros a largura e altura dos caixilhos das vidraças a obturar.

Para fixá-los, é prático o emprego de "percevejos" ou taxas dessas usadas pelos estufadores.

c) Pode-se ainda — pintar todas as vidraças (inclusive as clarabóias) interiormente, com tinta preta preparada sem material fixante. (Convem evitar o emprego de tintas a óleo, pois que estas inutilizam as vidraças).



ASSIM — SIM



ASSIM — SIM

2.º Além das precauções acima, convem, afim de evitar uma grande difusão de luz:

a) Utilizar lâmpadas cujas ampolas sejam de vidro azul escuro.

b) Utilizar "abat-jours" especiais confeccionados com cartolina de cor escura (preta, azul escuro, marron escuro).

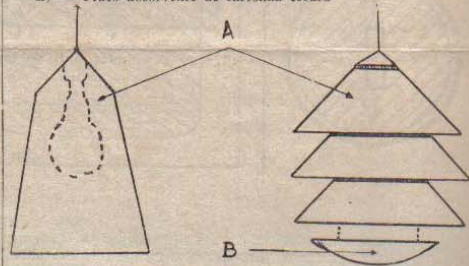
c) Reduzir a iluminação do interior da casa ao mínimo estritamente necessário.

B) Suprimir as luzes externas, acaço existentes nos jardins, quintais, etc.

Afim de evitar possíveis enganos, convem que sejam retiradas as lâmpadas existentes nos referidos locais



A) — Campânulas de cartolina escura
B) — Prato absorvente de cartolina escura



C) Impedir que os raios luminosos dos faróis das viaturas (particularmente, automóveis) possam indicar aos incursores inimigos a situação das cidades.

Para isso:

Cobrir o faróis com pano preto, ou — pintá-los com tinta preta deixando apenas no do lado da "mão" uma estreita fenda destinada a mostrar aos demais carros a situação do automóvel.

2.º Afim de evitar os acidentes de trânsito decorrentes da falta de luz, devem todos os cidadãos tomar as seguintes precauções:

1. Pedestres:

a) Só circular pelas calçadas

b) Só atravessar a rua nas faixas marcadas para tal fim

c) Os homens — ter um lenço branco colocado ao pescoço, uma fita branca no chapéu ou faixas brancas em volta da cintura, ou então — trajar de branco.

As senhoras — vestir preferentemente toiles brancas ou, caso isso não aconteça, usar faixas brancas em torno da cintura.



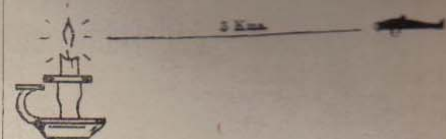
2. Condutores de viaturas:

a) Parar-las, em fila, junto ao meio fio, do lado da "mão", com os faróis apagados (ou velados nas condições já indicadas)

b) T r pintadas em suas viaturas, faixas brancas destinadas a assinalar sua posição, tanto aos pedestres como às demais viaturas.

3.º Finalmente — todos devem ter sempre bem vivo na memória que:

Uma simples vela acesa é vista desde a distância de 3km, pelos aviões adversos.



PEREIRA, Orozimbo Martins. *Alerta! Catecismo da Defesa Passiva Anti Aérea*. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1942. Anexo V.